

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA

Contribuições de Maurice Herbert Dobb para a historiografia econômica britânica

Gabriel Galeti Mauro

**VERSÃO FINAL de Monografia apresentada
ao Curso de Economia, Universidade de São
Paulo, como requisito para a obtenção do título
de bacharel em Economia.**

**Orientador: Professor Doutor Alexandre M.
Saes**

**Coordenador: Professor Doutor Rafael de
Vasconcelos Xavier Ferreira**

São Paulo

2021

Gabriel Galeti Mauro

Contribuições de Maurice Herbert Dobb para a historiografia econômica britânica

**VERSÃO FINAL de Monografia apresentada
ao Curso de Economia, Universidade de São
Paulo, como requisito para a obtenção da
graduação em Economia.**

**Orientador: Professor Doutor Alexandre M.
Saes**

**Coordenador: Professor Doutor Rafael de
Vasconcelos Xavier Ferreira**

São Paulo

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

MAURO, Gabriel Galeti.

Contribuições de Maurice Herbert Dobb para a historiografia econômica britânica – São Paulo, 2021.

98 páginas

Área de concentração: Teoria Econômica, História do Pensamento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

1.Dobb; 2. Marx; 3. Pensamento Econômico.

Dedico este trabalho à minha mãe Gisele, ao meu pai Paulo e ao meu irmão Fillipe por todo o apoio que me foi dado ao longo desta jornada. Sem eles, nada do que aqui está escrito seria possível.

AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos:

Ao Professor Doutor Alexandre M. Saes, cuja orientação cuidadosa e atenciosa foi decisiva ao longo do presente trabalho;

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da Universidade de São Paulo, que me proporcionaram, na medida do possível, as condições para a realização deste trabalho;

À FAPESP, cujo suporte financeiro foi imprescindível ao longo da pesquisa de Iniciação Científica que serve de base para esta monografia;

Aos membros do Grupo de Estudos Brancaleone, com revisões e instruções de enorme serventia para esta monografia;

Aos meus amigos e às minhas amigas, pessoas queridas que me concederam todo o apoio possível.

Aos meus professores e às minhas professoras do Ensino Fundamental e Médio, que, com todo zelo e paciência, me deram as bases para poder escrever esta monografia.

ÍNDICE

AVISO PRELIMINAR.....	1
RESUMO/ABSTRACT.....	2
INTRODUÇÃO.....	3
OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	9
METODOLOGIA.....	10
CAPÍTULO 1 - BREVE PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA INGLESA NOS OITOCENTOS.....	11
1.1 - A metodologia da historiografia britânica em meados do século XIX.....	11
1.2 - A tradição <i>whig</i>	15
1.3 - Um estudo de caso: a marinha real sob Carlos I.....	19
1.4 - Os estudos de história econômica na Inglaterra.....	22
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO MARXISTA DE MAURICE H. DOBB.....	28
2.1 - Da adolescência até a entrada em Cambridge.....	28
2.2 - Estudos iniciais sobre a formação do capitalismo.....	32
2.3 - Divergências entre Dobb e os economistas.....	40
2.4 - Um economista no Partido Comunista da Grã-Bretanha.....	47
2.5 - Mudanças de comportamento no partido.....	53
CAPÍTULO 3 - O MARXISTA AMADURECIDO.....	56
3.1 - Em defesa do marxismo no debate econômico.....	56
3.2 - A discussão metodológica da economia.....	61
3.3 - Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo: primeira parte – o problema da definição.....	66
3.4 - Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo: segunda parte – o declínio do feudalismo.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
BIBLIOGRAFIA.....	96

AVISO PRELIMINAR

Esta monografia está estritamente embasada numa pesquisa de Iniciação Científica realizada pelo autor (sob orientação também do Professor Alexandre Saes) no período que vai de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020. O apoio financeiro foi integralmente concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pagando uma bolsa mensal de R\$695,70 durante doze meses. O título do relatório final da IC é “Contribuições de Maurice Herbert Dobb para a historiografia econômica britânica” (igual ao título desta monografia). O número do processo de IC é 2019/19585-5. Agradecemos a FAPESP pelo apoio financeiro concedido. A IC não foi publicada.

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar as contribuições do economista Maurice Herbert Dobb para os estudos de história econômica e de economia na Inglaterra ao longo do século XX. É necessário, então, realizar um estudo comparado entre a metodologia adotada pelo autor, baseada na teoria de Karl Marx, e a adotada pelos historiadores e historiadores econômicos na Inglaterra durante o século XIX. Intelectuais que, por sua vez, basearam suas pesquisas na metodologia positivista e, em certa medida, na filosofia liberal clássica. Parte substancial de nosso trabalho, portanto, será dedicada à análise dos artigos e dos ensaios publicados pelo economista entre 1924 e 1946. Também iremos considerar os estudos do arcabouço historiográfico tradicional. Será possível, então, confrontar diferentes métodos de pesquisa na Historiografia Econômica. Esperamos, com isso, ser capazes de sustentar a hipótese de que Maurice Dobb foi um pioneiro na tradição marxista de pensamento histórico e econômico na Inglaterra no século XX.

Palavras-chave: Dobb. Marx. Pensamento Econômico. História Econômica. Historiografia.

Classificação JEL: A12; B13; B15; B24; N01

ABSTRACT: This work aims to analyse the contributions of the economist Maurice Herbert Dobb to the studies of economic history and economics in England through the twentieth century. It's necessary, then, to realize a comparative study between the methodology embraced by the author, based on Karl Marx's theory, and the one adopted by the historians and economic historians in England during the nineteenth century. Intellectuals who, in turn, based their research in the positivist method and, to a certain extent, in the liberal philosophy. Thus, a substancial part of our work will be dedicated to the analysis of articles and essays published by Dobb between 1924 and 1946. We'll also take into consideration the studies of the traditional historiographical framework. So, it will be possible to confront different research methods in economic historiography. We hope, then, to be able to support the hypothesis that Maurice Dobb was a pioneer in the marxist tradition of historical and economic thought in England in the twentieth century.

Key-words: Dobb. Marx. Economic Thought. Economic History. Historiography.

JEL Codes: A12; B13; B15; B24; N01

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo refletir criticamente sobre as contribuições do economista Maurice Herbert Dobb (1900 – 1976) para a consolidação da historiografia econômica marxista na Inglaterra ao longo do século XX. Pretende-se compreender, detalhando o desenvolvimento teórico e metodológico que culmina na análise da transição do feudalismo para o capitalismo presente em *Studies in the Development of Capitalism* (1946), como o autor participou da consolidação de uma nova corrente de estudos históricos e econômicos em seu país. Esta consolidação, por sua vez, é refletida na seguinte síntese traçada por Perry Anderson na década de 1980:

“Hoje os centros predominantes de produção intelectual parecem estar no mundo inglês, ao invés da Europa germânica e latina, como era o caso nos períodos entreguerras e pós-guerra respectivamente [...]. A relação tradicional entre a Europa britânica e continental aparenta, até o momento, ter sido efetivamente revertida – cultura marxista no Reino Unido, até o momento, mostrando-se muito mais produtiva e original do que em qualquer Estado continental.”¹

O excerto é uma amostra da forte influência do marxismo nos estudos históricos britânicos em meados da segunda metade do século passado, estimulando-nos a questionar por qual razão Perry Anderson consegue dar à produção intelectual dos países de língua inglesa esse caráter mais original e consistente. Para o tratamento adequado do assunto, torna-se necessário analisar os anos que se situam entre as décadas de 1920 e 1940. Justamente porque é nesse período que começa a emergir uma literatura marxista que entra em confronto metodológico e teórico com a historiografia britânica tradicional.

Este paradigma historiográfico, foi indiferente e, pode-se afirmar dessa forma, insensível aos estudos e às propostas do marxismo, por mais que K. Marx e F. Engels tivessem demonstrado interesse na constituição e nos movimentos da classe trabalhadora inglesa.² Isso se explica em boa medida pelo fato de que o meio acadêmico da produção histórica

¹ ANDERSON, Perry. Apud. CORNER, Paul. “Marxism and the British Historiographical Tradition”. In: BARANSKI, Zygmunt G e SHORT, John R (Org.). *Developing Contemporary Marxism*. Nova York: St. Martin Press, 1985, pp. 89 – 90. Tradução própria.

² ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

inglesa, representado principalmente pela *English Historical Review*, era composto por quadros que, segundo Rodney Hilton, não gostavam do marxismo.³

Dobb tem papel central nessa mudança pela qual passa a Inglaterra. Interessado em compreender as dissoluções e formações de grandes estruturas socioeconômicas, sempre com o cuidado de defini-las teoricamente, o autor se utiliza da teoria marxista para empreender uma análise histórica e econômica sobre as origens e a dinâmica do capitalismo. O quanto profundo foi o choque e o efeito transformador dos estudos de Dobb na historiografia econômica inglesa é o que a pesquisa se propõe a discutir.

Dobb é reconhecido na literatura marxista pela publicação de *Studies in the Development of Capitalism* em 1946, contribuindo para o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Os primeiros capítulos de sua principal obra buscaram discutir quais teriam sido as forças motivadoras do declínio da economia medieval e que legaram as sementes sociais para a edificação da sociedade burguesa moderna. Em linhas gerais, a tese do autor é de que as articulações e as modificações nas próprias relações feudais de produção engendraram contradições de classe explosivas e decisivas para a consolidação de uma nova forma de organização social.⁴ Nesse sentido, o economista faz uso de uma concepção histórica disposta a analisar como a própria dinâmica estrutural de uma tessitura socioeconômica forjou as condições para sua superação ulterior. Possibilitando, assim, a passagem de um modo de produção para outro.

Os argumentos de Dobb chamaram a atenção de outros acadêmicos marxistas interessados em novos estudos sobre a formação do capitalismo. Nesse sentido, foi mais a leitura do autor sobre os desdobramentos da economia medieval e menos sobre o período mais recente de desenvolvimento econômico que provocou uma controvérsia entre economistas e historiadores importantes a partir dos anos de 1950.⁵ Estamos falando de Paul Sweezy, Christopher Hill, Rodney Hilton, Kohachiro Takahashi, Eric

³ HILTON, Rodney (Org.). *A transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 10.

⁴ DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 40.

⁵ Os *Studies* são divididos em 8 capítulos, além de um prefácio. Os três primeiros se empenham em explicar as forças motoras do declínio do feudalismo. Do capítulo IV ao capítulo VI, Dobb analisa a época das manufaturas e do mercantilismo na Europa. Os dois últimos comentam sobre a Revolução Industrial do século XIX e sobre a história econômica no período entreguerras.

Hobsbawm, George Lefebvre, Giuliano Procacci e John Merrington, além do próprio Dobb.⁶

Em meio a todos esses autores, é mais famoso o embate entre Dobb e Sweezy (geralmente citado como Debate “Dobb x Sweezy”). Poucos anos depois da publicação dos *Studies*, o economista americano apresenta um artigo na revista *Science and Society* nomeado “*A Critique*”. Tal trabalho empenhou-se em qualificar e criticar as teses de Dobb sobre os fundamentos da formação do capitalismo. Ao contrário do autor inglês, Sweezy propõe que o feudalismo, essencialmente imobilista, só poderia ter se dissolvido mediante o impacto externo do mercado. A expansão comercial, com um maior entrelaçamento entre as rotas mercantis de longa distância, viria a exercer a influência decisiva sobre a economia medieval. Isso porque a interação desta com um mercado internacional cada vez mais robusto fez com que se colocassem frente a frente dois sistemas de produção: um voltado para os valores de uso (feudalismo em decadência) e outro voltado para os valores de troca (capitalismo em ascensão). É desse contato antitético que teria emergido a economia moderna.⁷

O debate sobre a transição “feudalismo-capitalismo” descrito sumariamente acima foi retomado na década de 1970 com os trabalhos do economista americano Robert Brenner, atentando para transformações agrárias no processo de formação da economia moderna capitalista a partir do século XVII.⁸ Ao mesmo tempo, a controvérsia entre Dobb e Sweezy também legou bases para discussões relevantes sobre a constituição da economia latino-americana, com os debates entre E. Laclau e A. G. Frank.⁹

Os trabalhos de Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo também contribuíram para o estabelecimento dos estudos sobre a formação econômica do Brasil. O autor é mencionado por intelectuais que se debruçaram sobre a história colonial do país, tais como Fernando Novais e Jacob Gorender.¹⁰ Estes procuraram, à época, analisar nosso desenvolvimento partindo dos argumentos presentes no debate sobre a transição.

⁶ Para uma leitura mais detalhada sobre o debate da transição, Cf. HILTON, Rodney (Org.). *A transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁷ SWEEZY, Paul. *Uma crítica*. In. Idem, pp. 41-42.

⁸ Cf. BRENNER, Robert. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. *Past and Present*, 1976, pp. 30 – 74.

⁹ Cf. KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians: an introductory analysis*. Oxford: Polity Press, 1984, pp. 50-52.

¹⁰ Cf. NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990 & GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1985.

Além disso, a própria controvérsia “Dobb x Sweezy” foi objeto, no Brasil, de um balanço historiográfico realizado por Eduardo Mariutti no início dos anos 2000.¹¹

O conhecimento sobre a produção intelectual do autor antes dos *Studies* é, no entanto, consideravelmente escasso entre os pesquisadores brasileiros. Poucos foram os trabalhos que se dedicaram a entender a maneira pela qual Dobb se formou como marxista e contribuiu, com isso, para a construção de uma nova tradição britânica de pesquisa histórica e econômica. Nesse sentido, analisar o amadurecimento intelectual de Dobb e sua aproximação à teoria de Marx a partir da década de 1920, estudando artigos e textos menos conhecidos, nos ajuda a entender a consolidação do economista enquanto cânone do pensamento marxista.

Um segundo elemento que merece ser levado em conta, e que foi pouco discutido até hoje no Brasil, é a complexa interação do intelectual com a direção do Partido Comunista da Grã-Bretanha, lançando olhar para sua atuação política. A análise da vida militante de Dobb, nesse sentido, também servirá como elemento adicional para entender o processo pelo qual se dá o amadurecimento do autor enquanto marxista.

Uma análise completa sobre esse processo de amadurecimento e de consolidação de estudos históricos e econômicos marxistas na Inglaterra, do qual Maurice Dobb foi personagem central, nos leva à seguinte pergunta: qual era o “estado das artes” da historiografia hegemônica no país na virada dos oitocentos para os novecentos? Em que medida as influências de um quadro liberal e idealista, presente na academia britânica desde meados do século XIX, pesavam sobre o critério a ser utilizado na seleção dos temas principais na reconstituição histórica? O entendimento dessas indagações exige a realização de um mapeamento da produção historiográfica britânica nas últimas décadas do século retrasado e nas primeiras do século passado. É dessa maneira, inclusive, que será possível relacionar a trajetória ascendente de Dobb com a desconstrução do, até então, *establishment* intelectual inglês.

A historiografia inglesa tradicional, que balizava o trabalho dos pesquisadores desde os anos de 1850, tinha como um de seus pilares metodológicos o pensamento positivista,

¹¹ Cf. MARIUTTI, Eduardo B. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

fomentando nos intelectuais da área uma atividade resumida à coleta de dados. A explicação histórica nasceria da própria descoberta incessante dos fatos considerados relevantes.¹² Os historiadores, assim, eram regidos pela crença de que a história poderia ser apresentada de forma neutra e imparcial. E esse objetivo teria de ser alcançado por meio do acúmulo perene e crescente de evidências empíricas e observáveis.¹³ O empirismo “a qualquer custo” que deriva exatamente de tal lógica positivista de pensamento acabava excluindo do estudo histórico, vale dizer, uma gama considerável de áreas interessantes onde não havia clara disponibilidade de fatos, cujo acesso era igualmente restrito.

É importante ressaltar que a historiografia tradicional britânica, embora estruturada no método positivista, possuía raízes na filosofia liberal. A autonomia e a ação individuais funcionariam, nesse sentido, como o fio condutor de todo o processo histórico. Isso dá um caráter totalmente particular ao *establishment*. Como veremos, a atividade do historiador não se resumia apenas ao acúmulo das evidências observáveis, mas principalmente daquelas relacionadas às grandes figuras, aos eventos marcantes e até mesmo às instituições em que os indivíduos deixavam suas marcas.

A Inglaterra do final do século XIX também presenciou a emergência de uma nova ramificação historiográfica. Paralelamente ao *establishment* da *English Historical Review*, ganha força entre muitos economistas a necessidade de se entender o desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica. No seio do debate metodológico com o Marginalismo e com a Escola Neoclássica, começam a despontar os primeiros estudos especializados de história econômica. Atacando o dedutivismo *a priori* dos marginalistas e neoclássicos, os economistas históricos e os historiadores econômicos ingleses priorizavam a pesquisa de temas relacionados às origens do desenvolvimento industrial britânico, assim como aqueles associados à história das empresas, do comércio e das relações de trabalho. Futuramente, já na década de 1920, esse esforço de defesa da história econômica na academia inglesa culminaria com a fundação da *Economic History Review*. Não obstante, a metodologia analítica que ancorava os estudos de história econômica assemelhava-se à do *establishment* representado pela *English Historical*

¹² MACCHIONE SAES, Alexandre. *A institucionalização da História Econômica: história e ambiente intelectual na formação das associações de História Econômica*. In.: SAES, Flávio; MACCHIONE SAES, Alexandre & ROSA RIBEIRO, Maria Alice (Orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil*. São Paulo: Alameda, p. 43.

¹³ CORNER, Paul. *Marxism and the British Historiographical Tradition*. In.: Idem, p. 90 – 91.

Review. Eram igualmente pautados pelo empirismo, fruto da perspectiva positivista que embasava o trabalho dos autores.

Houve espaço para mostrar, com o rápido panorama traçado acima, algumas das características principais do quadro historiográfico inglês na transição do século XIX para o XX, cujo estudo será ainda mais aprofundado ao longo da própria pesquisa. Com base nisso, seremos capazes de entender melhor como se deu o contraponto de Dobb, materializado ao longo de seu amadurecimento teórico e intelectual entre os anos de 1920 e 1940, à metodologia britânica tradicional e hegemônica.

Em suma, o interesse principal é estudar a formação do cânone e não o cânone já formado. Não é nosso objetivo aqui, portanto, discutir os trabalhos de Dobb e suas reverberações após a publicação dos *Studies*. Muito mais importante e significativo para nós será a coleta e a análise da produção intelectual anterior, especialmente entre 1924, ano de publicação de seu primeiro artigo, e 1946, quando o autor divulga sua obra mais importante.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Num período recente, os estudos sobre Maurice Dobb e sua influência para os trabalhos econômicos e históricos no século XX se mostraram escassos no Brasil, seja nas faculdades de História, seja nas de Economia. Temos por objetivo, portanto, detalhar a trajetória acadêmica de Dobb até a publicação dos seus Studies, entendendo como o autor se posicionou frente à produção historiográfica anterior a ele, elencando suas críticas teóricas e metodológicas às correntes hegemônicas. Poderemos então analisar suas novas propostas para análise econômica e histórica sobre as origens do capitalismo, observando a forma como o autor confrontou o método britânico tradicional. É desse modo que poderemos mensurar hipóteses acerca das contribuições de Dobb para os estudos ingleses de história econômica no século XX.

A partir do que foi detalhado na seção anterior, sobreleva-se a importância de delinear as relações de Dobb com o próprio marxismo. Afinal, o autor realmente aprofunda e amplia os estudos de Marx sobre a acumulação originária de capital e a formação do modo capitalista de produção, sendo assim um herdeiro do pensamento comunista do século XIX? Ou, pelo contrário, teria Dobb realizado uma leitura divergente das premissas e conclusões de Marx (tese que chegou a circular dentro do próprio Partido Comunista Inglês no início da década de 1930)? Perguntas como essa podem nos ajudar a avaliar a hipótese que aponta o economista como um pioneiro em estudos marxistas de economia e de história econômica na Inglaterra.

METODOLOGIA

A monografia baseia-se num método historiográfico. Assim, para o bom andamento da pesquisa, estudaremos os capítulos de *Studies in the Development of Capitalism* que dissertam sobre a problemática da transição do feudalismo ao capitalismo.¹⁴ Estarão também inclusos fichamentos e leituras de quatro artigos escritos por Dobb antes de 1946. A saber: “The Entrepreneur Myth” (*Economica*, 1924); “A Sceptical View of the Theory of Wages” (*The Economic Journal*, 1929); “A note on some aspects of the economic theory of Marx” (*Science and Society*, 1938) e “Scientific Method and Criticism of Economics” (*Science and Society*, 1939). Outros escritos, como *On Marxism Today* (Hogarth Press, 1932) e “What the Communist Party has meant to me?” (*The Labour Monthly*, 1940) também serão cotejados. A análise detalhada de tais trabalhos apontará para os conceitos e interpretações que Dobb desenvolve ao longo de sua trajetória e que servem como ferramenta na construção de um novo método de análise em economia e história econômica.

Faremos uso também da biografia Maurice Dobb: political economist, de Timothy Shenk (2013). Com ela daremos ênfase à atuação do próprio autor no Partido Comunista Inglês, determinante em toda sua produção intelectual.

No que concerne ao “fazer histórico” tradicional inglês, acompanharemos as publicações presentes nas principais revistas britânicas de história: a *Economic History Review* e a *English Historical Review*, ambas disponíveis online. Serão retirados artigos publicados entre as décadas de 1890 e 1920, os quais nos darão bom panorama acerca da produção do *establishment* inglês. Teremos contato efetivo, a partir disso, com a metodologia tradicional, da qual derivam os critérios utilizados na seleção de temas e fatos que eram considerados pertinentes para a reconstituição histórica. Junto a isso, o acesso a estudos sobre o establishment, tais como os trabalhos do especialista H. Butterfield (1931), ampliará nossos conhecimentos sobre a historiografia tradicional inglesa. Será possível, assim, analisar de maneira mais precisa o fundamento teórico que está na base do “fazer histórico” britânico, ao qual Dobb faz o contraponto por meio do método que desenvolve ao longo dos anos.

¹⁴ Importante mencionar que faremos uso de uma edição brasileira dos *Studies in the Development of Capitalism*. O original é datado de 1946, como mostramos. A edição, por sua vez, foi publicada pela Zahar em 1977 com o título de *A Evolução do Capitalismo*.

CAPÍTULO 1

BREVE PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA INGLESA NOS OITOCENTOS

1. A metodologia da historiografia britânica em meados do século XIX

Ao publicar seu *18 de brumário de Luís Bonaparte* em 1852, Karl Marx buscou demonstrar como o golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte em dezembro de 1851 foi produto das tensões e dos antagonismos de classes na França da época. O comunista alemão recusava, assim, interpretações que viam no evento histórico um simples fato isolado, ou então que o colocavam simplesmente como fruto de uma conspiração de indivíduos pretensamente dotados de perspicácia e “heroísmo” singulares. Nas palavras do autor:

Victor Hugo se limita a invectivas amargas e espirituosas contra o responsável pela deflagração do golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito parece ser, para ele, como um raio vindo do céu sem nuvens. Ele vê no golpe apenas um ato de poder de um indivíduo isolado. Não se dá conta de que engrandece esse indivíduo, em vez de diminuí-lo, atribuindo-lhe uma capacidade de iniciativa pessoal que seria ímpar na história mundial. Proudhon, por sua vez, procura apresentar o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente. Sorrateiramente, no entanto, a sua construção histórica do golpe de Estado se transforma numa apologia do herói do golpe de Estado. Desse modo, ele incorre no erro dos nossos assim chamados historiadores objetivos. Em contrapartida, eu demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói.¹⁵

Ao apresentar uma concepção revolucionária da história (a história enquanto história da luta de classes), os trabalhos de Marx provocaram reverberações dentro da Europa, com historiadores e outros intelectuais redefinindo suas relações com seus objetos de estudo. A concepção materialista do pensador germânico impactou a produção intelectual em países como Alemanha e Itália, com o aparecimento de figuras influentes no círculo marxista da época, tais como Karl Kautsky e Antonio Labriola. Na Rússia, por outro lado, o estudo dos escritos comunistas ainda no século XIX pode ser considerado elemento

¹⁵ MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, prefácio à segunda edição de 1869. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 18

decisivo para o surgimento e o fortalecimento do movimento revolucionário bolchevique, que teve Lênin e Trotsky como principais dirigentes.¹⁶

Apesar dos novos desenvolvimentos historiográficos na Europa Continental e das novas problemáticas apresentadas pelos trabalhos de Marx, a Inglaterra permaneceu consideravelmente apartada dessas transformações nos estudos de história.¹⁷ Cabe a nós, portanto, traçar um panorama da metodologia que inspirou boa parte dos historiadores britânicos a partir da segunda metade dos oitocentos. Assim, será possível compreender a especificidade historiográfica inglesa no século retrasado e refletir sobre algumas razões por trás desse isolamento teórico e metodológico.

Em seus ensaios sobre a historiografia britânica do século XIX, o diplomata Edward H. Carr coloca o método positivista como o principal pilar do historiador inglês. A história, nesse sentido, era concebida enquanto uma atividade perene de acumulação e verificação factual. O material empírico teria a qualidade especial de carregar uma verdade histórica imanente. Esse mesmo arcabouço metodológico, diz Carr, encaixava-se perfeitamente na tradição empirista inglesa, cujas raízes se encontram já na filosofia de John Locke. O empirismo lockeano advogava por uma separação completa entre os fatos objetivos e a posição subjetiva do historiador. Sujeito e objeto, assim, não poderiam imbricar-se sob nenhuma circunstância. Mais que isso: as evidências empíricas deveriam impor-se aos pesquisadores, os quais seriam, dessa forma, receptores passivos dos fatos. O historiador, mero observador externo, deveria recolher, compilar e verificar rigorosa e exaustivamente os dados. Só ao final de todo esse trabalho ele poderia enfim exibir alguma interpretação ou conclusão geral.¹⁸

Carr ainda pontua que a historiografia inglesa baseada no positivismo e no empirismo prezava pelo exaustivo acúmulo de documentos. Se os documentos continham os fatos supostamente relevantes para a problemática tratada pelo pesquisador, então eles eram apreciados enquanto portadores da verdade histórica. O que estava nos documentos teria de ser verdadeiro e não havia a menor dúvida sobre sua validade para a pesquisa, de modo

¹⁶ LÊNIN, V. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 49.

¹⁷ CORNER, Paul. “Marxism and the British Historiographical Tradition”. In. BARANSKI, Zygmunt G. & SHORT, John R. *Developing Contemporary Marxism*. New York: St. Martin Press, 1985, p. 90.

¹⁸ CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 12 – 13.

que “*o historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente*”.¹⁹

Quando recuperamos, por outro lado, os argumentos de Paul Corner, observa-se que o empirismo da historiografia inglesa permitia aos pesquisadores da área uma aproximação metodológica com as ciências naturais, especialmente a Biologia. Esta também era marcada por rigorosa compilação factual e por um arrolamento exaustivo de informações primárias, as quais deveriam então sustentar alguma conclusão geral. Nesse sentido, confiando na crença de que os fatos carregariam em si uma verdade imanente, os historiadores britânicos aderiam ao postulado de Ranke, para o qual um evento histórico deveria ser contado como ele realmente foi [*wie es eigentlich gewesen ist*].²⁰

É bem verdade que a Inglaterra não era o único país em meados dos oitocentos onde a historiografia era fortemente influenciada pelo positivismo e pelo empirismo. O próprio historicismo alemão esteve bastante alinhado a essa metodologia na mesma época. Há, no entanto, uma particularidade no “fazer histórico” inglês. Ainda segundo Corner, o trabalho dos pesquisadores britânicos subordinava-se também à filosofia liberal, cujas origens se encontram nas revoluções inglesas do século XVII. Assim, mais do que simplesmente arrolar e acumular evidências empíricas, o historiador inglês buscava compilar fatos sobre as grandes figuras históricas, as dinastias, ou até mesmo os eventos políticos e militares marcantes nos quais indivíduos relevantes tiveram papel de destaque. Principalmente porque o pensamento liberal colocava o indivíduo como o agente motor da própria história. As ações individuais teriam, então, papel central para aqueles que buscavam desvendar as origens do progresso histórico. Um ponto positivo dessa corrente historiográfica é que o acadêmico inglês pautado pelos parâmetros do empirismo e do liberalismo tinha enorme facilidade na pesquisa e no acúmulo de fontes primárias, adquirindo *expertise* no tratamento com os fatos. Uma série de campos relevantes para atuação do historiador, no entanto, acabavam sendo excluídos dos estudos históricos devido a uma menor disponibilidade de dados para arrolamento e compilação.²¹

¹⁹ Idem., p. 18.

²⁰ CORNER, Paul. Op. cit., pp. 90 – 91. Leopold Von Rank foi um influente historiador alemão do século XIX. Expõente da assim chamada “história científica”, buscou aplicar os fundamentos do positivismo no estudo histórico em seu país.

²¹ Idem., p. 91

É importante mencionar, porém, que o século XIX apresentou um contexto favorável para o desenvolvimento da chamada “história científica” e das escolas inspiradas pelo empirismo e pelo positivismo. A maior disponibilidade de dados coletáveis, assim como uma acessibilidade mais ampla de arquivos e documentos, permitia aos pesquisadores a realização de trabalhos especializados e com considerável rigor no arrolamento de fontes primárias. Superavam-se, assim, dificuldades do século XVIII, em que o acesso reduzido às informações empíricas e o caráter ainda bastante literário da historiografia impunham obstáculos para os pesquisadores interessados no estabelecimento de um sentido histórico com base no rigor factual.²² Nas palavras de Carr:

*O século XIX foi uma grande época para os fatos. “O que eu quero”, disse o sr. Gradgrind em Hard Times, “são fatos... Na vida só queremos fatos”. Os historiadores do século XIX em geral concordavam com ele [...]. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas “Wie es eigentlich gewesen” como um encantamento – destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupar os da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos.*²³

Do ponto de vista institucional, a consolidação de estudos de história na Universidade de Oxford a partir da década de 1850 serviu de grande estímulo aos entusiastas do empirismo e do positivismo. Chocando-se contra a corrente romântica cujo principal representante era Thomas Carlyle, os pesquisadores de Oxford optaram por métodos de pesquisa com maior exatidão e precisão na compilação dos dados, imbuídos, como já falamos, da perspectiva de que o simples arrolamento de fatos carregaria uma verdade histórica imanente. Um dos principais nomes dessa linhagem historiográfica que ganhou força na segunda metade dos oitocentos foi William Stubbs. Medievalista, assumiu a cadeira de História Moderna em Oxford, sendo também responsável por ambientar na Inglaterra o método positivista do historicismo alemão.²⁴

Devemos ressaltar, no entanto, que embora a historiografia hegemônica na Inglaterra na segunda metade do século XIX fosse marcada pela mescla do positivismo com o

²² SILVA, Leonardo de J. “Historiografia Inglesa em Revista: a *English Historical Review* e a história pensada no século XIX”. *Universidade Federal de Goiás, programa de pós-graduação em história – mestrado*. Goiânia, 2013, p. 40.

²³ CARR, Edward H. Op. cit., pp. 12 – 13.

²⁴ SILVA, Leonardo de J. Op. cit., p. 42.

liberalismo, nem todos os pesquisadores de Oxford seguiram fielmente o mesmo caminho. Ainda segundo Silva, Richard Green parece ter sido uma relevante exceção dentro do paradigma. Recusando as interpretações liberais que pautavam a dinâmica histórica a partir das mudanças dinásticas, das grandes batalhas e da narrativa sobre os indivíduos relevantes, o autor preferiu dedicar sua atenção às camadas populares e aos homens comuns. Nesse sentido, sua *Breve História do Povo Inglês* pode ser considerada um dos marcos iniciais da historiografia social no país.²⁵ Nada parece indicar, no entanto, que Green adotou uma ruptura com a metodologia positivista, seguindo suas pesquisas também nos marcos do empirismo.

A institucionalização da assim chamada “história científica” na Inglaterra também se deve à fundação da *English Historical Review* na década de 1880, sediada e organizada em Oxford. No prefácio de 1886, que marca o início da revista, ficam claros os objetivos de seus membros: um estudo pretensamente imparcial sobre a história política, militar e eclesiástica, assim como uma ênfase no trabalho arquivístico, documental e no arrolamento exaustivo das fontes primárias. Rejeitava-se, portanto, o estilo romântico e literário da historiografia que marcou a passagem do século XVIII para o século XIX na Inglaterra.²⁶

Quando observamos o recorte espacial dos artigos publicados, o que se percebe é uma atenção à história europeia, especialmente a inglesa, onde havia maior disponibilidade de arquivos e documentos para pesquisa. No que concerne aos temas tratados, nota-se a ênfase dada às histórias política e militar. Das 273 publicações entre 1886 e 1902, 194 correspondem a essas duas problemáticas, uma parcela nada desprezível de 71% da atividade da revista no período.²⁷ Esses números não são fortuitos. Na realidade, refletem exatamente os princípios liberais que inspiraram os historiadores ingleses pautados pelo empirismo. Já afirmamos que a perspectiva liberal tomava como agente motor da história e do progresso civilizatório os indivíduos relevantes que se destacavam em eventos, batalhas e instituições marcantes. Nesse sentido, levava os pesquisadores a identificar no fato político e militar os principais elementos para o estabelecimento de um sentido histórico.

²⁵ Idem., pp. 42 – 43.

²⁶ Ibidem., pp. 57 – 58.

²⁷ Fonte: *The English Historical Review*, 1886-1902. Apud. SILVA, Leonardo de J. Op. cit., pp. 60 – 63.

2. A tradição *whig*²⁸

Tendo em vista o panorama que fizemos da metodologia de pesquisa da historiografia inglesa tradicional na segunda metade do século XIX, discutiremos outros aspectos presentes nas pesquisas de história na Inglaterra. Para isso, será feito uso do ensaio *The Whig Interpretation of History*, publicado por Herbert Butterfield.

Na introdução de seu texto, Butterfield coloca o historiador *whig* como um “justiceiro”. Uma espécie de juiz que poderia arbitrar entre as diversas tendências e rivalidades históricas. Acreditando numa explicação histórica imanente ao próprio fato arquivado e coletado, o historiador julgava-se numa posição superior, capaz de reconciliar os antagonismos do passado e explicitar uma verdade impessoal e inabalável. Assim, ao acadêmico *whig*, ansioso por apresentar uma análise imparcial, não convinha tomar parte ou explorar a fundo as tensões, os conflitos e os antagonismos entre indivíduos e partidos. Se os analisava, deveria ser no interesse de melhor compreender os homens do período histórico em análise.²⁹

O autor ainda lista três características principais do historiador *whig*: progressista, liberal e protestante. Elementos que levavam o pesquisador, mesmo que tentando assumir uma posição pretensamente neutra diante da história, a lançar mão de julgamentos morais e pessoais sobre os agentes do período estudado. Nesse sentido, Butterfield ressalta, o acadêmico da tradição historiográfica inglesa partia de seus preconceitos e princípios particulares e replicava-os unilateralmente para o passado. Encontraria, assim, aqueles que teriam sido inimigos do progresso e do liberalismo, assim como os que em tese foram seus partidários originais. Diz o autor:

É surpreendente até que ponto o historiador tem sido protestante, progressista e whig, e o exato modelo do cavalheiro do século dezenove. Muito depois de ter se tornado um determinista ele reteve seu papel divino como o distribuidor de julgamentos morais, e como os discípulos de Calvino, ele não desiste de seu direito à indignação moral. [...] parece que o historiador tende em primeiro lugar a adotar a visão whig ou protestante do tema, e muito rapidamente se ocupa em dividir o mundo entre os amigos e os inimigos do progresso.³⁰

²⁸ Whig refere-se ao partido liberal inglês do século XIX e aos membros dessa organização, fazendo oposição aos conservadores do partido Tory.

²⁹ BUTTERFIELD, H. *The whig interpretation of history*. London: G. Bell and Sons, 1931, pp. 01 – 03.

³⁰ Idem., pp. 04 – 05. Tradução nossa.

Diante dessa breve descrição, Butterfield pontua que o modo pelo qual o historiador *whig* realizava sua análise histórica pautava-se, em primeiro lugar, por analogias entre o passado e o presente. Assim, os indivíduos, os grupos e os partidos políticos que apareciam ser mais modernos e progressistas eram caracterizados pelos pesquisadores como íntimos dos liberais do século XIX. Por outro lado, caberia ao historiador identificar os indivíduos e partidos rivais, os quais eram simplesmente descartados da análise e retratados como obstáculos ao liberalismo e ao avanço civilizatório.³¹

Nesse sentido, o que se percebe é que o historiador *whig* apropriava-se do passado para realizar uma apologia do presente, no caso, da Inglaterra do século XIX. As analogias traçadas pelo pesquisador tinham o objetivo de encontrar a origem, o pontapé inicial de todo o caminho que se percorreu até o atual estado de coisas. Para isso, no entanto, o acadêmico incorreria, segundo Butterfield, no equívoco de apartar os indivíduos do passado de seu contexto histórico específico e determinado. Assim, com uma análise histórica ausente de historicidade, perdia-se de vista o quanto diferentes poderiam ser os diversos grupos e indivíduos de um período prévio. Apartando-se do devido contexto, o *whig* não seria capaz de perceber as motivações concretas que teriam servido de pano de fundo para as tensões e os diversos conflitos anteriores, os quais poderiam conter uma explicação para o presente.³²

Dessa forma, a leitura de Butterfield sobre o historiador inglês dos oitocentos é a de um pesquisador que simplifica o processo histórico. Abandonando a contextualização e a especificidade histórica e partindo de seus princípios morais particulares e condizentes com a formação social inglesa no século XIX, o *whig* tendia a regredir linearmente a história até um ponto onde conseguiria encontrar um conjunto de indivíduos responsáveis pelo ponto de partida do progresso da humanidade.

O autor exemplifica sua tese com o caso dos calvinistas durante as revoluções inglesas do século XVII. Butterfield é categórico em dizer que o historiador *whig* enxergava o puritano daquele tempo como a origem, o ponto de partida e o agente motor de todo o progresso histórico cujo resultado seriam as concepções liberais e protestantes do século XIX. Concretizando um espírito de liberdade, os puritanos eram então glorificados como os originários do atual estado de coisas, ao mesmo tempo em que os realistas seriam

³¹ Ibidem., p. 35.

³² BUTTERFIELD, H. Op. cit., pp. 34 – 36.

obstáculos quase intransponíveis para o avanço civilizatório. O *whig* esquecia, no entanto, diz o autor, do ambiente histórico específico que teria permitido aos puritanos um papel revolucionário: a perseguição política e religiosa do absolutismo inglês, colocando os calvinistas em minoria e apresentando a revolução como a única alternativa em direção às mudanças sociais e institucionais. Ainda segundo Butterfield:

O historiador whig gosta de mostrar como o calvinismo contribuiu para o desenvolvimento da liberdade moderna [...]. Seja o calvinismo o nosso tema ou outra coisa qualquer, é geralmente fácil de constatar praticamente o inverso do que o historiador whig tão prontamente acredita; e ao invés de ser grato ao calvinismo por nossa liberdade somos tão razoáveis se transferirmos nossa gratidão àquelas conjunturas e circunstâncias adjuntas que em certos países fizeram do calvinismo, talvez a despeito de si mesmo, um aliado da liberdade. Por todos os meios sejamos gratos aos puritanos da Inglaterra do século XVII, mas sejamos gratos que eles estiveram por tanto tempo em minoria e em oposição ao governo, pois isso era a exata condição de sua utilidade.³³

O historiador *whig* teria essa mesma postura, de acordo com o autor, no que concerne às discussões sobre a constituição inglesa. O acadêmico da historiografia inglesa tradicional seria capaz de imaginar as leis britânicas como fruto direto do esforço contínuo de indivíduos tão liberais e progressistas quanto ele, os quais teriam lutado contra os obstáculos dos tiranos e dos conservadores. Não conseguia perceber, assim, que as instituições inglesas do século XIX foram produtos não de um lado apesar do outro, mas exatamente da imbricação e das disputas entre as duas partes num contexto historicamente determinado. Ao invés de resultar de um grupo especial de indivíduos ancestrais do liberalismo oitocentista, a constituição inglesa seria, segundo Butterfield, derivada da própria complexidade da história.³⁴

Em síntese, o historiador *whig* estaria sempre em busca das origens, dos marcos fundamentais na história. Ele parte de suas concepções e princípios particulares, válidas para o século XIX, e replica-as unilateralmente ao período histórico estudado, objetivando encontrar as grandes figuras, os indivíduos relevantes que justificassem uma apologia do presente. Nesse sentido, o *whig* realizava o esforço de decidir para quem deveríamos creditar algum fenômeno histórico. Na realidade, segundo Butterfield, era

³³ Idem., pp. 40 – 41. Tradução própria.

³⁴ Ibidem., p. 41.

necessário indagar sobre qual contexto e quais elementos concretos estiveram por trás, naquela ocasião específica, da emergência de algum fenômeno histórico.³⁵

3. Um estudo de caso: a marinha real sob Carlos I

Iniciaremos, agora, a resenha de um artigo que tratou da frota marítima inglesa durante o reinado de Carlos I: “The Royal Navy Under Charles I” (*English Historical Review*, 1894), escrito por Michael Oppenheim. Nossa interesse aqui é usá-lo como referência primária para enriquecer a discussão teórica e metodológica por nós apresentada nas seções anteriores. Assim, não pretendemos realizar simplesmente uma leitura exegética, mas sim recuperar pontos principais que corroboram com os argumentos que apresentamos anteriormente.

O autor inicia seu texto apresentando a estrutura da marinha britânica assim que Carlos I herda a coroa da Dinastia Stuart. A maioria da frota pertencia ainda à época em que Elizabeth I era rainha da Inglaterra, sendo a embarcação mais antiga datada de 1582. Já na primeira página, por outro lado, impressiona o elevado teor descritivo e especializado do artigo. Oppenheim mostra que, no período que vai de 1625 até 1628, era elevada a proporção de marinha mercante armada no total das embarcações. Em 1625, de 82 navios, 73 correspondiam à marinha mercante. Já em 1628, de um total de 96 embarcações, 82 eram desse mesmo tipo. Assim, a proporção de marinha mercante armada não conseguiu ser menor do que 85% do total da frota nesse período. O autor credita esses números a um possível desejo da realeza de preservar os navios reais, com marinheiros que o manejassesem habilmente, ou então ao próprio estado precário e ineficiente desses mesmos navios.³⁶

Após a breve, porém detalhada, descrição inicial da frota inglesa, Oppenheim então ensaiá uma análise comportamental do rei e de seu antecessor. Diz o autor que Carlos I, assim como seu pai Jaime I, tinha especial interesse por uma marinha robusta e bem protegida. Mas por motivos diferentes. O pai percebia a frota como um acessório representativo da importância e da dignidade real, transmitindo imponência e respeito a demais homens de Estado. Já o filho, longe de conceber a marinha apenas como um instrumento para satisfazer vaidades pessoais, enxergava nela uma forma de demonstração de força militar e diplomática. O autor ainda recorre a documentos e arquivos estatais para representar

³⁵ BUTTERFIELD, H. Op. cit., pp. 45 – 46.

³⁶ OPPENHEIM, M. “The Royal Navy Under Charles I”. *The English Historical Review*, Vol. 9, No. 33, 1894, p. 92.

Carlos I como um monarca efetivamente interessado nos assuntos navais, realizando supervisões pessoais constantes e até mesmo passando por cima de opiniões e recomendações de oficiais no que concerne a assuntos técnicos.³⁷

O historiador aponta ainda que nenhuma embarcação nova foi introduzida nos primeiros anos do reinado de Carlos I, elemento que agravava ainda mais a insuficiência da marinha britânica diante de ofensivas de corsários e piratas franceses e turcos. Oppenheim então recorda das disputas internas entre a burocracia estatal e o parlamento inglês, que acusava o Palácio de Buckingham de adotar uma postura negligente diante da necessidade de melhoramentos e reforços nas embarcações para combater ataques estrangeiros. De fato, o autor é categórico ao dizer que as frotas francesas e turcas eram muito mais velozes que as inglesas. Estas eram robustas e pesadas, impróprias para movimentos velozes de captura do inimigo. É bem verdade que essa composição da frota inglesa, por outro lado, abriu espaço para inúmeras vantagens, dentre elas a elevada resistência das embarcações, garantindo vitórias importantes na guerra da Inglaterra contra Países Baixos.³⁸

O artigo leva-nos em seguida a uma descrição minuciosa da frota britânica, prestando especial atenção aos navios *Henrietta* e *Maria*. Ambos se enquadravam no caso de embarcações pouco velozes, mas com considerável força e resistência. Dotados de armamento pesado, os dois continham quatro colubrinas e quatro colubrinas médias: canhões medievais próprios para ações marítimas, com o objetivo de atingir alvos de longo alcance. Oppenheim nota, por outro lado, que a pressão interna aos navios exercida por esse armamento dificultava a navegação em mar aberto, produzindo custos elevados de manutenção para poucos resultados eficazes na arena bélica. O historiador então revela os custos envolvidos no embarque e na movimentação desses navios entre Woolwich e Chatham (distritos do sudeste inglês), apontando uma considerável soma de £12,071.³⁹

O autor em seguida discute um relatório produzido entre 1626 e 1627 que analisa o desempenho de embarcações adicionadas à frota britânica a partir do ano de 1618, antes de Carlos I assumir o trono inglês. No documento, consta uma análise positiva de uma embarcação chamada *Constant Reformation*, considerada robusta e segura para navegação. As críticas mais pesadas, por outro lado, são direcionadas aos navios *Victory* e *Garland*, caracterizados nos relatórios como porcamente construídos e lentos para

³⁷ Idem., pp. 92 – 93.

³⁸ Ibidem, pp. 93 – 94.

³⁹ OPPENHEIM, M. Op. cit., pp. 95 – 97.

movimentação em alto mar. Outras embarcações até teriam recebido algum reconhecimento ou elogio, mas sem muito entusiasmo. Oppenheim, entretanto, justifica o parecer negativo do relatório à postura competitiva dos superintendentes da burocracia estatal, os quais seriam também, de acordo com o historiador, invejosos e frustrados. Isso porque inúmeras embarcações presentes nesse relatório continuaram navegando e combatendo no ultramar até o reinado de Carlos II, ou seja, após a convulsão social revolucionária da década de 1640.⁴⁰

Seguindo sua discussão sobre a marinha britânica, o autor novamente retoma sua descrição comportamental de Carlos I. Como apresentamos acima, Oppenheim atenta já no início de seu artigo para as interferências do rei na política e nas estratégias navais de seu país. Nesse estágio da exposição, ele mostra a intromissão e o controle do monarca no ano de 1635, quando ordenou que um dos principais navios da frota, o *Warspite*, fosse retirado do quadro bélico e passasse a atuar numa função simplesmente portuária, indo contra recomendações dos especialistas. Nas palavras do autor:

Em 1635 Carlos, novamente exemplificando a exata interferência real, senão controle, que ele exercia nos assuntos navais, ordenou, contra as recomendações dos principais oficiais, que o Warspite deveria ser reduzido a um barco mais leve para serviço portuário em Portsmouth.⁴¹

Nota-se, ao mesmo tempo, que Oppenheim atenta para o crescimento da frota francesa no mesmo período, muito por conta das transferências de embarcações inglesas ao Estado francês então chefiado por Luís XIII. É bem verdade que os oficiais da marinha nacional bloqueavam ou confiscavam navios estrangeiros que haviam sido transferidos à França. Nesse sentido, o autor destaca inúmeras notícias de navios holandeses que haviam sido comprados pela realeza em 1627 e que foram confiscados ou destruídos na fronteira francesa meses depois. O fortalecimento da marinha da França, assim, teria se dado de forma artificial, com interferências da burocracia e encerramento de acordos prévios. Mesmo com um substancial crescimento nos anos de 1630, a frota francesa seria reduzida a menos de 15% da frota inglesa em 1661.⁴²

⁴⁰ OPPENHEIM, M. Op. cit., p. 100.

⁴¹ Idem., p. 103. Tradução própria.

⁴² Ibidem., pp. 104 – 105.

A partir da resenha desse artigo, identificamos pontos que contribuem para nossa análise sobre as características metodológicas e teóricas da historiografia inglesa que ganha força a partir da década de 1850.

Em primeiro lugar, é possível inferir a fidelidade do autor ao empirismo e ao método indutivo. Oppenheim não se furta a realizar um exaustivo arrolamento factual e arquivístico, partindo do pressuposto de que a simples coleta de informações empíricas revelaria por si só uma verdade histórica e uma explicação pretensamente neutra. É o que se percebe quando observamos as indicações de rodapé presentes no texto. Das 117 notas, 80 referem-se a um único documento do qual o autor extraí praticamente todos os seus elementos analíticos, construindo sua interpretação unicamente com base nesse arquivo, cuja rubrica é “*State Papers, Domestic, Charles I*”, contendo relatórios e informações estatais sobre o reinado de Carlos I. Percebe-se, assim, a fé inabalável do historiador da *EHR* nos documentos, enxergando neles o único caminho possível para alcançar uma explicação histórica incontestável.

Oppenheim também se alinha aos princípios liberais que inspiraram a historiografia britânica ao longo do século retrasado. O autor presta elevada atenção aos comportamentos individuais do rei Carlos I, realizando análises psicológicas sobre a postura do monarca diante da estrutura da marinha inglesa. Além disso, leva muito em conta as intrigas parlamentares, as supostas invejas de homens da burocracia, as disputas internas entre figuras de Estado. Adequa-se, nesse sentido, ao pressuposto de que o agente motor da história deveria ser encontrado unicamente na iniciativa e no comportamento do indivíduo, assim como nos eventos políticos e militares, nas instituições e nas disputas em que o indivíduo tomou parte.

4. Os estudos de história econômica na Inglaterra

A primeira associação de história econômica na Inglaterra, a *Economic History Society*, foi fundada em 1926, dando origem a uma das mais renomadas revistas da área: a *Economic History Review*. Nos EUA, por outro lado, observamos o nascimento da *The Journal of Economic History* após a fundação da *Economic History Association* em 1940. O processo de institucionalização dessa corrente específica de estudos históricos e econômicos ganha força nos primeiros anos do século XX. É, primeiramente, um momento de resistência dos profissionais da área. Estes assistiam ao fortalecimento da Escola Neoclássica no pensamento econômico britânico na virada dos oitocentos para os

novecentos e à consolidação do instrumental econométrico nos EUA após a Grande Depressão.⁴³

As origens dos estudos de história econômica que possibilitaram esse movimento de resistência, por outro lado, remontam a meados da segunda metade do século XIX na Inglaterra. Mais especificamente na década de 1870, quando a Economia Política Clássica entra em crise após a morte de John Stuart Mill. A partir daí os rumos do pensamento econômico passaram a ser disputados entre os acadêmicos interessados no uso da história como instrumento para a explicação econômica e os partidários do marginalismo, defensores de uma formalização matemática rigorosa na teoria.⁴⁴ De fato, recuperando os argumentos iniciais do principal expoente da Escola Marginalista na Inglaterra, William S. Jevons, percebe-se como ele realiza quase uma apologia da matemática, defendendo a Economia enquanto ciência exata e a necessidade de uma análise dedutiva e formal por parte dos economistas. Diz o economista:

*Parece-me que nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades. Onde quer que os objetos tratados sejam passíveis de ser maior ou menor, aí as leis e relações devem ser matemáticas por natureza. As leis usuais da oferta e da procura tratam inteiramente de quantidades de mercadoria procurada ou oferecida, e expressam a maneira pela qual as quantidades variam em conexão com o preço. Em consequência desse fato as leis são matemáticas. Os economistas não podem alterar sua natureza recusando-se a assim denominá-las; seria como, se pudessem, tentar alterar a luz vermelha ao denominá-la azul.*⁴⁵

Do excerto acima, já é possível notar como a compreensão metodológica do Marginalismo sobre o que deveria ser a teoria econômica chocava-se com o projeto

⁴³ A Escola Neoclássica de pensamento econômico nasceu ao final do século XIX. Formalizando conceitos primordiais do liberalismo clássico de Adam Smith e de David Ricardo, assim como sofisticando e aprofundando as teses do Marginalismo de William S. Jevons, os neoclássicos balizavam sua compreensão da dinâmica econômica a partir de uma análise subjetiva baseada em premissas sobre a racionalidade das firmas e dos consumidores. Ambos alocariam recursos de uma forma livre e eficiente, maximizando o lucro e a utilidade individual, respectivamente. Assim, a iniciativa do agente econômico racional é que estaria na base de toda a complexidade da economia moderna. Talvez o principal nome dessa corrente de pensamento foi Alfred Marshall. Professor de Cambridge, publicou uma obra seminal chamada *Principles of Economics* em 1890.

⁴⁴ SAES, Alexandre Macchione. “A institucionalização da História Econômica: história e ambiente intelectual na formação das associações de História Econômica”. In.: SAES, Flávio; SAES, Alexandre & ROSA RIBEIRO, Maria Alice (Orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 40 – 41.

⁴⁵ JEVONS, William S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Coleção “Os Economistas”, Nova Cultural, 1988, p. 30.

daqueles que defendiam uma fundamentação histórica para a Economia. A década de 1870, nesse sentido, antecipa disputas teóricas e metodológicas que ganharão força a partir do decênio seguinte, momento central para a consolidação dos trabalhos de história econômica.

É o intervalo de 1882 até 1904, porém, que pode ser considerado, de acordo com N. B. Hart, como o pontapé inicial, o *take-off* da história econômica na Inglaterra.⁴⁶ É nesse momento que aparecem trabalhos relevantes de autores como Arnold Toynbee e seu póstumo *Lectures on the Industrial Revolution in England* de 1884; Herbert Foxwell e seu *Irregularity of employment and the fluctuations of prices* de 1886; assim como William Cunningham e a obra *The growth of English Industry and Commerce in Modern Times* de 1882. Trata-se também de um período no qual surgem as primeiras cadeiras de história econômica na academia. Nos EUA, o britânico Sir William J. Ashley assume o posto em Harvard. Já na Inglaterra, as primeiras disciplinas dessa área seriam sediadas na London School of Economics.⁴⁷ O marco central desse processo de institucionalização, por outro lado, encontra-se no debate metodológico de Cunningham com Alfred Marshall na Universidade de Cambridge. Este representando a metodologia dedutiva e formalizada do neoclassicismo. Aquele sendo um dos grandes expoentes dos historiadores econômicos no final do século XIX.

Quando se observa superficialmente as disputas sobre os rumos do pensamento econômico na Inglaterra, simbolizadas pelo confronto acadêmico entre Cunningham e Marshall, o senso comum diz que o expoente do neoclassicismo britânico era um ferrenho opositor da história nos estudos de Economia. Ao longo do século XX, enraizou-se a opinião de que Marshall negligenciava completamente a possibilidade de usar a história como instrumento para a teoria. De acordo com Geoffrey Hodgson, um dos principais responsáveis por essa distorção foi o economista Lionel Robbins, que não levou em conta que a única divergência ríspida de Marshall com algum historicista foi justamente em sua controvérsia com Cunningham. Robbins também teria representado o neoclássico como um ferrenho opositor da Escola Histórica Alemã.⁴⁸

⁴⁶ HART, N. B. Apud. SAES, Alexandre. Op. cit., p. 41.

⁴⁷ Idem, p. 42.

⁴⁸ HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. University of Cambridge, 2001, p. 95.

Ao realizar uma análise crítica mais detalhada, no entanto, percebe-se que Marshall não só era um grande admirador dos trabalhos de historicistas alemães como também admitia e reconhecia os problemas da especificidade histórica no estudo econômico.⁴⁹ O autor teria a consciência de que a economia, se quisesse ser respeitada enquanto ciência, precisava levar em conta as transformações históricas que se passavam no próprio objeto de estudo. O problema era que o arcabouço teórico marshalliano não concedia espaço para a especificidade histórica. Em suma, é como se o autor não tivesse sido capaz de elucidar e aprimorar essa problemática em seus escritos. Sobre Marshall, nesse sentido, Hobsbawm diz que o economista “*sabia que a economia precisava da história, mas não como encaixar a história em sua análise*”.⁵⁰

Mesmo apreciando e levando em conta a importância do problema da especificidade histórica, Marshall observava limites claros na metodologia indutiva que embasava o trabalho dos historiadores econômicos na Inglaterra. Para o economista, a teoria não poderia ficar refém ou completamente submissa ao arrolamento factual e ao exercício empírico. O pensamento econômico, ao contrário, deveria sustentar-se em princípios com alto grau de generalidade, podendo sofrer alterações circunstanciais em seus parâmetros a partir de transformações históricas.⁵¹ Nesse sentido, as objeções de Marshall não se dirigiam à história *per se*, mas aos historiadores econômicos que considerava ingênuos, dotados de uma fé inabalável nos fatos e dispostos a construir toda uma teoria econômica simplesmente com base no arrolamento e na compilação de elementos empíricos.

Essa provocação, mesmo que moderada, despertou a crítica de Cunningham, este sim um defensor ferrenho do empirismo em Cambridge. Um dos principais nomes da história econômica na Inglaterra do século XIX, o autor advogava pela primazia das observações factuais como fundamento para o estabelecimento de qualquer teoria em Economia. Era contrário, portanto, a um arcabouço pautado por princípios supostamente universais. Nas palavras de Hodgson:

Como seus predecessores na Escola Histórica Alemã, Cunningham (1885) defendia o foco em unidades e agregados de economias nacionais. No entanto, ele alinhou-se a ala empirista radical da Escola Histórica, tornando-se então um dos mais relevantes opositores de Marshall [...]. Cunningham

⁴⁹ Idem., p. 96.

⁵⁰ HOBSBAWM, E. J. “Historiadores e Economistas”. In.: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 108.

⁵¹ HODGSON, Geoffrey. Op. cit., p. 100.

*determinadamente se opôs à visão, convincentemente expressa por Marshall em sua aula inaugural, que a teoria não poderia ser construída puramente sobre fatos. Em termos positivos, Cunningham defendeu a primazia dos fatos. Para Cunningham, (1887, p. 8), a economia deveria ser em primeiro lugar uma ciência empírica, preocupada com descrição e classificação [...].*⁵²

O desfecho da contenda que descrevemos e analisamos panoramicamente pendeu favoravelmente a Marshall e à Escola Neoclássica. Ao final do século XIX, o currículo de Economia em Cambridge sofreu uma reformulação substancial, exigindo que os dois primeiros anos de curso seriam dedicados puramente ao ensino teórico e que o último ano fosse reservado à economia aplicada, história econômica e política. Assim, as disciplinas de história passaram por um delicado processo de marginalização, diminuindo as chances de vitória da metodologia empirista entre os economistas.⁵³

É importante ressaltar, porém, que o mesmo processo de marginalização acadêmica permitiu a formação de um campo unicamente voltado para a atuação de historiadores econômicos na Inglaterra. Não é por acaso, portanto, que o debate metodológico que tem início na década de 1870 é tido como elemento central para a institucionalização da história econômica no país. Assim, Saes aponta que esse processo baseou-se em três pontos. Em primeiro lugar, muitos economistas passaram a reconsiderar o papel que a história poderia ter em suas análises após a crise da Economia Política Clássica. Ao mesmo tempo, os postulados de David Ricardo e John Stuart Mill sofreram forte contestação após a Grande Depressão do século XIX, quando se observou um decréscimo nas condições de vida dos trabalhadores e uma ampliação dos problemas sociais na Inglaterra. Finalmente, abria-se uma tendência entre economistas de buscar compreender os condicionantes históricos que teriam permitido a uma sociedade avançada como a Inglaterra ter alcançado tal patamar de desenvolvimento. Tudo isso envolto numa transformação da própria disciplina de história, com o fortalecimento da Escola de Oxford e a fundação da *English Historical Review*, assunto do qual tratamos nas páginas anteriores.⁵⁴

Em suma, podemos elencar duas características centrais dos estudos de história econômica na Inglaterra a partir da década de 1870. Do ponto de vista metodológico, percebe-se uma influência do positivismo e do empirismo da chamada “história

⁵² Idem., pp. 105 – 106. Tradução própria.

⁵³ SAES, Alexandre. Op. cit., p. 47.

⁵⁴ Idem., p. 43.

científica” que ganha força a partir de 1850. Os historiadores econômicos também prezavam pela acumulação de arquivos e documentos, partindo do pressuposto de que o simples arrolamento factual carregaria uma explicação imediata para os fenômenos econômicos. Era a tentativa de definir a economia enquanto uma ciência histórica e, acima de tudo, indutiva. Ao mesmo tempo, nas polêmicas a respeito da política econômica, defendiam uma presença maior do Estado como agente regulador das forças de mercado, devendo interferir ativamente nos conflitos entre o patronato e os trabalhadores. Advogavam também por um plano amplo de reformas com o objetivo de atingir a harmonia social.⁵⁵

Assim, pode-se concluir que há uma continuidade metodológica entre a história científica de Oxford e da *EHR* e a história econômica propriamente dita na Inglaterra. A filosofia liberal que norteava o trabalho dos historiadores tradicionais, no entanto, foi, em linhas gerais, marginalizada pelos historiadores econômicos. Estes foram mais influenciados por um programa estatal reformista, advogando pela maior intervenção do setor público na atividade econômica.

⁵⁵ Ibidem., pp. 43 – 44.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO MARXISTA DE MAURICE H. DOBB

1. Da adolescência até a entrada em Cambridge

Durante a adolescência, Maurice Herbert Dobb (1900 – 1976) costumava escrever pequenos romances e ficções. O precoce falecimento da mãe, Elsie Annie Moir, em 1913, contribuiu para uma juventude solitária. Passava a maior parte de seu tempo com os colegas do pai, Walter Herbert Dobb, um varejista de tecidos. Assim, uma das maneiras encontradas pelo garoto londrino para esquivar-se da difícil realidade pessoal era a criação de fantasias e de mundos épicos. Boa parte dos pequenos contos escritos em sua juventude narravam peripécias de aventureiros ingleses, com finais heroicos e triunfantes. Além disso, Dobb enviava rascunhos de suas redações para suas tias, numa tentativa de encontrar uma relação afetiva que substituísse aquela que havia com sua mãe.⁵⁶

Uma vez viúvo, Walter H. Dobb torna-se adepto do movimento religioso de origem americana chamado “Christian Science”. Esta, em linhas gerais, admitia que qualquer doença nada mais era do que uma distorção da realidade, obedecendo mandamentos da lei divina absoluta. Assim, toda manifestação científica deveria respeitar um princípio espiritual emanado de Deus. Com o falecimento de sua mãe, Dobb junta-se ao pai e passa a confiar nos preceitos espirituais sucintamente mencionados acima.⁵⁷

O historiador inglês Timothy Shenk, especialista na vida e na produção acadêmica de Dobb, conclui que uma possível explicação para os comportamentos tomados pelo economista em sua primeira adolescência está na análise sobre sua própria condição material. Tais atitudes descritas acima teriam sido típicas de famílias pequeno-burguesas da Inglaterra, como era a de Dobb. Morando no subúrbio londrino de Willesden, o núcleo familiar era sustentado pelos rendimentos oriundos do comércio tocado pelo pai. A mãe, por sua vez, vinha de uma família de mercadores. Ambos tinham uma orientação política conservadora, guiada de modo geral pela orientação religiosa presbiteriana compartilhada por Walter Dobb antes de sua conversão à “Christian Science”. Por fim, viam no investimento em boa educação o melhor caminho para que o filho alcançasse uma vida

⁵⁶ SHENK, Timothy. *Maurice Dobb: political economist*. Palgrave Macmillan, 2013, p. 09.

⁵⁷ Idem., pp. 09 – 10.

adulta bem-sucedida. E é assim que Maurice Dobb consegue, apesar de notas não muito acima da média, um lugar na Charterhouse de Londres em meados da década de 1910.⁵⁸

A Charterhouse é um mosteiro da Ordem dos Cartuxos fundado no ano de 1348.⁵⁹ A partir de 1611, passa a funcionar como uma escola religiosa. No século passado, era muito admirada na Inglaterra por abrigar alunos que posteriormente viriam a ser respeitados homens de negócio, funcionários públicos, físicos, acadêmicos e até mesmo banqueiros.

Em sua chegada à instituição, Dobb recorda da boa impressão inicial que guardou do ambiente. Com um campo vasto e límpido, repleto de estudantes jovens e animados, a Charterhouse parecia de início ser bastante agradável a alguém que passaria nela o restante da adolescência.

Observando a escola mais de perto, porém, Dobb percebeu a existência de garotos esnobes e adeptos da prática que hoje conhecemos como “bullying”. Além disso, olhava com desânimo o entusiasmo de estudantes que se vangloriavam do número de soldados alemães pelos quais seriam, em tese, responsáveis por derrubar ao ingressarem no campo de batalha. O ambiente piorava ainda mais na medida em que nosso autor era obrigado a ouvir missas e recitais religiosos em homenagem aos antigos alunos tombados em combate durante a Primeira Guerra Mundial. Sem notas muito altas e com pouca aptidão para os esportes, Dobb mantinha uma vida escolar solitária e pacata.⁶⁰

Com o avançar do conflito mundial, a possibilidade de servir para o exército nacional tornava-se factível para Dobb. Na intenção de evitar que isso se concretizasse, o jovem aluno passou a dedicar-se com afinco à Política e à História, o que então lhe rendeu uma significativa melhora em seu desempenho acadêmico. As boas notas garantiram uma bolsa de estudos na Pembroke College de Cambridge. Mais que isso: Dobb terminou seu ensino secundário sem correr o risco de ir a uma guerra que chegou a contabilizar 17 milhões de mortos.

Entre o término de seu ensino básico em 1919 e o início de seus estudos na Universidade de Cambridge, Dobb passou nove meses em Londres. Período em que seu pai lhe permitiu passar da maneira como bem desejasse. É a partir de então que o jovem começa a estudar autores como Marx, Engels, Hobson, Bernard Shaw e William Morrison, rendendo-lhe

⁵⁸ Ibidem., p. 10.

⁵⁹ Também conhecida como Ordem de São Bruno, os Cartuxos têm origem no ano de 1048. Assumiam uma postura puramente contemplativa e de caráter eremítico.

⁶⁰ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 10 – 11.

um interesse maior pelos estudos não só de História, mas também de Economia.⁶¹ O maior contato com essa literatura acompanhou a entrada de Dobb no movimento social inglês. Isso em um país marcado pela robusta tradição de pensamento que tem suas origens na filosofia de John Locke, sobre a qual falamos com mais cuidado no capítulo anterior.⁶² Tradição esta que sofre sérios reveses após os desastres da Primeira Guerra Mundial, que abalaram a crença enraizada na sociedade inglesa de que o liberalismo era a via apropriada e definitiva do avanço civilizatório da humanidade.⁶³ A Inglaterra passa a presenciar um vazio intelectual e político que ainda começava a ser ocupado por organizações de diversas correntes: trabalhistas, anarquistas, fabianas e marxistas.

Em meio a toda essa efervescência que preocupava os setores britânicos mais conservadores, crescia o número, embora ainda diminuto, de ativistas mais radicais. Dentre eles, encontrava-se Maurice Dobb. Este, em pouco tempo, dedicou-se mais às leituras de Marx e Engels.

Uma das justificativas para isso está na maior facilidade que havia para acessar as obras dos revolucionários comunistas na passagem para a década de 1920. É uma época em que aumentam as traduções do alemão para o inglês de textos canônicos do marxismo. Vale mencionar também o impacto da Revolução Russa de 1917 na própria conjuntura política europeia. A tomada do poder pela classe trabalhadora na Rússia, dirigida e organizada pelo Partido Bolchevique, foi acompanhada de greves, motins e revoltas democráticas que percorreram a Europa Oriental e Central. Na própria Inglaterra, por outro lado, o impacto da luta revolucionária no movimento trabalhista fez-se sentir nas reivindicações pela expansão dos direitos de voto. A partir de 1918, todos os homens britânicos poderiam votar. É nesse caldo político que muitos jovens passam a se preocupar com a necessidade de tomar parte no novo espectro que rondava o Velho Continente.⁶⁴

Assim, não demorou muito para que o interesse de Dobb na literatura marxista coincidisse com seu desejo pela atividade social e pela militância política. Ainda em 1919, o autor passou a frequentar greves, além de participar de campanhas contrárias à invasão de potências imperialistas na Rússia revolucionária. Também tinha lugar marcado em livrarias de esquerda procurando por panfletos que traziam atualizações sobre a convulsão

⁶¹ KAYE, Harvey J. Op. cit., p. 26.

⁶² CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13.

⁶³ JONES, Gareth S. *History: The Poverty of Empiricism*. In: BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideology in Social Science: Readings in Critical Social Theory*. Fontana, 1972, p. 104.

⁶⁴ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 13.

social russa. Acompanhou debates que discutiam os méritos e as diferenças existentes entre a Segunda Internacional e a Comintern. Tudo indicava que a criança quieta e solitária havia sido substituída por um ativista interessado em discursar para a classe trabalhadora, revigorado pela convicção de que a revolução socialista era algo possível na Inglaterra.⁶⁵

É nessa imersão de Dobb nos movimentos sociais e na teoria de Marx que seus interesses pelos estudos econômicos elevam-se ainda mais. Estes já haviam se manifestado a partir do contato inicial do autor com os autores acima mencionados. A História, por seu turno, continuava tendo espaço em suas pesquisas. Ela seria insuficiente, entretanto, para um jovem que buscava não apenas compreender minuciosamente a realidade social, mas também transformá-la. O melhor caminho para isso, segundo Dobb, teria de ser a Economia.⁶⁶

Buscamos apontar panorâmica e sucintamente elementos biográficos que antecedem a entrada definitiva de Dobb na Universidade de Cambridge. No início de sua graduação como economista, o autor se aprofunda em seus estudos sobre o marxismo, garantindo-lhe a possibilidade de dar um curso sobre “Economia Marxiana” no ano de 1921. Este, por sua vez, foi dirigido pela Plebs League, organização fundada por mineiros no ano de 1908 e que, até 1926, funcionou como uma das principais correntes do movimento de educação da classe trabalhadora inglesa.

As primeiras aulas do jovem Dobb tinham a intenção de responder a seguinte questão: “qual era o propósito da Economia Marxiana?” Segundo o autor, todos os economistas até então buscaram ter uma compreensão mais ou menos definitiva do funcionamento da máquina social no que concerne à produção de riqueza, à troca e à distribuição. A distinção entre os economistas burgueses e os marxistas, segundo Dobb, residia na compreensão que os últimos tinham da economia de mercado como um sistema integrado cuja lógica interna de funcionamento era historicamente determinada. Essa compreensão, por sua vez, estaria longe do arcabouço de pensamento econômico não marxista. Assim, embora o autor visse na Economia um caminho para a transformação social, a História não poderia ser deixada de lado caso o pensamento econômico quisesse ir além de uma análise superficial do presente. Ao final de seu curso, Dobb também discutiu temas

⁶⁵ Idem., 13.

⁶⁶ Ibidem., p. 20.

relacionados à Teoria Marxista do Valor, com análises sobre a mais-valia e a formação dos preços, refletindo também sobre outras escolas econômicas.⁶⁷

Com o que foi descrito acima, podemos ver que Dobb não havia perdido o interesse pela História, apesar de ser um graduando de Economia em Cambridge. O desenvolvimento de estudos sobre a teoria marxista logo o levou, então, a especializar-se no ramo da História Econômica. Anos depois e intelectualmente mais maduro, o autor aponta que a análise econômica só poderia ser consistente e efetiva quando conectada a um estudo histórico que compreendesse a própria formação da economia capitalista. Nesse sentido, os economistas, mesmo que incumbidos de resolver os problemas atuais, deveriam dar maior atenção ao passado. Só assim é que seria possível construir um “*sistema realista de economia*”.⁶⁸

2. Estudos iniciais sobre a formação do capitalismo

Os estudos econômicos e históricos de Dobb ganharam mais profundidade quando, ainda vinculado à Universidade de Cambridge, o autor trabalhou como pesquisador na London School of Economics entre os anos de 1922 e 1924. Durante esse período, o economista embarcou na problemática da teoria e da história da empresa capitalista, desembocando na publicação do artigo “The Entrepreneur Myth” (*Economica*, 1924).⁶⁹ É sobre ele que, agora, realizaremos uma reflexão mais pormenorizada.

Antes de ser publicado como um artigo, o texto havia sido apresentado e discutido na *Economic Section of the Heretics* da Universidade de Cambridge em maio de 1923. O nome é sugestivo: provavelmente se tratava de um grupo de estudos econômicos preenchido por estudantes e pesquisadores cuja vertente de pensamento distanciava-se da Escola Neoclássica, hegemonicamente em Cambridge. É num ambiente acostumado à corrente econômica tradicional, portanto, que o jovem Dobb apresenta suas teses iniciais sobre as origens do empresário capitalista, ou melhor, do burguês.

Seu artigo se inicia com uma crítica direcionada ao “senso comum” das análises econômicas inglesas sobre os primórdios do capitalismo. Isso porque era típica a visão de que o pontapé inicial da economia moderna estaria na Revolução Industrial, fortalecida

⁶⁷ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 20 – 21. Já ao final de sua vida, Dobb publicaria uma obra bastante conhecida sobre a História do Pensamento Econômico, intitulada *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith* (1973), onde realiza reflexões sobre a Teoria Marxista do Valor.

⁶⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 07.

⁶⁹ KAYE, Harvey J. Op. cit., p. 26.

na passagem dos setecentos para os oitocentos. Compartilhavam dessa opinião, de acordo com o autor, tanto os socialistas fabianos quanto os individualistas liberais. Estes viam a industrialização como o auge da liberdade empresarial, num contexto de plena mobilidade de recursos com expansão dos mercados e da atividade econômica. Aqueles, por outro lado, entendiam o mesmo fenômeno pelo ângulo inverso: a industrialização teria marcado o momento em que a sociedade passou a caminhar pelos trilhos errados. Erguia-se, com base nesta análise, um sistema fundado na concentração de poder e na desigualdade distributiva. Assim, segundo os fabianos, reformas sociais e um maior intervencionismo estatal com o fim de arbitrar os conflitos entre capital e trabalho tornavam-se imperativos para a reparação dos resultados produzidos pela Revolução Industrial.⁷⁰

Dobb ressalta, porém, que algumas interpretações liberais mais próximas ao período da publicação de seu artigo teriam evitado o “senso comum”. Elas conseguiriam enxergar a origem histórica da economia moderna num período prévio ao da Revolução Industrial. O principal trabalho, nesse sentido, teria sido o do Professor A. P. Usher: *An Introduction to the Industrial History of England* de 1920. Nele, poderia ser encontrada uma refutação mais consistente dos argumentos fabianos sobre o desenvolvimento econômico. Isso porque Usher comprehende a industrialização e, principalmente, o empresário como resultados lógicos e necessários de um fenômeno mais profundo e anterior à industrialização: a divisão social do trabalho. O fio condutor da origem da sociedade moderna e do sistema fabril teria de ser o processo pelo qual a atividade econômica e produtiva galgasse níveis cada vez maiores de diferenciação e complexificação.⁷¹

Os argumentos de Usher sobre a formação do sistema fabril encontraram, de acordo com Dobb, sua expressão mais acabada a partir do momento em que foram incorporados pela Escola Neoclássica. Ora, sendo o mundo econômico um complexo de firmas e consumidores que buscavam maximizar o bem-estar da forma mais eficiente possível com base na observação dos preços, deveria haver um elemento organizador capaz dar fluidez e dinamismo a todo esse delicado sistema de imbricações entre os indivíduos. Esse elemento era, por sua vez, o empreendedor. A ele caberia tomar decisões sobre assumir riscos e alocar recursos da melhor maneira entre inúmeras alternativas competitivas. O homem de negócios, cérebro das atividades produtivas, seria o resultado lógico da

⁷⁰ DOBB, Maurice. “The Entrepreneur Myth”. *Economica*, 1924, pp. 66 – 67.

⁷¹ CURY, V. M. “Maurice Dobb e o ‘Mito do Empreendedor’: o velho frescor de uma idéia.” In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7^a Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, p. 05.

complexificação econômica sobre a qual Usher fez menção. Assim, a economia moderna só poderia ser bem-sucedida por conta da existência do empreendedor. Sem ele, a divisão do trabalho teria legado não a eficiência e as vantagens do comércio, mas sim o caos e a desorganização.⁷²

Nesse sentido, o esforço de Dobb no artigo consiste em criticar a tese de que o empreendedor é um resultado lógico da divisão do trabalho e estritamente necessário do ponto de vista da organização social. O próprio nome da publicação ironiza o caráter apologético da interpretação neoclássica sobre os inícios da burguesia ao longo da formação do capitalismo.⁷³ Em suma, Usher e os neoclássicos estariam corretos em pensar as origens da empresa moderna previamente à Revolução Industrial. Teriam, entretanto, cometido o equívoco de não analisar outros elementos histórico-sociais que, de acordo com Dobb, foram mais decisivos e relevantes para o surgimento dos empreendedores.

O jovem economista pretendeu mostrar que uma boa análise sobre a formação da empresa capitalista deve dessacralizar tanto o fenômeno da divisão do trabalho quanto seu suposto resultado lógico. Assim, o autor propõe que a origem do empreendedor estaria fundamentada em antagonismos materiais e conflitos classistas propulsionados ainda no seio do modo feudal de produção. Nesse sentido, é central para o artigo refletir sobre como dois elementos sociais decisivos, as vantagens diferenciais monopolistas e a apropriação privada da terra, expressaram contradições de classe sobre as quais teria se erguido o empresário moderno. De acordo com Dobb:

Certo, talvez seja fútil questionar se o passado poderia ter sido diferente do que ele foi, ou questionar se o futuro será diferente do que será; mas para propósitos analíticos é justificado sustentar que, se outros fatores além da divisão do trabalho não estivessem presentes, o empresário capitalista não teria acontecido. Outros fatores sociais, tais como diferenciação classista e propriedade privada da terra, possuem o mesmo direito de serem chamados “causas” do empresário capitalista [...].⁷⁴

Em primeiro lugar, uma parcela diminuta da sociedade, associando-se a setores da própria aristocracia, obteve poder político suficiente para se organizar como uma classe de

⁷² DOBB, Maurice. Op. cit., p. 69.

⁷³ CURY, V. M. Op. cit., p. 05.

⁷⁴ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 70. Tradução própria.

monopolistas capazes de chefiar negócios extremamente lucrativos.⁷⁵ Diante disso, essa fração da comunidade conseguiu assumir riscos e custos dos empreendimentos comerciais que começavam a despontar na Europa.

Junto ao poder político concedido aos empresários que imiscuíam seus interesses aos da nobreza, a formação de barreiras de entrada para novos empreendimentos permitiu a criação de gigantescas *guildas mercantis* a partir do século XV. De acordo com o autor, tais limitações criavam condições para uma oferta de mercadorias cada vez mais inelástica, dando às corporações maior margem para manipulação dos preços de modo a garantir lucros de monopólio. Além disso, restrições ao ingresso de novos comerciantes nas guildas fechavam ainda mais o núcleo de agentes monopolistas. Em meio à expansão do comércio, tornava-se cada vez mais custoso migrar da função de jornaleiro para a de mestre e de grande comerciante. Não foram raros os casos em que, para um jornaleiro tornar-se mestre, era necessário que ele organizasse jantares luxuosos para a aristocracia local. Dobb nos mostra que, ao longo do reinado de Jaime I, as exigências para iniciar uma carreira numa grande companhia teriam chegado à cifra de £100,00. Assim, barreiras de entrada e requisitos caros contribuíram para fortalecer o poder da burguesia mercantil nascente.⁷⁶

Dobb apresentou, dessa forma, mecanismos que estiveram por trás da formação de grandes monopolistas na transição do feudalismo para o capitalismo. A origem da burguesia, figura marcante da economia capitalista, não poderia ser traçada a partir de uma análise simplória (segundo o autor) a respeito da complexificação e da divisão do trabalho.

Se uma pequena parcela da sociedade conseguiu desfrutar das vantagens diferenciais dos monopólios e dos privilégios políticos, foi necessário que o grosso da população entrasse em situação de dependência econômica e de considerável miséria. A apropriação privada da terra, principalmente em setores de atividade mineradora na Europa, teria contribuído para jogar uma série de mineiros nas fileiras do proletariado nascente. Tornavam-se, geralmente, empregados submissos aos mandos de um senhor. Este, um monopolista, obrigava os trabalhadores a fundirem os minérios em suas casas de fundição. Assim, a formação dos monopólios foi acompanhada de dependência econômica e social. Era necessária uma parcela volumosa da população que trabalhasse para garantir os lucros

⁷⁵ Idem., p. 71.

⁷⁶ Ibidem., p. 74 – 75.

monopolistas. Diante disso, a ascensão social ficava difícil para os indivíduos mais pobres na passagem do feudalismo para o capitalismo. Mesmo havendo algum ou outro caso mostrando o contrário, o autor nota que “*existiam suficientes obstruções para a mobilidade, vantagens diferenciais suficientes nas mãos de certos grupos*”, o que acabava por garantir uma oferta elástica de mão-de-obra a ser consumida pelos empresários.⁷⁷

Em suma, as contradições externalizadas nesses processos e que cumpriram papel decisivo na formação do capitalismo (especialmente de seus empresários) materializaram-se na forma de conflitos mais ou menos violentos entre trabalhadores e grandes comerciantes. Também não foram raras as disputas entre jornaleiros e mestres durante o século XV em cidades germânicas. Além disso, a Holanda e o norte da Itália, com cidades que viveram seu auge durante a expansão comercial, presenciam confrontos e tensões classistas semelhantes.⁷⁸

Outro elemento que merece ser destacado na análise de “The Entrepreneur Myth” é a distinção verbal realizada por Dobb quando o autor trata da figura idealizada do empreendedor e de sua representação concreta, o empresário. Para o primeiro caso, o termo em inglês é o próprio *entrepreneur*. Nos dicionários mais recentes, *entrepreneur* é o dono de um negócio, o controlador de uma empresa a partir do uso aquisitivo do dinheiro, o tomador de riscos. Para o segundo caso, o autor usa a palavra *undertaker*. Aqui é necessário certo cuidado. Isso porque o significado atual e mais usado do termo remete ao agente funerário. Em dicionários mais antigos e mais próximos da publicação do artigo, no entanto, havia uma segunda acepção da palavra: *undertaker* era o patrão, o empresário, o empregador. Até hoje, inclusive, o verbo *to undertake* quer dizer empreender, contratar, executar algum negócio.⁷⁹

A escolha de verbetes diferentes para retratar empreendedor e empresário acabou por ser fundamental para o artigo. Um último posicionamento de Dobb em seu texto é a recusa do pressuposto de que há perfeita adequação entre o empreendedor ideal e o empresário do mundo real capitalista. Isso porque, num sistema marcado pelo conflito entre capital e trabalho e, portanto, por antagonismos de classes, a atividade empresarial geraria mais ineficiência e exploração do que prescrevem os postulados neoclássicos. Se o

⁷⁷ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 76. Tradução própria.

⁷⁸ Ibidem, p. 74.

⁷⁹ CURY, V. M. Op. cit., pp. 03 – 04.

empreendedor ideal, o qual seria nada mais que um parâmetro algébrico, conseguiria alocar recursos de modo a gerar eficiência e bem-estar, não poderíamos dizer o mesmo sobre o patrão do mundo real. Numa sociedade capitalista, Dobb aponta, o espelhamento entre empreendedor e empresário seria imperfeito. Nas palavras do autor:

O empreendedor da teoria pura – o regulador da produção de acordo com a máxima econômica – é apenas um símbolo algébrico. É a formulação para uma função necessária (no sentido não matemático), para a qual o fato da diferenciação econômica dá sentido. É um tanto equivocado, porque a mesma palavra é usada para a função e para a pessoa cumprindo-a, para o empreendedor ideal no mundo livre de fricção econômica e para o empresário no mundo com bastante fricção econômica de fato, que por isso os dois são idênticos. Isso, quando constatado, parece óbvio o suficiente; mas o erro na prática, não obstante, não está confinado a pensadores de segunda categoria.⁸⁰

É possível perceber, portanto, que essa distinção semântica está longe de ser fortuita. Ela mostra como o cuidado do autor no uso das palavras e de seus significados lastreia-se no cuidado com suas próprias premissas teóricas. Dobb, como vemos, analisa em que medida antagonismos materiais e contradições de classe teriam agido de modo decisivo para a formação da empresa capitalista e da sociedade moderna. Essa proposta alternativa de estudo do desenvolvimento econômico impede que o autor replique no patrão do mundo real a figura neoclássica idealizada do empreendedor.

Convém notar também que a atenção com a definição dos termos é algo que Dobb levará de “The Entrepreneur Myth” para sua principal obra. Aqui vale mencionar que o primeiro capítulo dos *Studies* é dedicado a discutir o significado de apenas uma palavra: capitalismo. Isso porque, de acordo com o autor, a maneira como se empregam certos termos indica e esclarece o fundamento teórico utilizado para reconstituir historicamente a formação da economia burguesa moderna.⁸¹ Mostraremos isso com mais detalhe no próximo capítulo.

Ao analisar o artigo, podemos adentrar na discussão sobre até que ponto Dobb já apresentava, aos 24 anos, maior familiaridade com o arcabouço teórico marxista no momento de esboçar suas primeiras teses sobre o desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. Para isso, convém retomar alguns argumentos demonstrados pelo

⁸⁰ Idem., p. 71. Tradução própria.

⁸¹ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 13.

próprio Marx em suas reflexões sobre a formação do modo de produção capitalista. Nos estudos da acumulação originária de capital, o revolucionário alemão se debruça sobre os mecanismos que estiveram por trás tanto do surgimento da classe trabalhadora como da classe dos capitalistas industriais.

A principal distinção do capitalismo frente a outras formas de organização social, segundo Marx, é que a própria força de trabalho constitui-se, na economia burguesa, como uma mercadoria. Meios de produção e de subsistência, por outro lado, transformam-se em capital.⁸² Essa seria a condição fundamental para a existência de uma classe trabalhadora com livre mobilidade no mercado de trabalho, mas que, ao mesmo tempo, fosse despossuída de seus próprios meios de reprodução. No outro polo, havia os compradores de força de trabalho e proprietários privados dos meios de produção, os quais formavam a classe dos capitalistas. Esse contato antitético é que estaria por trás das relações de produção fundamentadas na produção constante e crescente de mais-valia e, portanto, na valorização do valor em escala cada vez maior.⁸³

Num primeiro momento, Marx avalia que a formação de uma classe de trabalhadores, em especial na Inglaterra, só teria sido possível graças à violenta expropriação de terras comunais. Assim, com a apropriação privada de regiões antes ocupadas pela maioria da comunidade, uma massa de expropriados foi, ao longo de toda a transição do feudalismo ao capitalismo, formando as fileiras do proletariado vendedor apenas de força de trabalho.

De acordo com o autor:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo [...]. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica.⁸⁴

⁸² A força de trabalho e os meios de produção adentram na circulação capitalista como mercadorias a serem compradas pelo burguês. Na esfera da produção, por outro lado, transformam-se nas parcelas variável e constante do capital, respectivamente. Cf. MARX, Karl. *O Capital*, cap. VI (Livro I). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

⁸³ MARX, Karl. Idem., p. 786.

⁸⁴ Idem., pp. 787 – 788.

Ao tratar especificamente da origem dos capitalistas industriais nos primórdios do novo modo de produção, Marx enfatiza também o papel dos monopólios das grandes companhias forjadas durante a expansão comercial e colonial no processo de acumulação originária. Os privilégios monopolistas concedidos a uma parcela restrita da sociedade europeia teriam servido como grandes mecanismos de espoliação e pilhagem. Garantindo, assim, transferência e concentração de capital nas mãos daqueles que seriam, com a Revolução Industrial, os futuros empresários e patrões burgueses. Não é por acaso que, para o autor, um dos legados da Idade Média teria sido justamente os movimentos do capital comercial. Este se encontra presente em diversas formas pré-capitalistas de organização social, mas funcionou como um elemento importante na passagem para economia moderna. De acordo com Marx:

[...] a Idade Média havia legado duas formas distintas do capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* (em geral): o capital usurário e o capital comercial [...]. O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopólia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital.⁸⁵

A leitura de alguns apontamentos de Marx sobre o processo de formação do capitalismo nos dá indícios sobre como Dobb já era influenciado pelo arcabouço teórico marxista quando se empenhou a estudar, pela primeira vez, o desenvolvimento econômico em perspectiva histórica.⁸⁶ Como podemos ver, os dois autores levam em consideração como antagonismos materiais e mecanismos violentos de destruição de sociedades pré-capitalistas foram decisivos para a formação dos empresários burgueses. Mais do que uma origem linear do empreendedor a partir da divisão do trabalho, os conflitos e os interesses

⁸⁵ Ibidem., pp. 820 – 823.

⁸⁶ Muito embora Dobb não tenha citado Marx diretamente no artigo em questão.

classistas tiveram papel central na criação dos capitalistas e da nova forma de organização social como um todo.⁸⁷

3. Divergências entre Dobb e os economistas

Um ano após a publicação de “The Entrepreneur Myth”, Dobb é convidado por Dennis Robertson, um de seus mentores, para trabalhar como Professor e Diretor Assistente de Estudos na Trinity College de Cambridge. Até esse evento, o jovem economista havia escondido de colegas e docentes toda sua filiação política e teórica. Poucos sabiam de sua relação com o marxismo e muito menos de sua atividade política no movimento social inglês. Mesmo escrevendo uma carta revelando “toda a verdade”, onde o autor dizia que aceitaria uma possível retirada da primeira oferta, Robertson não se importou com o que estava escrito nela. Dobb começaria a dar aulas em Cambridge.⁸⁸

Ao longo de sua docência, Dobb manteve contato com uma série de economistas que deram aulas na universidade. Um deles foi John Maynard Keynes. Tido por este como um de seus melhores alunos, Dobb havia sido convidado em 1920 para participar do Political Economy Club. Era uma espécie de grupo de estudos composto pelos economistas mais promissores (de acordo com seu organizador), sendo chefiado pelo próprio Keynes. Durante as reuniões, um dos membros deveria iniciar e guiar a leitura de um texto específico a ser discutido por todos. Na vez de Dobb, foi feita uma ardente defesa do pensamento de Marx e de sua teoria. Keynes então lançou um olhar arrasador e de desprezo ao entusiasmado universitário.⁸⁹

Keynes era um economista pouco afeito ao marxismo. Mais que isso, desdenhava de sua tradição teórica. Sobre *O Capital* de Marx, o autor era taxativo: “*Como posso aceitar uma doutrina que estabelece como sua Bíblia, acima e além da crítica, um livro-texto obsoleto de Economia que, pelo que sei, não é apenas cientificamente errôneo, mas igualmente sem interesse e aplicação no mundo moderno?*”.⁹⁰ Este curto depoimento

⁸⁷ Um ano depois da divulgação de seu primeiro trabalho sobre o desenvolvimento econômico capitalista em perspectiva histórica, Dobb desdobra seus estudos iniciais no livro *Capitalist Enterprise and Social Progress* (1925).

⁸⁸ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 01.

⁸⁹ SHENK, Timothy. *A Marxist in Keynes' Court*. In. Jacobin Magazine, 2013.

⁹⁰ KEYNES, J. M. *Essays in persuasion*, 1931. Apud. SILVA, Adroaldo Moura da. “Apresentação: Keynes e a Teoria Geral”. In.: KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Coleção “Os Economistas”, Nova Cultural, 1996, p. 11.

serve, inclusive, para lançarmos dúvida às tentativas de estabelecer um ecletismo teórico vulgar entre o pensamento keynesiano e o marxista.

Apesar de sua rejeição pelo marxismo, Keynes respeitava alguns marxistas isoladamente. Um deles era Dobb. Mesmo após sua postura incisiva no Political Economy Club, o professor consagrado o elogiou por sua audácia e seu empenho. Anos depois, concluída sua experiência como pesquisador na LSE, o jovem economista teve Keynes como um de seus pilares para iniciar a carreira de Professor. Ainda em 1925, os dois viajaram para a URSS, onde Keynes foi convencido por seu ex-aluno e agora docente a dar uma aula sobre política monetária para os oficiais e burocratas do governo soviético. Tal fato sugere que entre os dois acadêmicos de Cambridge havia um bom relacionamento.⁹¹

O bom convívio entre Keynes e Dobb, no entanto, não foi capaz de eliminar deste um certo desconforto presente ao longo de sua carreira como docente em Cambridge. Segundo Shenk, o jovem economista chegou a relatar, ironicamente, que passava dias “*ensinando jovens exploradores a explorarem seus trabalhadores da forma mais humanizada e atual*”.⁹² Ao mesmo tempo, embora Keynes se apresentasse, desde a publicação de *The End of Laissez-faire* (1926), como um crítico do pensamento econômico liberal, rejeitava e ridicularizava qualquer questão que pudesse envolver uma análise classista da sociedade. O economista pensava as lutas de classes como sentimentalismo barato. Era o contrário de Dobb, que via nos antagonismos materiais constitutivos da estrutura social a chave para o entendimento da própria dinâmica econômica.⁹³

O pensamento econômico, por outro lado, viria a passar por aquilo que muitos convencionaram chamar de “revolução keynesiana”. Em meio à depressão mundial que se seguiu ao *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, John Maynard Keynes publica *The General Theory of employment, interest and money* no ano de 1936. Esta é considerada a obra fundadora da teoria macroeconômica, contestando alicerces do arcabouço teórico neoclássico, fazendo com que Keynes seja até hoje considerado por muitos o maior economista do século XX. O novo livro acabou dividindo ao meio o departamento de economia de Cambridge, envolto em intensos debates entre os que viam Keynes como líder de uma revolução conceitual e os que se recusavam a aderir aos novos fundamentos

⁹¹ Ibidem.

⁹² DOBB, Maurice. Apud., SHENK, Timothy. Op. cit. Tradução nossa.

⁹³ SHENK, Timothy. Op. cit.

propostos pelo autor. Dobb, por seu turno, evitou ingressar nas discussões mais acaloradas que invadiram os corredores da instituição. Um pouco por razões privadas. O jovem professor possuía “aliados políticos” na academia contrários aos conceitos keynesianos. Um deles era o próprio Dennis Robertson, que o havia convidado a dar aulas na Trinity College. Além disso, trabalhos de amigos mais íntimos, como Piero Sraffa, lhe tomaram maior tempo e dedicação. Este havia ajudado Joan Robinson, uma das principais representantes do pensamento pós-keynesiano, na publicação de *The Economics of Imperfect Competition* (1933).⁹⁴

É bem verdade que, apesar do relativo afastamento, Dobb não ficou inteiramente alheio aos debates em torno da obra máxima de Keynes. Em um conjunto de notas não publicadas sobre *The General Theory* datado de 1938, o autor rejeita a ênfase do livro no conceito subjetivo das expectativas dos agentes econômicos.⁹⁵ Uma “teoria sobre expectativas” que estaria interessada, de acordo com Dobb, em substituir os princípios objetivos da Economia Política Clássica, norteados a partir da realidade concreta da produção e da distribuição no sistema capitalista. Do ponto de vista prático, o autor também contestou o apelo de Keynes à intervenção do Estado na economia em momentos como o da Grande Depressão. Questionava a capacidade do investimento estatal para reverter quadros calamitosos, presumindo que tal interferência não resolia os problemas estruturais inerentes à dinâmica de contradições próprias do modo de produção capitalista. Mais que isso, Dobb chegou a afirmar que uma maior presença do setor público na economia de um país poderia fazer deste uma nação mais vulnerável às crises, uma vez que a alocação de recursos seria direcionada a áreas menos eficientes e menos produtivas.⁹⁶ Tal crítica ao intervencionismo feita pelo autor nos sugere que Dobb tenha se inspirado em Engels. Em carta a Joseph Bloch em 1890, o revolucionário alemão argumentou que, numa situação em que o poder estatal reage em sentido oposto à dinâmica de desenvolvimento econômico, as forças estatais podem, no limite, emperrar a economia e provocar desperdício de forças produtivas e de recursos humanos. Diz Engels:

⁹⁴ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 80 – 81.

⁹⁵ Lembremos que um dos postulados principais de Keynes é o de que uma economia monetária, como é a economia de mercado, submete os empreendedores a uma incerteza sobre se haverá demanda suficiente para absorver a produção previamente realizada e, portanto, se seus lucros esperados serão realmente concretizados. Assim, os empresários são nutridos por uma expectativa a respeito da realização de seus lucros que não consegue ser confirmada a priori.

⁹⁶ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 81 – 82.

*A reação do poder do Estado para com o desenvolvimento econômico pode ser um dos três tipos: (i) pode ser que corra na mesma direção e então o desenvolvimento seja acelerado; (ii) ele pode se opor à linha do desenvolvimento, o que, nos dias de hoje fará com que o poder de Estado seja estraçalhado no longo termo e; (iii) pode barrar o desenvolvimento econômico em algumas direções e prescrevê-lo em outras. Isto reduz as possibilidades para uma das duas anteriores. Mas é óbvio que nos casos dois e três, o poder político pode causar grandes danos ao desenvolvimento econômico e resultar em grande dispêndio material e de energia das grandes massas.*⁹⁷

As críticas de Dobb à obra de Keynes, por outro lado, também possuíam motivações teóricas e intelectuais mais profundas. Observando o franco colapso da economia capitalista após o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, o autor havia chegado à conclusão de que aos economistas restariam apenas dois caminhos. Eles poderiam continuar realizando análises parciais e superficiais, restritas a um estudo sobre o comportamento dos preços relativos no mercado. Ou então poderiam retomar uma tradição perdida: a tradição da Economia Política. Interessada nos fenômenos econômicos “macroscópicos”, a Economia Política teria alcance e capacidade muito maior para atacar os problemas estruturais da sociedade capitalista, mesmo que em menor nível de formalização matemática. Keynes, de acordo com Dobb, estaria muito mais inclinado à primeira alternativa. Naquela época, o autor chegou a dizer que, embora o keynesianismo se manifestasse como grande crítica à Escola Neoclássica, acabava sendo, essencialmente, apenas um “marketing melodramático”.⁹⁸

Assim, se para Dobb era necessário recuperar uma tradição esquecida entre os economistas, o primeiro passo para isso teria de ser a retomada da teoria do valor-trabalho. Tal teoria é que funcionaria como a principal ferramenta para compreender os problemas característicos da sociedade moderna. Colocando-se acima da ênfase “microscópica” da economia aplicada, ela teria condições de prover critérios objetivos para uma análise crítica sobre o próprio capitalismo. Esta, com seus inícios ainda em

⁹⁷ ENGELS, Friedrich. *Carta para Joseph Bloch*, setembro de 1890. É importante recordar que Engels e Marx não eram estatistas. Não acreditavam no Estado Burguês como um possível harmonizador das contradições de classe, mas sim como um instrumento para a dominação dos capitalistas. Desde a publicação de 18 de brumário de Luís Bonaparte, em 1852, Marx aponta para a necessidade de os trabalhadores destruírem a máquina estatal capitalista como pré-condição para estabelecerem seus próprios mecanismos de poder.

⁹⁸ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 81 – 82.

Smith, teria sido sistematizada por Ricardo e então chegaria a sua forma mais bem acabada na obra de Marx.⁹⁹

Dobb chegou a afirmar que Marx, mesmo que apoiando-se em grande medida nas contribuições dos liberais clássicos, dando continuidade aos trabalhos de Smith e Ricardo, trazia uma ruptura fundamental e decisiva com os fundadores da Economia Política. O revolucionário alemão rompe com seus predecessores na medida em que enxerga a economia burguesa não como um arcabouço de leis naturais sacralizadas e petrificadas, mas sim como uma relação de produção historicamente determinada e, portanto, potencialmente transitória, podendo ser superada.¹⁰⁰ Essa leitura do capitalismo enquanto modo de produção específico é que estabelece, de acordo com Dobb, as diferenças entre Marx os clássicos.¹⁰¹

O objetivo de Dobb de recuperar a tradição da Economia Política já se apresentava antes da ascensão do keynesianismo como marco do pensamento econômico a partir de *The General Theory*. No final da década de 1920, o autor publica o artigo “A Sceptical View of the Theory of Wages” (*The Economic Journal*, 1929). Buscou, como iremos mostrar, questionar e contestar o arcabouço teórico convencional e hegemônico até então sobre o funcionamento e o comportamento dos salários.¹⁰²

De acordo com o autor, a teoria econômica que lhe era contemporânea poderia ser resumida a um conjunto de formalizações matemáticas com o objetivo de explicar o comportamento de uma variável a partir de impactos em outra. Precisaria, nesse sentido, de generalizações capazes de garantir o sucesso das proposições teóricas. Generalizações tais que deveriam encadear-se em três níveis. Antes de mais nada, uma variável estaria relacionada a outra de alguma maneira, o que deveria ser constatado por inferência lógica. Mais adiante, era necessária a entrada de uma forma funcional capaz de especificar e descrever o movimento de um elemento a partir do comportamento de outro. O terceiro e mais sofisticado patamar de generalização seria, finalmente, aquele em que um dado equilíbrio entre as variáveis de interesse é postulado. Determiná-lo, por sua vez, exigiria um grupo de equações diferenciais que, quando relacionadas, deveriam fornecer uma

⁹⁹ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 84 – 85.

¹⁰⁰ BENOIT, A. Héctor R. *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. In. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p. 42.

¹⁰¹ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 86.

¹⁰² Idem, p. 83.

solução formal. Segundo Dobb, toda a teoria econômica convencional teria por objetivo atingir o terceiro e último grau de generalização. Se as equações não garantissem uma solução, seria impossível encontrar um equilíbrio, de modo que o arcabouço teórico apresentaria falhas e inconsistências.¹⁰³

Na leitura do autor, a teoria distributiva dos salários seguiria em boa medida o caminho metodológico summarizado acima. De acordo com ela, sendo a remuneração do trabalhador o custo da mão-de-obra, sua determinação deveria ser encontrada na relação estabelecida entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho. No arcabouço teórico mais formalizado, diz Dobb, a demanda por trabalho seria resultado do sacrifício e da abstinência dos empresários, os quais renunciariam à fruição imediata de suas riquezas, investindo-as na contratação de pessoal. A oferta, por seu turno, dependeria do grau de *desutilidade marginal* advindo do próprio processo laboral e que incidiria sobre os empregados. O que garantiria um único salário “equilibrado” seria o encontro entre as curvas de oferta e de demanda. Convém mencionar que a demanda seria elástica nos lucros dos patrões. Isso significa que um aumento unitário dos salários poderia provocar a redução destes em termos agregados, uma vez que os rendimentos empresariais diminuiriam, contraíndo a procura por trabalhadores.¹⁰⁴

Para determinar o equilíbrio no mercado de trabalho, era necessário assumir a hipótese de independência entre as duas curvas mencionadas no parágrafo acima. Isso significaria, em termos gerais, que o comportamento de uma delas não afetaria a outra. O mecanismo encontrado para garantir tal pressuposto, segundo Dobb, era a suposição de que a utilidade marginal da renda dos empregados e dos patrões não era afetada nem pelos salários e nem pelo volume de transações envolvidas no mercado de trabalho. Por utilidade marginal da renda (conceito muito presente no arcabouço microeconômico convencional), queremos dizer o efeito no bem-estar a partir de uma variação infinitesimal na renda de um dado agente. Sendo constante, resulta que cada acréscimo ou decréscimo marginal da renda produzirá sempre o mesmo impacto no nível de satisfação individual.

Uma vez delineado o quadro geral do arcabouço teórico convencional sobre os salários, como vimos acima, a principal crítica do autor reside exatamente na hipótese de independência entre as curvas de oferta e demanda por trabalho. Isso porque, Dobb

¹⁰³ DOBB, Maurice. “A Sceptical View of The Theory of Wages”. *The Economic Journal*, 1929, pp. 507 – 508.

¹⁰⁴ Idem, pp. 510 – 511.

afirma, seria um equívoco assumir como constante a utilidade marginal da renda de empregados e empregadores. Para o trabalhador, o salário é a única fonte de renda. Uma mudança em sua remuneração, nesse sentido, necessariamente impactaria a utilidade marginal de seu rendimento, afetando a curva de oferta de mão-de-obra, uma vez que a valoração do próprio trabalho por parte dos empregados seria alterada com novos salários. Do ponto de vista dos patrões, a renda poderia estar associada ao desempenho de uma quantidade considerável de trabalhadores, contratados em conjunto. Sendo assim, quaisquer oscilações salariais afetariam o nível de dispêndio necessário para contratar mão-de-obra. Ocorreria então uma alteração no nível de renda, influenciando sua utilidade marginal, de modo a produzir mudanças na curva de demanda. É assim que Dobb enxerga, portanto, a suposição de um equilíbrio bem determinado no mercado de trabalho como algo inconsistente em termos lógicos. Uma vez desconstruída a assunção de independência, o autor conclui o argumento dizendo que qualquer equilíbrio entre as duas curvas constitutivas desse mercado teria um caráter accidental e instável.¹⁰⁵

O esforço de Dobb em criticar o arcabouço ortodoxo no que diz respeito aos salários está intimamente ligado à sua insatisfação com o abandono da Economia Política como tradição teórica. Isso porque os estudos mais recentes e aplicados de economia estariam pouco comprometidos com reflexões metodológicas mais profundas, as quais exigiriam maior aceitação de críticas direcionadas às inconsistências dos postulados e das hipóteses que compõem uma teoria particular. De acordo com o autor, o pensamento econômico, dando ênfase à análise aplicada, optava por um maior distanciamento em relação a um sistema filosófico específico. Abria-se mão, portanto, de uma consistência lógica em prol de alcançar resultados práticos e empíricos a partir de generalizações pouco razoáveis. De fato, o que Dobb observava era que os economistas cambiavam seu interesse para os aspectos puramente mercadológicos e circunstanciais da dinâmica econômica. Ao negligenciarem questões metodológicas mais profundas, estariam implicitamente recusando uma análise estrutural da sociedade moderna, algo caro à tradição da Economia Política. Nas palavras do autor:

[...] Seguindo esse caminho, o economista talvez teria que abandonar sua exigência de pronunciar-se diante dos problemas macroscópicos da sociedade para se confinar aos trabalhos dos fenômenos microscópicos; e isso

¹⁰⁵ Ibidem., pp. 511 – 512.

*significaria que o orgulhoso título de Economia Política teria chegado a um fim.*¹⁰⁶

4. Um economista no Partido Comunista da Grã-Bretanha

O Partido Comunista da Grã-Bretanha foi fundado em 31 de julho de 1920. Meses antes, Vladimir Lênin, em seu *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* (1920), ao analisar a conjuntura política inglesa, identificava a rápida ascensão de um movimento comunista que crescia entre os próprios operários. O líder bolchevique notava uma articulação entre quatro organizações interessadas em criar um partido. Lênin referia-se ao British Socialist Party, ao Socialist Labour Party, ao South Wales Socialist Society e ao Workers Socialist Federation. Das movimentações entre os grupos resultou o artigo publicado pela militante Sylvia Pankhurst intitulado *Rumo ao Partido Comunista*.¹⁰⁷ Neste, enfatizava-se a necessidade de se criar um partido adepto da Terceira Internacional e que reconhecesse o poder soviético cujas sementes foram lançadas com a revolução de 1917. Nas palavras de Lênin:

*Na Inglaterra ainda não existe o Partido Comunista, mas entre os operários observa-se um movimento comunista jovem, amplo, poderoso, que cresce com rapidez e possibilita alimentar as mais radiosas esperanças. Há alguns partidos e organizações políticas [...] que desejam fundar o Partido Comunista [...] baseado na adesão à Terceira Internacional e no reconhecimento do sistema soviético e da ditadura do proletariado em vez do parlamentarismo.*¹⁰⁸

Como havíamos afirmado antes, Dobb começa a tomar parte no movimento social inglês justamente em meio a essa efervescência. Num balanço de memórias feito em 1940, o autor relembra que, diante dos graves desdobramentos econômicos e sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial, o temperamento militante das massas e dos jovens havia crescido substancialmente, recebendo inspiração da classe trabalhadora russa que acabava de tomar o poder em seu país. Nesse mesmo balanço, Dobb nota, porém, que o caráter ainda embrionário do ativismo social dava margem para confusões de tática e de estratégia política entre as organizações. Era muito comum, segundo o economista, a presença de grupos sectários interessados somente em discussões teóricas e propagandas gerais abstratas sobre o socialismo. Além disso, mesmo os militantes com maior

¹⁰⁶ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 519. Tradução

¹⁰⁷ Sylvia Pankhurst (1882 – 1960) foi uma ativista social no início do século passado, influente no incipiente movimento comunista britânico. Apoiadora da Revolução Russa de 1917, ela integrou o II Congresso da Internacional Comunista em 1920.

¹⁰⁸ LÊNIN, V. Op. cit., pp. 121 – 122.

influência entre os operários estariam ainda restritos a métodos ultrapassados e antiquados de organização partidária. Segundo o autor:

Meu primeiro contato com os comunistas e com o recém organizado P.C.G.B. foi ao final de meus dias como estudante. Isso foi nos anos da primeira fase da crise econômica do pós-guerra [...]. Mas nesse período ainda havia considerável confusão de pensamento e de organização e táticas no movimento dos trabalhadores; confusões antiquadas sobre a estratégia política da luta pelo poder, sobre o Estado, etc.; por outro lado, um número de sectários esquerdistas devotados principalmente à discussão teórica ou somente à propagandas gerais sobre socialismo, e do outro lado importantes militantes trabalhadores com influência nas organizações de massa mas ainda pensando exclusivamente em termos das antigas formas organizativas [...].¹⁰⁹

A primeira iniciativa de Dobb em sua vida militante foi juntar-se às fileiras do Independent Labour Party. A base operária do partido possuía grande entusiasmo com o poder soviético e demonstrava interesse pela política revolucionária. Mas a direção e seus principais líderes mostravam-se pouco afeitos a uma luta que superasse os limites do parlamentarismo burguês, sendo, de acordo com Lênin, “puramente menchevique, completamente oportunista”.¹¹⁰ Além disso, Dobb nota que, embora o ILP possuísse algum entusiasmo pelo internacionalismo e pela Revolução Russa, este dava-se em termos razoavelmente abstratos e românticos. O partido em si não demonstrava nenhum interesse real por uma revolução socialista e não tinha nem mesmo força organizativa suficiente para tal. Mesmo sendo “novato” na militância, o autor afirma em seu balanço de 1940 que já era possível perceber como o Partido Comunista da Grã-Bretanha estava adiantado em relação aos demais grupos ingleses. Combinando disciplina com liberdade de discussão, o PCGB seria o único a transmitir, de acordo com o autor, um pensamento realista diante da complexa conjuntura que se apresentava aos trabalhadores ingleses. Era o único capaz de levar a cabo uma tarefa de transformação efetiva da realidade social.¹¹¹ Sua passagem pelo ILP foi efêmera. Em 1922, ainda estudante em Cambridge, Dobb migrava para o Partido Comunista.

Dobb foi um membro ativo dentro do PCGB durante a década de 1920. O autor dispendia tempo considerável na organização do partido, sendo professor de economia em seu

¹⁰⁹ DOBB, Maurice. “What the Communist Party has meant to me”. *The Labour Monthly*, 1940, pp. 445 – 446. Tradução nossa.

¹¹⁰ LÊNIN, V. Op. cit., p. 133.

¹¹¹ DOBB, Maurice. Op. cit.

instituto educacional, contribuindo para atrair uma série de novos militantes. Além disso, tinha presença frequente em mesas editoriais na imprensa partidária. Chegou inclusive a contribuir para produções cinematográficas do Partido Comunista.¹¹²

As relações do autor com a direção e com a burocracia do partido não deixaram de ser, entretanto, conflituosas entre os anos de 1920 e de 1930. Na passagem de uma década para outra, a Europa assistia à ascensão e ao fortalecimento do Nazifascismo. Diante disso, a Internacional Comunista, já em vias de completa burocratização e degeneração estalinista, adota a linha conhecida como “classe contra classe”, a qual já havia motivado debates no seio do movimento bolchevique no início da década de 1920.¹¹³ Apropriada monolicamente, a linha foi usada como mote para igualar a social-democracia ao fascismo. Os social-democratas, tão burgueses quanto os fascistas, seriam o verdadeiro perigo para a classe trabalhadora, representando o que a burocracia estalinista chamaria de “Social-Fascismo”.

Essa imposição unilateral e dogmática para todas as direções dos PCs europeus significou a recusa da tática da frente única, aprovada formalmente no III e no IV Congresso da Comintern (1921 e 1922), sendo recuperada e reivindicada por Leon Trotsky no período de ascensão de Hitler na Alemanha. Numa frente única, a classe trabalhadora enfrentaria o perigo fascista junto aos social-democratas numa ação comum que abarcasse o método de “bater juntos, mas marchando em separado”.¹¹⁴ A unidade de ação não permitia a submissão dos comunistas à social-democracia em termos de princípios político-programáticos e de formas organizativas. Na realidade, sempre que as direções social-democratas reformistas oscilassem e freassem o combate aos grupos hitleristas, os comunistas deveriam preservar a liberdade de crítica a esse tipo de hesitação, ganhando mais respaldo das bases operárias dos diversos partidos envolvidos no enfrentamento conjunto. A frente única, assim, deveria ser a tática pela qual o proletariado pudesse, defendendo-se contra o Fascismo, superar a própria direção social-democrata no curso de uma ação conjunta contra os fascistas, criando condições para construção de organismos de poder dos trabalhadores. Diz o próprio Trotsky:

Em regra geral, os acordos eleitorais, os arranjos parlamentares feitos entre o partido revolucionário e a social-democracia servem aos interesses da

¹¹² SHENK, Timothy. Op. cit., p. 69.

¹¹³ Idem., p. 68.

¹¹⁴ MARIE, J. J. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 50.

*social-democracia. Acordos práticos para ações de massas, para fins de combate, servem sempre à causa do partido revolucionário [...]. Nenhuma plataforma comum com a social-democracia ou com os chefes dos sindicatos alemães, nenhuma edição, nenhuma bandeira, nenhum cartaz comum: marchar separadamente, lutar juntos. Acordo apenas nisto: como combater e quando combater [os fascistas]? Nisto pode-se entrar em acordo com o próprio diabo e com a sua avó [...]. Com uma condição: conservar as mãos livres.*¹¹⁵

Mais adiante, o autor prossegue:

*[...] nesta luta, o partido comunista conta com o estado real da classe operária em cada momento dado; dirige-se não apenas às massas; confronta, aos olhos das massas, as organizações reformistas com as tarefas reais da luta de classes. Revelando efetivamente que não é o sectarismo do partido comunista, mas a sabotagem consciente da social-democracia que solapa o trabalho comum, a política da frente única acelera o desenvolvimento revolucionário da classe. É evidente que essas ideias não podem envelhecer em nenhum caso.*¹¹⁶

Na Inglaterra, porém, o PCGB aceitou sem resistência às novas diretrizes da Terceira Internacional, rechaçando a Frente Única.

A postura adotada pelo Partido Comunista viria a trazer problemas para Dobb. Isso porque um dos interesses do autor enquanto economista e, ao mesmo tempo, militante, era popularizar alguns dos fundamentos do pensamento marxista. De fato, o *crack* de 1929 e o potencial colapso do capitalismo recolocava o marxismo e sua tradição como um caminho possível para pensar alternativas à crise que se agigantava. O autor enxergava aí a possibilidade de divulgar a teoria de Marx para estratos sociais pequeno-burgueses sob a esfera de influência social-democrata. Foi o caso quando o economista publicou um artigo em 1928 sobre o debate entre Stálin e Bukharin a respeito da coletivização da agricultura no *Manchester Guardian*. A reprimenda do PC, no entanto, foi automática. Os dirigentes fizeram Dobb pedir desculpas ao partido e admitir supostos equívocos na análise da conjuntura política e econômica russa. O autor ainda foi obrigado

¹¹⁵ TROTSKY, Leon. “É preciso impor à social-democracia um bloco contra os fascistas”. In. *A luta contra o Fascismo: revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Editora Sundermann, 2019, p. 183.

¹¹⁶ TROTSKY, Leon. “Nota histórica sobre a frente única”. In. Idem, pp. 244 – 245.

a assumir que se baseou em formulações errôneas as quais teriam levado, em tese, a falsas conclusões.¹¹⁷

Dobb continuaria a recusar a postura dogmática do Partido Comunista. Pouco tempo depois dessa reprimenda, o economista lançaria um artigo no periódico *Twentieth Century*, de orientação trotskista. Tentou, ao mesmo tempo, organizar uma revista que englobasse intelectuais militantes ou não do PCGB. Nada disso foi permitido pela burocracia. O responsável pela propaganda partidária, R. Dutt, condenou abertamente a iniciativa do autor. Afirmou que o primeiro dever dos intelectuais na militância pelo Partido Comunista era abstrair de suas condições enquanto intelectuais e atuarem apenas como membros da organização. A *praxis* política seria contrária ao trabalho acadêmico. Era o oposto do que Dobb acreditava. O economista carregava consigo o entendimento de que a boa docência, ou melhor, a boa atividade intelectual só poderia existir quando colocada ao lado da militância partidária.

O estresse entre o economista e o PC aumentaria em 1932 depois da publicação de *On Marxism Today*. Era um pequeno livro com pouco menos de 50 páginas cujo objetivo era divulgar noções introdutórias do pensamento marxista a um público amplo e, nas palavras de Shenk, “*para uma burguesia perplexa, porém de mente aberta*”.¹¹⁸ Ele era adepto dessa mesma prática desde seus anos como graduando em Cambridge quando, à época, produziu artigos introdutórios sobre capitalismo contemporâneo e pensamento econômico, assim como sobre a história da Europa.¹¹⁹

O livro, embora curto, trazia um conteúdo substancial na medida em que realizava um panorama sobre a tradição marxista, transitando entre a análise marxista sobre a economia capitalista e a atuação política de Lênin na Rússia revolucionária. Ao final da publicação, num apêndice da conclusão, Dobb expõe algumas obras como recomendação para uma leitura mais aprofundada da problemática tratada. A maioria delas continha o programa político e filosófico do pensamento de Marx e Engels, além da crítica à Economia Política Clássica. Nas palavras do autor:

A melhor introdução para Marx é um estudo de seus escritos sobre política contemporânea, tais como “O Manifesto Comunista” (Martin Lawrence), “A Guerra Civil na França” (Martin Lawrence), “O 18 de Brumário de Luís

¹¹⁷ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 69.

¹¹⁸ Idem., p. 70. Tradução nossa.

¹¹⁹ Ibidem., p. 68.

Bonaparte” (Allen & Unwin) [...]. O ponto de vista filosófico de Marx e Engels é melhor compreendido por meio de Engels, “Feuerbach” (Kerr) e Engels, “Anti-duhring” Para aqueles familiarizados com a Economia Política Clássica Inglesa, a melhor introdução para a doutrina econômica de Marx é provavelmente sua Crítica da Economia Política e suas Teorias sobre a Mais-valia [...].¹²⁰

Em seus balanços realizados sobre o marxismo no pequeno livro, Dobb conclui que a teoria de Marx não poderia ser exposta como um conjunto de regras fixas e rígidas. Era necessário recusar uma leitura bíblica das obras do revolucionário alemão. Ao mesmo tempo, o autor aponta para a necessidade de se compreender o marxismo como uma unidade teórica. Mas uma unidade sempre circunscrita e moldada pela experiência histórica, o que impedia justamente uma interpretação dogmática de Marx.¹²¹

On Marxism Today foi positivamente recebido pelos leitores em geral, inclusive por aqueles que futuramente militariam pelo PCGB. Eric Hobsbawm, aluno de Dobb em Cambridge e membro consagrado do Partido Comunista, afirmou que a pequena publicação do economista continha argumentos amplamente refletidos em pequenos grupos de estudos e cafeterias onde encontravam-se garotos interessados nas discussões a respeito da obra e do pensamento de Marx e de sua tradição.¹²²

Não obstante a boa recepção, *On Marxism Today* foi abertamente combatido pelo Partido Comunista. Os esforços de Dobb para divulgar sua obra foram publicamente considerados como vergonhosos e vexatórios pela direção do partido. A burocracia do PCGB chegou a elencar uma série de “pecados” que o economista teria cometido. Em primeiro lugar, Dobb seria responsável por realizar um ecletismo vulgar entre o marxismo e o pensamento burguês. Além disso, o autor teria adotado uma postura completamente revisionista em seu texto. Nesse sentido, Harvey J. Kaye nos relata que um dos jornais do partido, o *Daily Worker*, havia denunciado Dobb por ele ter, supostamente, feito uma completa distorção do marxismo ao “não reconhecer a absoluta prioridade da base sobre a superestrutura”.¹²³ Mais que isso, a direção partidária rechaçou o economista por este não ter recomendado apenas textos de Stálin como fundamentos para interpretar as obras de Marx. A imprensa partidária ainda viria a publicar um artigo intitulado “Distorções do

¹²⁰ DOBB, Maurice. *On Marxism Today*. Londres: Hogarth Press, 1932, p. 48. Tradução nossa. Em nossa citação, os nomes entre parêntesis são as editoras de onde Dobb retirou suas referências.

¹²¹ SHENK, Timothy. Op. cit., pp. 70 – 71.

¹²² Idem., p. 71.

¹²³ KAYE, Harvey J. Op. cit., p. 28. Tradução nossa.

marxismo por Maurice Dobb". Nesse texto, o autor foi caricaturado como um apologistas da burguesia, um pragmatista desorientado e até mesmo como um kantiano vulgar. Os dirigentes responsáveis pela propaganda partidária consideraram até proibir Dobb de lançar artigos e colunas nos meios de comunicação do PCGB, exigindo inclusive que os demais militantes fizessem referências explícitas ao partido em suas publicações.¹²⁴

5. Mudanças de comportamento no partido

Mesmo diante de todas as reprimendas e as exposições públicas vexatórias e humilhantes realizadas pela burocracia do PCGB, Dobb preferiu continuar na organização e dedicar-se ainda mais a ela, subordinando-se à direção do Partido. No final de sua vida, em 1965, o economista justificaria tal postura usando como argumento a ascensão do Nazifascismo por toda a Europa. O Partido Comunista seguia sendo, na visão de Dobb, o único grupo dentro da esquerda capaz de pensar realisticamente a sociedade de seu tempo, podendo propor um caminho concreto para a classe trabalhadora contra os perigos do autoritarismo fascista. O autor reconhece inclusive que, durante parte da década de 1930, ele dedicou-se mais à atividade política do que à docência propriamente dita.¹²⁵

De fato, a Dobb coube uma série de responsabilidades dentro do partido em combate ao perigo do Nazifascismo. Em 1933, o economista assinou uma petição que denunciava os crimes e as perseguições nazistas contra os judeus. Além disso, o autor organizou palestras na Inglaterra, explicitando a crise do capitalismo e seus impactos nefastos sobre a classe trabalhadora, produzindo mais miséria e mais desemprego como forma de salvar um sistema imperialista e de dominação. Defendeu abertamente em discursos públicos que o meio para sair efetivamente do colapso econômico consistia na tomada do poder pela classe trabalhadora, ou melhor, na consolidação da ditadura do proletariado. Diante disso, Dobb chegou até mesmo a ser retratado como uma ameaça nacional pelo jornal inglês *The Patriot*, que clamava pelo rigor da lei para evitar que o autor trouxesse problemas maiores para o país. Seu trabalho mais relevante pelo partido, segundo Shenk, foi a participação no *Anti-War Council* do PCGB, onde o grupo realizou uma extensa propaganda contra o Fascismo.¹²⁶

A partir da segunda metade dos anos de 1930, por outro lado, o PCGB muda sua tática de combate ao Nazifascismo. Renunciando à política de combate a um suposto "Social-

¹²⁴ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 72.

¹²⁵ Idem., p. 75.

¹²⁶ Ibidem., pp. 75 – 77.

Fascismo”, que serviu de mote para recusar a Frente Única, a URSS delibera aos PCs a tática das Frentes Populares. Em linhas gerais, advogava por uma conciliação entre os partidos comunistas e as organizações da social-democracia reformista. No fundo, significava uma subordinação, ou melhor, capitulação política e organizativa daqueles a estas. Continuava, portanto, rejeitando a consigna de “bater juntos, mas marchando em separado”. O PCGB, por sua vez, acata a decisão da burocracia soviética. Na leitura de seus dirigentes, era necessário aceitar qualquer tática que salvasse o Estado Soviético ante o Nazifascismo de Hitler e Mussolini, mesmo aquela que implicasse a renúncia à independência política e organizativa de um partido com inspiração comunista. Dobb aceita sem muito questionamento as novas diretrizes adotadas por seu partido e justifica a flutuação nas manobras táticas da organização. De acordo com o autor, tal tipo de atitude cambiante era fruto da “*eterna inconsistência dialética envolvida em viver no mundo – de adaptar-se ao ‘status quo’ ao mesmo tempo em que tenta moldá-lo*”.¹²⁷ Assim, a URSS encarnava-se, para o economista, como a representação perfeita do marxismo e de toda sua tradição de pensamento. Defende-la a qualquer custo, mesmo que pela via conciliatória das Frentes Populares, deveria a ser a tarefa principal dos revolucionários na Inglaterra.

A renovação de seu comprometimento político com o PCGB no limiar da Segunda Guerra Mundial foi também acompanhada de uma defesa intransigente de Dobb à burocracia estalinista na URSS. Qualquer ação truculenta tomada pelos oficiais soviéticos seria justificada pela luta contra o avanço fascista em toda a Europa, de modo que uma revolução social bem-sucedida não poderia conceber, em hipótese alguma, denúncias ao estalinismo. Em termos práticos, Dobb absteve-se de questionar a barbárie da burocracia no que diz respeito à política interna em relação à coletivização forçada da agricultura, à censura e à perseguição política aos opositores do estalinismo. Os custos de uma política “revolucionária” da ditadura de Stálin poderiam, de acordo com o autor, ser aceitos caso fossem superados pelos benefícios.¹²⁸ E para Dobb não havia dúvida de que o resultado líquido seria positivo. O economista tinha, ali em meados dos anos de 1930, a fé de que Stálin e o socialismo caminhavam juntos e que o ditador era o grande representante do

¹²⁷ DOBB, Maurice. Apud., SHENK, Timothy. Op. cit., p. 77. Tradução nossa.

¹²⁸ Optamos pela inclusão das aspas em “revolucionária” pelo fato de recusarmos abertamente a caracterização da política estalinista como algo revolucionário. Na realidade, nos é mais factível assumir que a ditadura de Stálin e de seus burocratas subsequentes exerceu um papel contrarrevolucionário no movimento socialista mundial. Cf. MARIE, J. J. Op. cit.

proletariado mundial. Mais que isso: as denúncias sobre os desdobramentos políticos na URSS seriam expressões, segundo o autor, de um plano e de um complô para um golpe de Estado contra o regime soviético. Nas palavras de Shenk:

Enquanto [Dobb] reconhecia elementos da repressão soviética, e mesmo admitindo que o socialismo inevitavelmente colocaria restrições significativas à liberdade individual, ele sustentava que a liberdade soviética tinha um escopo maior que qualquer coisa que o mundo burguês conhecia [...]. Os trabalhadores votavam com seu trabalho, e o sucesso do programa econômico de Stálin era testemunhado pela opinião da maioria [...].¹²⁹

É bem verdade que a postura de Dobb perante Stálin e a URSS não era algo incomum na Inglaterra. Durante a Segunda Guerra Mundial, as atrocidades do estalinismo estavam, segundo Shenk, longe de serem concebidas como algo evidente e indisputável. Ainda em 1935, Beatrice Webb, uma das grandes representantes do socialismo fabiano, publicou o livro *Soviet Communism: A New Civilisation?*, onde afirmava categoricamente que Stálin não era um ditador. A maioria da esquerda inglesa o via como um “Churchill Russo” para o qual valia a pena prestar algum apoio diante do avanço da ameaça fascista.¹³⁰

Já no final da vida, Dobb realizou uma autocrítica sobre sua postura diante dos rumos da URSS e da burocracia soviética. O autor, admitindo que havia aderido de forma irrefletida à linha política do PCGB após as diretrizes da Frente Popular, repudiou, já na velhice, sua crença e sua defesa das práticas autoritárias do estalinismo. Em sua última década de vida, o economista dedicou-se a reflexões sobre uma economia política socialista para uma era pós-estalinista.¹³¹ Dobb faleceu quinze anos antes do colapso definitivo da União Soviética em 1991.

¹²⁹ SHENK, Timothy. Op. cit., p. 79. Tradução nossa.

¹³⁰ Idem., p. 79.

¹³¹ SHENK, Timothy. *A Marxist in Keynes' Court*, 2013.

CAPÍTULO 3

O MARXISTA AMADURECIDO

1. Em defesa do marxismo no debate econômico

Desde o início de sua docência em Cambridge, Dobb participou de modo mais ou menos intenso nos debates econômicos dentro da academia, como mostramos no capítulo anterior. No final da década de 1930, ao publicar “A note on some aspects of the economic theory of Marx” (*Science and Society*, 1938), o autor questiona e rebate recorrentes críticas dirigidas à concepção materialista de Marx no pensamento econômico de seu tempo. O argumento mais comum seria aquele que caracterizava a teoria marxista sobre o capitalismo como obsoleta e que despertaria interesse apenas para os estudiosos de história do pensamento econômico. Dobb apresenta John Maynard Keynes como um dos principais propagadores de tal opinião, tendo em vista sua caracterização dos marxistas como pessoas que debatiam em torno de velhas ideias ao invés de novas.¹³²

Dobb continua dizendo que, mesmo Marx conservando forte poder preditivo sobre a dinâmica econômica, seus principais críticos creditavam tal característica a uma intuição puramente acidental. Nesse sentido, não seria por consistência lógica ou por rigor analítico que o revolucionário alemão teria atingido êxito em certas previsões sobre os rumos do capitalismo.

Partindo de tais apontamentos, Dobb procurou mostrar que em muitas passagens de análise técnica, principalmente nos Livros II e III de *O Capital*, Marx estaria avançado diante de pensadores que lhe foram contemporâneos. Mais que isso: teria antecipado ideias e fenômenos cujo reconhecimento é dado a autores posteriores nas discussões sobre o pensamento econômico.¹³³

Nesse sentido, Dobb aponta que a análise de Marx sobre o capital e seus elementos constitutivos é inovadora não somente do ponto de vista da discussão de suas parcelas constante e variável e da proporção entre ambas.¹³⁴ A inovação poderia ser percebida

¹³² DOBB, Maurice. “A note on some aspects of the economic theory of Marx”. *Science and Society*, 1938.

¹³³ Idem., p. 322.

¹³⁴ Sobre a definição de capital constante e capital variável, é razoável ler o capítulo 6 do Livro I d’*O Capital* (“Capital constante e capital variável”). Para se inteirar a respeito da proporção entre esses dois elementos, também chamada de *composição orgânica do capital*, convém conferir o capítulo 23 da mesma obra (“A Lei Geral da Acumulação Capitalista”). In. MARX, K. *O Capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

também se olhássemos as reflexões do autor sobre o papel do elemento temporal [*role of time*] na economia capitalista, em especial seus impactos sobre a lucratividade. Em passagens do segundo livro de sua principal obra, Marx estuda os efeitos do período de produção na circulação do capital, definido como o período de rotatividade do capital investido. Este dependeria não apenas do tempo dedicado à *produção* da mercadoria propriamente dita, mas também do intervalo de maturação dessas mercadorias, onde o trabalho produtivo assumiria uma função menos primordial. Assim, o *tempo de circulação* de mercadorias acabadas ou semiacabadas estocadas antes de serem postas no mercado entraria como um elemento importante no cálculo dessa rotatividade. Finalmente, fixando o grau de produtividade do trabalho e o patamar de salários, Marx teria sido capaz de entender o papel do período de produção na formação das taxas de lucro. Com a exposição dos argumentos do revolucionário comunista, Dobb demonstra ser um equívoco concluir que Marx não teria compreendido ou considerado os efeitos temporais sobre os lucros dos capitalistas. Nesse sentido, várias discussões sobre essa conexão (comumente atribuídas à Escola Austríaca) já teriam sido antecipadas e dissecadas em maior ou menor grau por Marx.¹³⁵

O economista assinala, porém, que, mesmo Marx considerando as influências do “elemento-tempo” [*time-element*] sobre a taxa de lucro, o autor não teria sido levado a mistificar o tempo, como teriam feito os apologistas burgueses. Isto porque, segundo Dobb, estes consideravam o elemento temporal como mais um fator de produção, dotado de uma produtividade específica que justificaria o pagamento de renda na forma de juros. O pensador alemão, ao contrário, mesmo atribuindo ao tempo um papel no cálculo da lucratividade, em momento nenhum teria rompido com sua teoria do valor (exposta em detalhes no primeiro livro d’O Capital). De acordo com Dobb:

*Marx reconheceu e enfatizou que o fator tempo [time-factor], na forma do período de rotatividade do capital, assumia um papel na determinação da taxa de lucro. Mas ao mesmo tempo ele mantinha, consistente com a teoria que expôs no Volume I, que o lucro agregado, ou a mais-valia [surplus-value], era unicamente determinado pela relação entre o valor da força de trabalho (salários) e o valor do produto daquele trabalho [...]. Essa relação de exploração era ainda tratada como o determinante crucial: esta continuava sendo o fundamento sobre o qual se mantinha a estrutura.*¹³⁶

¹³⁵ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 325.

¹³⁶ Idem., p. 325. Tradução nossa.

Um segundo ponto elencado por Dobb para endossar a crítica de Marx à Economia Política diz respeito a sua análise sobre as crises capitalistas. O economista argumenta que o pensador alemão identifica na esfera da produção do capital a origem de crises estruturais na sociedade burguesa. A própria lógica de funcionamento das modernas relações de produção, sobre as quais se fundamenta a valorização do valor a partir da exploração da força de trabalho, é que engendraria abalos de maior ou menor porte em todo o sistema econômico. Dobb atenta, porém, para um caso específico em que Marx atribui à esfera da circulação o ponto de partida para uma crise. Seria quando o processo de investimento fosse acompanhado da incapacidade dos capitalistas de encontrarem novos mercados para suas mercadorias. O setor de bens de consumo ficaria com estoques cada vez mais volumosos e sem perspectiva de serem liquidados no mercado. De imediato, a economia adentraria num quadro de subconsumo por parte das massas, implicando também uma queda nos ganhos dos capitalistas. Baixando os lucros da burguesia, a possibilidade de investimento se restringe e a dinâmica de acumulação de capital é interrompida. A única forma pela qual o movimento de acumulação poderia ser preservado era aquela em que os donos de bens de consumo entrassem em contato com produtores de ouro. Assim, não uma simples transação entre mercadorias, mas entre mercadoria e ouro diretamente é que poderia garantir renda aos capitalistas e viabilizar o investimento produtivo. A acumulação de capital, nesse caso, só poderia ser garantida enquanto mais dinheiro fosse introduzido na economia.¹³⁷

Dobb então novamente ilustra o caráter inovador e o poder preditivo da teoria marxista sobre o funcionamento do capitalismo. Isso porque, segundo o economista, o problema das crises econômicas teria sido corretamente dissecado por Marx e amplamente discutido por marxistas relevantes ainda antes da Primeira Guerra Mundial. Período esse em que a teoria econômica tradicional utilizada pelos economistas não admitia crises sistêmicas e endógenas, negligenciando apontamentos feitos pelo comunista alemão ainda no século XIX. Apenas na Grande Depressão, continua Dobb, que a academia teria sido forçada a pensar na possibilidade de abalos mais ou menos graves na tessitura econômica. Diz o autor:

Isto é, penso eu, ao mesmo tempo interessante e significativo que aspectos do problema das crises que economistas modernos estão sendo forçados pelos

¹³⁷ Ibidem., p. 328. É razoável mencionar que, nesse ponto do artigo, Dobb agradece ao economista Michal Kalecki pelas informações a respeito dos argumentos de Marx sobre crises na esfera da circulação.

*eventos recentes a apreciar (um fato que está, por sua vez, contribuindo para a presente “crise” na própria teoria econômica) foram corretamente formulados por Marx, e que o tipo da questão que hoje está vindo a ser reconhecida por economistas como crucial era o centro do debate entre marxistas do pré-Guerra (me refiro à controvérsia de [Rosa] Luxemburgo sobre a acumulação), quando economistas burgueses eram geralmente inocentes de toda a questão – na realidade, estavam ocupados negando que o capitalismo poderia carregar qualquer problema desse tipo.*¹³⁸

Partindo do problema acima delineado, Dobb discute em seu artigo as análises de Marx sobre a dinâmica econômica em sua totalidade. O autor constata que é muito conhecida a intenção do revolucionário alemão de desvendar as leis de movimento da sociedade capitalista. Muito conhecida, porém bastante negligenciada pelos intelectuais influenciados e restritos à tradição ortodoxa de pensamento econômico, o que teria dificultado a compreensão das proposições marxistas. Nesse sentido, Dobb afirma que os economistas estão menos preocupados com condições estacionárias de equilíbrio do que o senso comum imagina sobre a questão. De fato, desde a Economia Política Clássica de Smith e Ricardo até a Escola Neoclássica de Alfred Marshall, a academia teria se preocupado com um processo contínuo de acumulação de capital, prestando atenção para elementos de transformação e mudanças no sistema. Marx, no entanto, compreenderia a dinâmica capitalista a partir de uma perspectiva dialética em que o conflito e a interação contraditória entre trabalhadores e burgueses é que ditariam o ritmo de seu próprio movimento. Este, portanto, não poderia ser definido como função de uma única variável quantitativa agindo como força motora (aumento do capital investido ou crescimento populacional, por exemplo).

Foi justamente essa disputa que, segundo Dobb, teria levado Marx a apresentar os equilíbrios descritos pelos clássicos como instáveis e até mesmo insustentáveis. Isso porque, uma vez estabelecidos, provocariam tendências contrárias produzindo novos desequilíbrios no sistema. Foi inclusive partindo dessa compreensão que Marx pensou a existência de um exército industrial de reserva como uma influência desestabilizadora no capitalismo (embora necessária a seu funcionamento), chocando-se com a noção tradicional do equilíbrio econômico.¹³⁹

¹³⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 328, tradução nossa.

¹³⁹ Idem., pp. 328 – 329.

Mais adiante, Dobb apresenta o elemento que seria fundamental para Marx dissecar as leis de movimento do capitalismo: as lutas de classes entre proletários e patrões. Tal fato reforçaria as relações de produção como relações efetivamente de exploração, específicas e circunscritas historicamente pela existência de proletários que subsistiriam apenas por meio da venda da força de trabalho. Uma exploração viável apenas porque a geração de valor, e de mais-valia, caberia somente aos trabalhadores. O capitalista, por sua vez, não teria capacidade nenhuma de gerar valor. Ele, no entanto, apropriava-se do excedente criado devido ao fato de ser proprietário privado dos meios de produção.

Feita essa explanação das linhas mais gerais da teoria de Marx sobre o capitalismo, Dobb pontua que o pensamento econômico tradicional recusava e negligenciava essas mesmas relações de exploração, concebidas como uma proposição que não teria lugar na teoria econômica. O autor critica essa postura marcante na academia inglesa ao dizer que os economistas burgueses mistificavam a realidade na medida em que davam ao capitalista algum papel na formação do valor. Os lucros seriam justificados por um tipo de produtividade própria do capital, analisado enquanto mero fator de produção.¹⁴⁰ Ignoravam conscientemente, de acordo com Dobb, relações de produção, e de propriedade, que estariam por trás da exploração capitalista. Tratava-se, portanto, de economistas cada vez mais apologéticos, cada vez mais empenhados em justificar a dominação burguesa pela via da mistificação da realidade material. O autor conclui sua crítica remetendo ao mal uso da matemática pela teoria econômica que lhe era contemporânea. Um uso que negligenciava as contradições de classe no sistema capitalista, fruto de uma obsessão pela técnica formal. Assim, a formalização serviria, segundo Dobb, mais como mecanismo de apologia e de mistificação do que como um instrumento esclarecedor. Nas palavras do economista:

A técnica matemática por si só permanece sendo meramente matemática: ela pode ser os ossos, mas não pode ser a medula de uma teoria econômica viva; e se for usada para obscurecer e não para iluminar a realidade, servirá para

¹⁴⁰ É fundamental apontar que Marx não define o capital simplesmente como um fator de produção. O termo “capital”, do ponto de vista marxista, precisa ser entendido como um movimento de valorização do valor fundado em relações específicas de produção marcadas pela contradição entre burgueses e proletários. Cf. MARX, K. Op. cit.

*os fins do obscurantismo tanto quanto qualquer uma das mais notórias teorias apologéticas.*¹⁴¹

Fica evidente, com a discussão sobre o presente texto, a evolução teórica de Dobb do ponto de sua filiação marxista. No artigo sobre a origem dos empresários, enxergamos uma conexão implícita com a teoria de Marx, elencando semelhanças analíticas entre os dois autores no que concerne aos inícios da forma capitalista de organização social na Europa Ocidental. Em “A note on some aspects of the economic theory of Marx”, a conexão é explícita e imediata. Isso pode ser observado pelo próprio fato de que o desenvolvimento e a exposição do artigo são pautados pelos estudos de Marx sobre a lógica de movimento do capital. Para isso, Dobb apresenta muito mais repertório teórico para rebater concepções tradicionais interessadas em vulgarizar o marxismo a partir da mistificação da realidade econômica.

2. A discussão metodológica da economia

Poucos meses depois da publicação do artigo acima analisado, Dobb também participou de uma breve polêmica metodológica sobre o pensamento econômico de seu tempo. De certo modo, a conjuntura internacional não poderia ser mais estimulante. Na passagem da década de 1930 para a de 1940, o mundo assistia não só às catástrofes da Segunda Guerra Mundial, mas também aos desdobramentos da Grande Depressão no mercado mundial após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. As principais economias capitalistas sentiam abalos em suas estruturas, com elevadas taxas de desemprego, além da falência de empresas e um agravamento dos problemas sociais. Diante disso, não seria razoável imaginar que os principais núcleos acadêmicos ficassem imunes às reverberações objetivas da crise mundial. É nesse ambiente que o economista publica o artigo “Scientific Method and the Criticism of Economics” (*Science and Society*, 1939).

De fato, Dobb nos apresenta que, diante da delicada situação internacional, o debate e as controvérsias econômicas teriam atingido maior grau de intensidade. Um ambiente acadêmico que contrastava com aquele de duas décadas antes. Naquele período, diz Dobb, havia pouca dúvida sobre a validade das hipóteses ortodoxas. As escolas neoclássica e marginalista eram consideradas o ápice da técnica e da sofisticação, vistas como capazes de superar as dificuldades e os problemas do pensamento econômico anterior. Keynes

¹⁴¹ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 330. Tradução nossa. Preferimos utilizar a tradução literal de *marrow*, que é “medula”. Acreditamos ser mais adequado tendo em vista o jogo de palavras que Dobb realiza entre *bones* e *marrow*, “ossos” e “medula”, superfície e essência.

afirmou, no início dos anos de 1920, que os estudantes não deveriam realizar disputas teóricas em torno de ideias e correntes distintas, mas sim esforçarem-se para “*obter um vasto conhecimento sobre os fatos relevantes e exercitar a habilidade na aplicação de princípios econômicos a eles*”.¹⁴² Tratava-se, portanto, de uma concepção que via o arcabouço ortodoxo como o mais adequado e preciso para explicar e modelar o funcionamento da economia moderna. A virada do decênio de 1930 para o de 1940, por seu turno, é marcada por questionamentos contundentes que, de acordo com Dobb, dirigiam-se não a um ou outro aspecto de uma teoria econômica específica, mas a todo método pelo qual se forjou o pensamento econômico hegemônico desde o início do século XIX. Desde David Ricardo até Lionel Robbins, passando por Alfred Marshall e William Jevons.¹⁴³

Nesse sentido, Dobb dá atenção a um ensaio publicado meses antes de seu artigo. Tratava-se do texto *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory* (1939), escrito pelo filósofo e economista T. W. Hutchinson.¹⁴⁴ O livro preenchia-se de um conteúdo crítico substancial, dirigindo seus ataques principalmente às bases teóricas da Escola Neoclássica. O autor, norteado pelo positivismo lógico, questiona os fundamentos do pensamento liberal e seus respectivos economistas, os quais consideravam suas leis como universalmente válidas e aplicáveis em qualquer circunstância específica. Partindo disso, Hutchinson é taxativo em afirmar que as definições e os princípios fundamentais da ciência econômica, construídos com base em deduções apriorísticas, seriam tautológicos e circulares. O pensamento econômico, desprovido de fundamentação empírica, seria incapaz de formular previsões e prognósticos precisos para a realidade do mercado mundial. Assim, somente uma revolução metodológica seria capaz de livrar a Economia de suas noções “metafísicas”. Diante desse preâmbulo, Dobb então parte para uma análise

¹⁴² KEYNES, J. M. “Introduction to those of the Cambridge Economic Handbook Series”. Apud., DOBB, Maurice. “Scientific Method and the Criticism of Economics”. *Science and Society*, 1939, p. 389.

¹⁴³ Idem., p. 389. É bem verdade que, em meio a ataques puramente metodológicos, havia também polêmicas contundentes vindas dos economistas pós-keynesianos de Cambridge, em especial Joan Robinson. Estes enxergariam, segundo Dobb, deficiências não no método tradicional *per se*, mas principalmente em conclusões e resultados principais da escola neoclássica.

¹⁴⁴ No artigo, Dobb utiliza o termo *philosopher-cum-economist*. Imaginamos que o sentido seja o de um filósofo com habilitação em Economia. Na falta de uma tradução exata, preferimos utilizar a expressão “filósofo e economista”.

mais detalhada dos principais argumentos do ensaio para posteriormente realizar seu balanço crítico.¹⁴⁵

Dobb nos mostra que Hutchinson inicia sua discussão apresentando dois grupos principais de constatações, ou melhor, de enunciados lógicos. O primeiro deles seria do tipo “se α , portanto β ”, de caráter puramente tautológico, dizendo muito pouco sobre o mundo real. Seriam apenas regras de linguagem, tendo como único critério a consistência argumentativa. O segundo grupo consistiria em proposições empíricas cuja verificação é puramente factual, sem a necessidade de avaliar seu rigor lógico. Da composição das duas proposições, viria uma terceira do tipo “dado η , portanto μ ”, em que η seria um elemento empírico que, quando verificado, levaria a uma conclusão geral μ .

A partir dessa breve descrição de enunciados lógicos, Dobb afirma que, segundo Hutchinson, os problemas metodológicos na ciência econômica adviriam da confusão e da inversão que a maioria dos economistas fazem entre a primeira e a terceira proposição. Daí é que surgiriam as principais falácia e falsas conclusões. Isso porque os economistas qualificariam como gerais e universais as sentenças que caberiam no terceiro grupo, ou seja, aquelas cuja validade dependeria de circunstâncias empíricas específicas. Ao mesmo tempo, enunciados econômicos geralmente considerados como do terceiro grupo só poderiam, na realidade, ser tratados como do primeiro grupo. Justamente por serem enunciados tautológicos, desprovidos de qualquer fundamentação factual. Seria o caso de hipóteses como a da concorrência perfeita, da alocação eficiente dos recursos produtivos pelas forças de mercado e até mesmos das tendências naturais ao equilíbrio econômico. Três pressupostos norteadores do pensamento econômico hegemônico que Hutchinson considerava, de acordo com Dobb, como duvidosas e difíceis de serem testadas empiricamente. Nesse sentido, a transformação profunda de método pela qual deveria passar a ciência econômica como um todo precisaria levar em conta a aplicação estatística e a fundamentação factual rigorosa das proposições teóricas.¹⁴⁶

Uma vez apresentados os argumentos principais de Hutchinson, Dobb não hesita em elogiar as críticas que o filósofo dirige ao pensamento econômico liberal, cujo principal baluarte seria a Escola Neoclássica. O economista, no entanto, inicia um questionamento a partir da seguinte indagação: delineadas as deficiências teórico-metodológicas do arcabouço tradicional, por qual outra doutrina ele poderia ser substituído? Isso porque

¹⁴⁵ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 390.

¹⁴⁶ Idem., p. 391.

Hutchinson não pontua apenas que a análise liberal seria incapaz de explicar corretamente a dinâmica de funcionamento do capitalismo. Na realidade, nenhuma corrente econômica poderia ser considerada efetivamente científica a ponto de ter eficácia em prognósticos e previsões sobre a realidade dos mercados. Finalmente, nenhum economista seria capaz de derivar conclusões gerais a partir de uma observação empírica da realidade social. Suas teses estariam fundamentadas em “manipulações verbais”. Dobb então qualifica os argumentos do filósofo como agnósticos e dotados de um ceticismo que poderia desqualificar qualquer teoria social. O autor então se dispõe a apresentar algumas limitações presentes na crítica de Hutchinson.¹⁴⁷

Em primeiro lugar, Dobb aponta que Hutchinson ignora análises e definições que são derivadas da observação da realidade econômica capitalista. Seria o caso de discussões a respeito das crises e do desemprego generalizado, da expansão imperialista ao redor do mundo pelas principais economias e até mesmo dos efeitos práticos de políticas expansionistas voltadas para o aumento de gastos sociais. As proposições e as conclusões que partem de tais análises certamente merecem ser debatidas e colocadas à prova, mas de forma alguma poderiam ser consideradas, diz Dobb, meros produtos de manipulações verbais, mero joguete de palavras. Nesse sentido, o economista afirma que o empirismo de Hutchinson e sua rejeição do método econômico como um todo o fez olhar as diferentes correntes de pensamento indistintamente, sem uma adequada demarcação entre elas. Ao invés de circunscrever suas críticas aos pressupostos neoclássicos (de onde o filósofo inicia sua argumentação), o autor teria realizado um salto lógico ao recusar qualquer metodologia econômica possível. Nas palavras de Dobb:

*Nós não deveríamos parar de discutir se a palavra “científica” poderia ou não ser aplicada a tais conclusões; mas elas certamente não são simplesmente o produto de manipulações verbais [word-spinning] [...]. Possivelmente Sr. Hutchinson, e outros escritores como ele, repudiariam qualquer conclusão extremamente agnóstica. Mas o fato é que suas ênfases estão na análise abstrata e na rejeição do método e não na crítica de um mal uso de um método em formas específicas, e em suas rejeições da tradição eles não discriminam, por exemplo, entre a leitura razoavelmente diferente dos eventos econômicos dada por Mises e por Marx.*¹⁴⁸

¹⁴⁷ Ibidem., pp. 391 – 392.

¹⁴⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 392 – 393. Tradução nossa.

Recusando a caracterização feita por Hutchinson de que as proposições econômicas seriam puras manipulações verbais, Dobb então argumenta que a raiz das definições, dos enunciados e, em perspectiva mais ampla, das correntes de pensamento seria a própria realidade econômica. Assim, o objeto a ser analisado pelos economistas das mais diversas escolas não permitiria que os debates e as controvérsias da ciência econômica fossem resumidos a uma disputa em torno de palavras. As discussões sobre a maior ou menor correção das definições teóricas refletiriam no fundo controvérsias sobre diversas interpretações possíveis a respeito da dinâmica capitalista. O economista então pontua que as teorias econômicas não devem ser classificadas de acordo com a natureza formal de suas proposições, se mais indutivas ou dedutivas, como teria pensado Hutchinson. A validade das teorias, e das definições, precisaria ser testada a partir de sua maior ou menor capacidade de descrever e explicar o funcionamento da economia moderna. Se o neoclassicismo traça uma imagem irrealista do mundo real, como bem teria notado o filósofo, isso não o permitiria concluir, segundo Dobb, que qualquer economista seria incapaz de derivar uma análise eficaz sobre a dinâmica dos mercados e que qualquer enunciado econômico seria mera manipulação verbal.¹⁴⁹

Com base no balanço realizado por Dobb sobre a crítica de Hutchinson, percebe-se como o economista segue preocupado com o debate sobre definições. Como vimos, desde o artigo “The Entrepreneur Myth” o autor atenta para a precisão de suas definições e seus termos como forma de representar uma interpretação correta sobre a formação do capitalismo. Na presente discussão metodológica, mais amadurecido intelectualmente, Dobb é assertivo ao dizer que o debate de definições está longe de ser uma questão menor sobre palavras, mas reflete o julgamento da correção (ou incorreção) interpretativa sobre a realidade capitalista. Mostraremos adiante que essa preocupação será tratada com maior grau de refinamento teórico no primeiro capítulo dos *Studies*, quase inteiramente dedicado à discussão sobre como definir corretamente o termo “capitalismo” e, assim, apresentar uma leitura correta de seu desenvolvimento histórico.

Ao final de seu artigo, Dobb enfim responde a indagação que havia feito a Hutchinson no início de seu balanço: uma vez delineadas as deficiências teórico-metodológicas do arcabouço neoclássico, por qual outra doutrina ele poderia ser substituído? De fato, se o problema estava nas definições e proposições da Escola Neoclássica e não em todos os

¹⁴⁹ Idem., pp. 394 – 395.

economistas indistintamente, deveria haver uma corrente mais precisa no pensamento econômico. E para Dobb não restava dúvida de que o marxismo assumiria tal papel. Isso porque a teoria de Marx sobre a lógica interna do capitalismo não estaria ancorada numa análise meramente subjetiva sobre o comportamento de agentes econômicos racionais, muito menos numa construção abstrata e metafísica dos mercados. Na realidade, a concepção materialista se firmaria a partir da caracterização do capitalismo como um sistema de produção e, acima de tudo, um sistema marcado pela propriedade privada dos meios de produção. Tais pressupostos creditariam ao marxismo uma boa capacidade explanatória, em considerável grau de realismo, sobre as questões “macroscópicas” da economia moderna, algo para o qual a vertente neoclássica tradicional seria “*pior do que inútil*”.¹⁵⁰

3. Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo: primeira parte – o problema da definição

A obra *Studies in the Development of Capitalism* (1946), é a principal publicação de Maurice H. Dobb. Não só porque o economista trata de forma rigorosa sobre a história do desenvolvimento do capitalismo, empreendendo sua análise a partir das lentes da concepção materialista de Marx. Mas, também pelo fato de que suas teses sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, expostas nos primeiros capítulos do livro, suscitaram um profícuo debate entre figuras importantes do pensamento marxista. Falamos em especial da controvérsia entre Dobb e o economista americano Paul Sweezy no início dos anos de 1950.

O debate da transição dos anos de 1950, no entanto, não será tratado nessa pesquisa, como já afirmamos na introdução. Assim, a relevância de *Studies* se apresenta a nós de outra forma. Não como o ponto de partida para novos estudos marxistas no mundo anglo-saxão a partir da segunda metade do século XX, mas como ponto de chegada na formação intelectual de Dobb e, portanto, como marco em seu desenvolvimento teórico-metodológico. Trata-se, portanto, de ver nesta obra como o autor amadureceu intelectualmente, incorporando resultados de pesquisas prévias, aprofundando análises econômicas e históricas já presentes em trabalhos dos anos anteriores.

No primeiro capítulo dos *Studies*, Dobb realiza uma discussão pormenorizada sobre o significado do termo “capitalismo”, palavra que teria sido pouco refletida tanto por

¹⁵⁰ Ibidem., p. 396.

economistas das escolas mais tradicionais como por historiadores ingleses no final do século XIX. Os primeiros, diz Dobb, fundamentando suas análises com base em modelos abstratos, estariam de fato desligando-se de desdobramentos históricos relativos à própria formação da economia moderna. Assim, realmente não haveria possibilidade de entender o capitalismo enquanto uma categoria historicamente determinada.¹⁵¹ Da parte dos historiadores ingleses nas principais academias, a justificativa utilizada para evitar o uso de tal palavra seria a complexidade e a variabilidade dos acontecimentos e dos fenômenos ao longo do tempo. O emaranhado de elementos presentes na história humana inviabilizaria o uso de categorias que pudessem definir uma tessitura social. O máximo que poderia ser feito, segundo os historiadores “niilistas” aos quais Dobb faz referência, era colocar o termo “capitalismo” como um aspecto de atividade econômica, estando, assim, presente em todos os estágios de desenvolvimento da civilização humana.¹⁵²

O economista, entretanto, reconhece um avanço nas pesquisas históricas e econômicas durante os quase cinquenta anos entre o início do século XX e a data de publicação dos *Studies*. Se antes o termo “capitalismo” não era visto na academia inglesa como uma categoria válida para estudos econômicos e históricos, nos anos de 1940 a palavra já era largamente reconhecida como tal. Não obstante, uma nova problemática apresentava-se aos estudiosos da História Econômica da Europa Ocidental. Isso porque, de acordo com o autor, havia muita polêmica e pouco consenso no pensamento econômico e na historiografia sobre o que de fato poderia significar “capitalismo”. De tal modo que dificilmente as diferentes correntes estariam falando da mesma coisa. Trata-se de um problema de suma importância para Dobb, que enxergava a forma de definir o conceito “capitalismo” como reflexo da própria interpretação sobre a cadeia de causalidade e a genealogia dos fatos considerados relevantes para o estudo da evolução econômica. Assim, mais do que uma briga menor sobre palavras e verbetes, a questão da definição teria como fundamento um problema de análise histórica, se esta é mais ou menos precisa

¹⁵¹ Lembremos que Dobb entende o termo “histórico” de um ponto de vista marxista. Assim, mais do que referir-se a um processo contínuo ao longo do tempo, o uso da palavra implica ver o capitalismo enquanto uma forma específica de organização social, um produto histórico dotado de suas particularidades e, portanto, potencialmente transitório. Outras formas prévias de organização social seriam históricas também por possuírem especificidades e particularidades em seu movimento, conferindo-lhes um caráter transitório.

¹⁵² DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp. 11 – 12.

diante dos elementos para os quais se pretendia dar uma explicação. Nas palavras de Dobb:

*Há quem possa pensar que uma variedade de uso proporciona pouca base para comentários e não possa causar grande mal, mas a diferença de uso verbal está ligada não só a uma ênfase diferente na busca do que é pertinente entre a multidão de incidentes históricos e a um período diferente de seleção na composição da crônica dos acontecimentos, mas tende a levar a um modo diferente de interpretação e a uma história causal-genética diferente. Se é de uma configuração o que os acontecimentos históricos nos convencem, e não de nossas próprias predições, isso é decisivo no uso do termo “Capitalismo” e deverá então haver uma definição de acordo com a forma real possuída pelo desenvolvimento histórico e outras que, em contraste com ela, estejam erradas.*¹⁵³

Estabelecida a discussão preliminar, Dobb então traça um balanço crítico sobre as principais definições dadas ao termo “capitalismo” pelas vertentes mais diversas no pensamento econômico e na historiografia. O primeiro significado que chama a atenção do autor é aquele ligado a uma série de economistas, principalmente os da Escola Austríaca, que viam o capitalismo de um ponto de vista técnico. Isso porque pensavam o termo como uma atividade pautada pelo uso de métodos indiretos de produção, enxergando o capital simplesmente como um fator de produção. Pouca atenção teria sido dada à forma pela qual se estabelecia a propriedade desses mesmos métodos, permitindo qualificar, no limite, qualquer organização social como capitalista. Conclui-se, então, que seria uma definição incapaz de tratar o capitalismo enquanto um sistema histórico específico.¹⁵⁴

Uma segunda definição muito presente entre economistas de orientação liberal e criticada por Dobb é aquela que associa o capitalismo unilateralmente a um regime de livre empresa, sem nenhuma obstrução à atividade individual do agente econômico. Uma concepção inocente que enxergaria o capitalismo quase como um sinônimo do *laissez-faire* puro. Qualquer economia marcada por uma maior ingerência do Estado nos negócios e nos setores produtivos já perderia, nesse sentido, seu caráter capitalista. O grande problema que o autor identifica em tal caracterização é a extrema limitação da definição, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista geográfico. Isso porque somente

¹⁵³ Idem., p. 13.

¹⁵⁴ Ibidem., pp. 13 – 14.

em período muito curto de tempo as economias capitalistas viveram regimes “puros” de livre empresa no século XIX. Mais que isso: apenas poucos países, tais como a Inglaterra e os EUA, teriam presenciado o que Dobb chamou de um regime liberal do tipo “manchesteriano clássico”. Não teria demorado muito para que as principais economias passassem a sofrer uma ingerência maior do Estado, contando inclusive com uma participação ampla de grandes companhias, monopólios e oligopólios. Com o capitalismo sendo definido de modo tão estreito, o economista indaga sobre o caráter do período posterior, no qual uma série de semelhanças fundamentais poderiam ser vistas, mesmo que com maior interferência estatal na atividade econômica e menor liberdade concorrencial.¹⁵⁵

Dobb dedica pouco espaço para discutir as duas caracterizações previamente assinaladas. A crítica, embora consistente, é rápida e consome poucas páginas. Mas a reflexão foi necessária para o autor enfim iniciar a disputa teórica em torno de três significados largamente atribuídos ao termo “capitalismo” e que representavam três escolas, ou melhor, três destacadas linhagens interpretativas da formação da economia moderna. A primeira delas é a chamada Escola Sociológica, pautada pelo arcabouço teórico de Max Weber. Havia a Escola Mercantil, que tinha como uma das principais figuras o medievalista belga Henri Pirenne. Finalmente, Dobb também faz referência à corrente inspirada nos estudos de Marx.

Segundo o economista, a interpretação sociológica conceitua o capitalismo não com base em sua “anatomia interna”, em seus aspectos econômicos e sociais propriamente ditos. Na realidade, o capitalismo teria de ser a materialização de um espírito de empresa, capaz de motivar os homens a uma atividade burguesa e empreendedora. A origem do mundo moderno, nesse sentido, deveria ser encontrada assim que os indivíduos pautassem todo seu comportamento com base nesse mesmo espírito. Superando antigos valores pré-modernos e tomando a poupança e a consequente acumulação de capital como objetivos centrais, o homem capitalista assumiria sempre uma postura ascética e baseada no cálculo econômico racional para alcançar suas finalidades.¹⁵⁶ Vale dizer, ao mesmo tempo, que esse espírito estaria adequado a uma ética religiosa, mais especificamente ao protestantismo puritano. Este caracteriza-se pelo rigoroso ascetismo como meio de prestar devoção à divindade, forma de comprovar uma vocação para a salvação no juízo

¹⁵⁵ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 14 – 15.

¹⁵⁶ Idem., pp. 15 – 16.

final. O enriquecimento material que decorria da conduta ascética, ao invés de levar ao ócio, deveria estimular a procura por mais riqueza e por mais acumulação, numa forma de demonstrar em vida essa predestinação divina. Assim, a própria prática religiosa embasaria a racionalidade e o empreendedorismo do indivíduo moderno, inspirando sua busca pelo acúmulo de capital.

É o que notamos inclusive na própria argumentação de Weber. O elemento central da tese weberiana é justamente a norma protestante de conduta, especialmente a calvinista. Impondo restrições ao consumo e permitindo a busca pela riqueza, desde que acompanhada de um comportamento regrado a trabalho e ascetismo, esta ética religiosa deveria ser tomada como ponto de partida para o homem capitalista e para o sistema que lhe corresponde. Nas palavras do autor:

*Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital [...]. À medida que se foi estendendo a influência da concepção de vida puritana – e isto, naturalmente, é muito mais importante do que o simples fomento da acumulação de capital – ela favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Era a sua mais importante, e, antes de mais nada, a sua única orientação consistente, nisto tendo sido o berço do moderno “homem econômico”.*¹⁵⁷

Seguindo sua exposição, Dobb então descreve os postulados básicos da Escola Mercantil. Diz o autor que esta conceberia o capitalismo enquanto sistema comercial com redes transacionais de larga escala. Uma economia marcada pela organização da produção para um mercado distante, superando os limites municipais. Assim, os atos de produzir e vender estariam cada vez mais separados no tempo e no espaço, com intermédio de um atacadista que adiantava o dinheiro para realizar uma transação lucrativa posteriormente. Nesse sentido, a área do mercado entra como uma variável fundamental para compreender o grau de desenvolvimento da economia. De forma tal que o regime das guildas artesanais e até mesmo a organização dominial nobiliárquica *per se*, estabelecidos em função da venda para mercados locais e de pequeno alcance, seriam essencialmente não capitalistas. Essa compreensão *circulacionista* atrelava-se, de acordo com Dobb, a princípios teóricos

¹⁵⁷ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967, pp. 124 – 125.

do historicismo alemão, conhecido pela sua distinção conceitual entre “economia natural”, praticamente ausente de moeda e mercado, e “economia monetária”, marcada por elevada liquidez e ampla vida mercantil.¹⁵⁸

Sobre essa raiz da definição na Escola Histórica Alemã, Dobb parece estar correto. De fato, analisando os argumentos de Pirenne sobre esse ponto, vemos que o historiador belga incorpora em sua pesquisa a dicotomia acima mencionada, mas com ressalvas. Isso porque seria um equívoco associar a Idade Média a uma economia completamente ausente de moeda. A circulação monetária *per se* existe desde os tempos da Antiguidade Clássica. Mas a dicotomia seria acertada, diz Pirenne, na medida em que caracterizaria bem o grau bastante diminuto de desenvolvimento comercial no período medieval. Assim, o emprego do termo “economia natural” teria validade por referir-se ao modelo hegemônico de organização econômica do período, no qual a moeda, e o comércio, não exerceriam nenhum papel relevante. Nas palavras do medievalista:

*Em suma, não resta dúvida de que durante o período agrícola da Idade Média, sempre que houve intercâmbio comercial, houve intercâmbio monetário [...]. Mas, sabe-se quão insignificante foi o comércio daqueles tempos. [...]. Pagar em espécie e receber em espécie, eis, pois, o que impõem ao latifúndio da alta Idade Média as condições do seu funcionamento [...]. É, pois, ao mesmo tempo, certo e errado considerar o período que transcorre do século IX ao XII como um período de economia natural. Errado, se por ele se entende que a moeda deixou de ser instrumento normal dos intercâmbios, pois que não deixou de sê-lo nas transações comerciais. Certo, se se quiser mostrar que a sua circulação e o seu papel foram muito limitados, visto que toda a organização dominial da época não necessitou dela.*¹⁵⁹

Dobb continua sua análise a respeito dos fundamentos interpretativos da Escola Mercantil ao dizer que os grandes nomes dessa linhagem ainda caracterizavam o capitalismo como uma economia motivada pelo lucro comercial. Lucro advindo, nesse sentido, puramente da diferença contábil entre o preço de compra e o preço de venda.

Tendo em vista essa definição do termo “capitalismo”, o que o economista aponta é a forte tendência de tal linhagem a correlacionar o surgimento da economia moderna aos primeiros indícios de penetração dos mercados no mundo medieval. Ela teria, desse ponto de vista, suas origens ainda antes da chamada Idade Moderna. Os estágios do capitalismo

¹⁵⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 17.

¹⁵⁹ PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966, pp. 110 – 113.

seriam marcados pelas etapas de ampliação dos mercados, com empreendimentos comerciais cada vez mais robustos e tomando uma forma cada vez mais internacional.¹⁶⁰

Novamente, podemos recorrer a Pirenne para concluir que Dobb descreve os fundamentos teóricos e interpretativos da Escola Mercantil de maneira precisa. De fato, o que o medievalista apresenta como argumento para sua interpretação histórica é a presença de grandes firmas comerciais já antes do Renascimento. Exportadores e banqueiros influentes motivados puramente pelo lucro e pelo uso aquisitivo da moeda em suas ações, guiados por uma atividade genuinamente empresarial. O historiador belga pondera que o desenvolvimento econômico não foi idêntico em todos os países da Europa, nem mesmo seu rigor. Não obstante, Pirenne não deixa margem para dúvidas ao dizer que o capitalismo já teria se firmado no século XII, como resultado dos desenvolvimentos comerciais que foram invadindo o terreno feudal em declínio.¹⁶¹

Finalmente, Dobb então apresenta a definição conferida por Marx. O capitalismo seria um modo de produção, ou seja, um modo pelo qual os meios de produção eram possuídos e dispostos entre os indivíduos no processo produtivo, daí derivando todo um complexo dinâmico de relações sociais entre os homens. Assim, mais do que um simples método indireto de produção ou um modelo puro de liberdade concorrencial, mais do que a materialização de um espírito de empresa ou um sistema comercial, trata-se de uma estrutura socioeconômica em que a própria força de trabalho é uma mercadoria. Dessa forma, seu requisito histórico é a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, os burgueses. Do outro lado, uma fração muito maior seria composta de trabalhadores despossuídos, cuja única forma de sobreviver seria vendendo a força de trabalho em troca de um salário que reproduza essa mercadoria. A principal diferença entre a definição marxista e as demais, de acordo com Dobb, é que a existência do comércio e o uso aquisitivo da moeda, ou até mesmo a suposta existência de empreendedores abstinentes norteados por uma conduta ascética, não seriam condições suficientes para caracterizar uma organização econômica como capitalista. Era necessário que os capitalistas, enquanto proprietários privados dos meios de produção, subjugassem economicamente os trabalhadores no interesse de produzir mais-valia [*mehrwert*].¹⁶²

¹⁶⁰ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 18.

¹⁶¹ PIRENNE, Henri. Op. cit., pp. 167 – 168.

¹⁶² DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 18 – 19.

Podemos ver que Dobb apresenta aqui boa proximidade com a teoria marxista ao analisarmos as conclusões que Marx apresenta no capítulo IV do Livro I de *O Capital*. Nos estudos sobre a transformação do dinheiro em capital, o comunista alemão já expõe que a valorização do valor, o movimento D – M – D', necessita de uma mercadoria especial: a força de trabalho. Especial porque seu valor de uso, sua qualidade útil, é gerar valor novo durante seu consumo. É a criação de valor enquanto os proletários estão trabalhando. Assim, para o proprietário privado dos meios de produção encontrar essa mercadoria peculiar, é necessário que existam trabalhadores duplamente livres. Livres de qualquer restrição à mobilidade (como numa guilda artesanal ou numa gleba feudal) e livres de quaisquer meios de produção e subsistência, donos unicamente de força de trabalho. É isso que marcaria o capitalismo como uma estrutura e um produto histórico, ou seja, específico, com relações sociais circunscritas e distintas das anteriores. Diz Marx:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor [...]. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho [...]. Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto [...]. Essa não é uma relação histórico-natural [naturgeschichtliches], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.¹⁶³

Uma vez apresentados os diferentes significados aplicados ao termo “capitalismo”, Dobb enfim emprega a definição marxista em seus estudos sobre o desenvolvimento econômico. O autor então apresenta a crítica às linhagens de Weber e Pirenne.

Sobre a leitura sociológica a respeito da origem da economia moderna, Dobb se incomoda com o que seria o caráter idealista dessa escola interpretativa. Ora, se a forma capitalista de organização social pudesse ser concebida a partir de um espírito de empreendedorismo que se adequaria a uma ética religiosa, então seria necessário responder se esse mesmo

¹⁶³ MARX, K. *O Capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, pp. 242 – 244.

espírito era ou não um produto historicamente determinado. Esse questionamento, na leitura do autor, não atingiu resposta satisfatória entre os adeptos da linhagem sociológica weberiana. Na realidade, a explicação encontrada para isso teria sido uma correlação puramente incidental de estados de espírito com a norma protestante, resultando por coincidência no surgimento do assim chamado “homem econômico”. Nenhum nexo causal, porém, conseguiu ser encontrado com base nesse arcabouço teórico e conceitual de acordo com o economista.¹⁶⁴

Quanto à Escola Mercantil, Dobb pontua que a ênfase exagerada dessa linhagem nos movimentos comerciais e no uso aquisitivo da moeda fez com que o significado por ela atribuído ao capitalismo tivesse pouco poder demarcatório. Isso porque, diz o economista, não é algo exclusivo do mundo contemporâneo o uso do dinheiro para fins empresariais e tampouco o comércio é fenômeno exclusivo de séculos mais recentes. As transações monetárias já seriam um elemento presente nos tempos medievais, assim como o uso aquisitivo da moeda é algo que conseguiria ser identificado até mesmo no mundo greco-romano clássico. Partindo das premissas teóricas da corrente de Pirenne, portanto, seríamos obrigados a recuar cada vez mais no tempo para encontrar as origens da sociedade moderna. No limite, teríamos de aceitar o capitalismo como um fenômeno presente em praticamente todos os estágios da civilização humana, variando apenas em grau ou forma. A Escola Mercantil, nesse sentido, seria incapaz de circunscrever o capitalismo historicamente, de acordo com Dobb. Não teria utilidade para os que buscavam encontrar as marcas econômicas, sociais e institucionais próprias do mundo burguês e distintas dos momentos anteriores.¹⁶⁵

Diante do exposto, podemos observar que o principal interesse de Dobb nos *Studies* é circunscrever o capitalismo no tempo, apresentá-lo como uma estrutura histórica e, portanto, distinta de outras formas de organização social. Assim, discutindo a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, o autor faz o exercício de entender a especificidade histórica do desenvolvimento econômico da sociedade burguesa, compreendendo-a enquanto organismo particular. Dito isso, o que Dobb pretende analisar é o movimento pelo qual características definidoras de uma estrutura social vão se apresentando enquanto qualitativamente *dominantes*, capazes de ditar a dinâmica das relações socioeconômicas. Nas palavras do economista:

¹⁶⁴ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 20 – 21.

¹⁶⁵ Idem., pp. 19 – 20.

*Nosso interesse principal não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o simples aparecimento da mesma justificará uma descrição do período posterior por um nome novo. De importância muito maior será a etapa quando a forma nova tenha atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer uma influência principal na modelagem da tendência de desenvolvimento.*¹⁶⁶

Dessa forma, Dobb preocupa-se em delinear os elementos principais que explicariam a transição entre formas distintas de organização social. No caso de sua pesquisa, os elementos principais da dinâmica histórica na qual o feudalismo deu lugar ao capitalismo. O economista então continua ao dizer que todo desenvolvimento segue um ritmo gradual e contínuo na medida em que um acontecimento desdobra-se a partir de outro anterior. De fato, uma vez circunscrito a relações específicas de produção, o movimento histórico apresenta uma tendência e uma lógica interna própria. Mas, Dobb pontua, haveria ocasiões decisivas em que a continuidade é rompida, a dinâmica é acelerada de forma anômala, o ritmo perde seu passo normal. A direção do movimento é abruptamente alterada, implicando desdobramentos qualitativamente novos no desenvolvimento econômico. Tais ocasiões seriam, de acordo com o autor, as revoluções sociais que marcam a transformação histórica. Momentos de rompimento do equilíbrio socioeconômico, com a destruição de relações de propriedade e de dominação antes hegemônicas e que vão cada vez mais perdendo força e influência sobre a dinâmica de desenvolvimento.

O que, segundo Dobb, dá margem para transições revolucionárias ao longo da história é o fato de que as formas de organização social fundam-se em antagonismos de classes, de modo que a interação contraditória entre as partes constitutivas determina o ritmo e o caráter do movimento histórico. Contraditória na medida em que a correlação de forças entre as classes, ao mesmo tempo em que firma o poder de um estrato da comunidade, é também responsável por colocar em risco a própria estrutura de dominação, abrindo espaço para o estabelecimento de novas relações de produção e, por conseguinte, de propriedade.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Ibidem., p. 23.

¹⁶⁷ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 23 – 27. Importante mencionar que, para Dobb, a noção de classe social não pode pautar-se simplesmente pela faixa de renda em que se situam os indivíduos, mas principalmente pelo papel exercido na estrutura produtiva da sociedade e, assim, pela maneira como se inserem nas relações de produção e de propriedade.

Nota-se, com isso, que Dobb partilha de uma compreensão revolucionária da História e do desenvolvimento econômico. São as lutas de classes que marcariam o passo e a dinâmica dos acontecimentos em cada momento, moldando as relações sociais e institucionais. O autor, com isso, rejeita concepções e interpretações que teriam a pretensão de apresentar o movimento histórico como função de mudanças quantitativas numa única variável (produtividade, população, estoque de capital). Justamente por ignorarem transformações nas relações de produção e de dominação a partir do acirramento de tensões classistas que viriam a alterar a direção e a continuidade dos desdobramentos.¹⁶⁸

Ao mesmo tempo, compreender a história com base nas lutas de classes é o que leva Dobb a tratar o capitalismo como um modo de produção histórico. O economista, como é de se esperar, novamente se aproxima metodologicamente de Marx. De fato, em seu estudo sobre a acumulação originária de capital, vemos que o comunista alemão enxerga o contato, ou melhor, o conflito classista entre burgueses e proletários como o fundamento material da forma capitalista de organização social. Seu requisito histórico, nesse sentido, teria de ser o mecanismo pelo qual os produtores diretos foram forçados a divorciarem-se de suas condições pessoais de trabalho, tornando-se meros vendedores de força de trabalho. Diz Marx:

[...] é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho [...]. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista [...]. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados [...].¹⁶⁹

Dobb ainda reserva uma última crítica no primeiro capítulo dos *Studies*. Dessa vez o alvo era a teoria econômica por décadas dominante na Inglaterra, com raízes no marginalismo de William S. Jevons e no neoclassicismo de A. Marshall. Isso porque, diz o economista,

¹⁶⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 24.

¹⁶⁹ MARX, K. Op. cit., p. 786.

a prática comum dessa tradição era analisar o desenvolvimento do capitalismo e sua lógica de funcionamento a partir de possíveis propriedades comuns deste com outras estruturas sociais. Tratava-se, nesse sentido, de uma análise econômica abstrata, supra histórica, fundamentada puramente a partir de relações mercadológicas entre os agentes e que estariam presentes em qualquer estágio da civilização humana. Assim, embasada na superfície das trocas, tal metodologia teria nenhuma (ou quase nenhuma) capacidade de demarcação histórica, uma vez que suas leis apartavam-se dos antagonismos de classes fundantes das relações burguesas de produção. Diz Dobb:

A teoria econômica, pelo menos desde Jevons e os austriacos, se formulou cada vez mais em termos de propriedades comuns a qualquer tipo de sociedade de trocas; e as leis econômicas principais se formularam nesse nível de abstração [...]. Uma esfera autônoma de relações de troca, cujos conceitos ignoram a diferença qualitativa na ligação de diversas classes com a produção e, portanto, entre si, para concentrar-se em sua semelhança como fatores quantitativos num problema de apreçamento, logicamente não nos pode revelar muita coisa sobre o desenvolvimento econômico da sociedade moderna.¹⁷⁰

Dobb continua sua crítica ao dizer que o pensamento econômico dominante, restrito às relações de troca, situando-se na superfície da economia burguesa, mistificava a natureza real da sociedade capitalista. Colocando proprietários privados dos meios de produção e trabalhadores como agentes equivalentes no mercado, mascarava a essência do capitalismo enquanto um sistema de exploração da força de trabalho com vistas à acumulação de capital a partir da produção de mais-valia. Tornava-se necessário, de acordo com o economista, mudar o centro de análise econômica. Ao invés de pautar-se por teorias a-históricas cuja única problemática seria a precificação, o estudo teria de basear-se na investigação da lógica interna de funcionamento de uma estrutura social especificamente capitalista, historicamente determinada.¹⁷¹ Nota-se, com isso, que a crítica de Dobb à interpretação “microscópica” dos economistas burgueses, incapaz de aprofundar-se nas questões “macroscópicas” da realidade econômica, reaparece nos *Studies*. Uma problemática já presente nos debates do autor em Cambridge no final da década de 1920, como mostramos na análise de seu artigo sobre a teoria dos salários no

¹⁷⁰ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 42 – 44.

¹⁷¹ Idem., p. 48.

segundo capítulo. Agora, porém, embotada numa perspectiva mais ampla sobre o próprio desenvolvimento histórico da economia moderna.

4. Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo: segunda parte – o declínio do feudalismo

O segundo capítulo de *Studies* chama atenção justamente pelo teor das teses sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, as quais motivaram extensas controvérsias anos depois. Para nós, especialmente, é momento de refletir criticamente sobre a leitura que Dobb faz do processo de formação da economia capitalista.

Em consonância com o capítulo inicial, o economista inicia o estudo da transição disputando o significado do termo “feudalismo”. Em primeiro lugar, apresenta a pequena controvérsia sobre qual definição deveria ser atribuída à palavra. Diferentemente de “capitalismo”, que chegou a provocar embates entre sistemas filosóficos e doutrinas econômicas distintas, a academia inglesa não se dispôs a polemizar sobre o que “feudalismo” poderia significar. Os historiadores britânicos enxergavam a sociedade feudal, de acordo com Dobb, por um prisma *puramente jurídico*: uma relação entre vassalos e suseranos no que diz respeito à posse dos lotes de terra.

Por outro lado, o autor aponta que a definição russa de “feudalismo” no século XIX daria uma ênfase muito mais econômica que jurídica. A organização feudal seria marcada pela “economia natural” em contraste com uma “economia monetária” presente nas comunidades mais avançadas. O principal divulgador dessa perspectiva na Rússia era Mikhail Pokrovsky (1868 – 1932), que chegou a ser membro do Partido Bolchevique, fazendo parte do Comissariado do Povo de Educação.¹⁷² Dobb ressalta, no entanto, que a definição do acadêmico soviético estava muito mais próxima do Historicismo Alemão de Schmöller que da concepção materialista de Marx. Diz o economista que a moeda e os mercados teriam exercido um papel de maior relevância na Idade Média do que costumava-se supor até então, enfraquecendo a dicotomia “economia natural *versus* economia monetária”.¹⁷³

¹⁷² O historiador foi um dos principais opositores de Trotsky durante a crise do Partido Bolchevique nos anos de 1920 após a morte de Lênin. A burocracia estalinista, não obstante, colocou-o como um dos principais responsáveis por “deficiências” na historiografia soviética, sendo considerado não um marxista mas sim um determinista econômico. A publicação de suas obras foi proibida após sua morte. Cf. EINSENSTAT, Bernard W. “M. N. Pokrovsky and Soviet Historiography: Some Reconsiderations”, *Slavic Review*, 1969.

¹⁷³ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 50 – 51.

Nos parece que Dobb está correto ao distanciar Marx das leituras que enxergam o desenvolvimento econômico em termos de diferenças entre “economia natural”, “economia monetária” e até mesmo “economia creditícia”. No quarto capítulo do Livro II d’O Capital, Marx nos mostra a baixa capacidade demarcatória de uma interpretação econômica e histórica moldada a partir de tais categorias. Justamente porque, na realidade, não apresentariam fases distintas e independentes de desenvolvimento e de organização social, como haviam imaginado os historicistas. Ao contrário, os três termos representariam, de acordo com Marx, tão somente estágios de desenvolvimento dentro da própria produção capitalista, de modo que seria inclusive muito mais preciso chamar “economia natural” de “economia de troca”. Colocando tais definições como opostas e equiparáveis, nesse sentido, tal concepção enxergaria o capitalismo simplesmente com base na extensão de comercialização dos produtos no mercado. Não seria capaz de compreender a economia burguesa como produção *generalizada* de mercadorias, na qual inclusive a força de trabalho é uma mercadoria e o trabalho, por sua vez, *manifesta-se* enquanto tal. Diz Marx:

*A assim chamada economia creditícia é, ela mesma, apenas uma forma da economia monetária, na medida em que ambas expressam funções ou modos de intercâmbio entre os próprios produtores [...]. Assim, a economia monetária e a economia creditícia correspondem simplesmente a diferentes fases de desenvolvimento da produção capitalista [...]. Em segundo lugar, como as categorias “economia monetária” e “economia de crédito” não acentuam nem destacam como um traço distintivo a economia mesma [...], o mesmo deveria ocorrer com a primeira categoria. Em vez de falar de economia natural, dever-se-ia falar, portanto, de economia de troca [...]. Em terceiro lugar, a economia monetária é comum a toda produção de mercadorias, e o produto aparece como mercadoria nos mais diversos organismos sociais de produção. Assim, o que caracteriza a produção capitalista seria simplesmente a extensão em que o produto se confecciona como artigo comercial [...]. Na realidade, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, mas o é apenas e cada vez mais à medida de seu desenvolvimento, porque o próprio trabalho aparece aqui como mercadoria [...].*¹⁷⁴

Uma vez apresentadas as principais definições aplicadas para o termo “feudalismo” em seu país e na Rússia, Dobb enfim demarca sua posição nessa disputa. Para o economista,

¹⁷⁴ MARX, K. *O Capital* (Livro II). São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 195 – 196.

o feudalismo era um modo de produção sustentado por relações servis entre camponeses e nobres. Seria, portanto, virtualmente identificado à servidão. Esta, por sua vez, constituía-se de obrigações impostas de maneira coercitiva (pela via jurídica, militar ou até mesmo consuetudinária) aos produtores diretos, os quais produziam para sua subsistência, mas também geravam um excedente para consumo direto de seu senhor. Fundamental dizer também que os camponeses estavam, por conseguinte, presos ao senhor feudal, ligados umbilicalmente à gleba onde trabalhavam. Não eram trabalhadores duplamente livres, pré-requisito para a produção capitalista. Por fim, o autor pontua que a forma *clássica* da servidão era aquela em que os pagamentos das inúmeras obrigações eram feitos em espécie. Mais adiante, veremos que Dobb discutirá alterações e gradações dentro das relações servis.¹⁷⁵

O economista inicia efetivamente suas reflexões sobre a transição partindo do fenômeno histórico do Renascimento Comercial. O que se observava já no século XII, de acordo com Dobb, era uma penetração crescente de movimentos mercantis nas entradas da economia feudal, contando inclusive com aumento substancial da circulação monetária. O efeito do mercado teria sido tão evidente que até mesmo a nobreza não pode desvincilar-se de sua influência. Interessados nas receitas monetárias, os senhores inseriam-se cada vez mais em negócios de empréstimos e arrendamentos de lotes de terra.

Fica evidente, portanto, que Dobb leva em muita conta a relevância do comércio e da expansão do mercado para a transformação das relações feudais no processo de formação do capitalismo. O questionamento do autor, por sua vez, é o seguinte: até que ponto o crescimento de movimentos mercantis *per se* foi condição suficiente para o declínio da ordem nobiliárquica? Os defensores de tal tese, segundo o economista, partiriam da compreensão de um feudalismo puramente estático, sem dinamismo, recebendo o impacto do elemento comercial externo e desenvolvendo-se por fora. Todo o problema giraria simplesmente em torno de um conflito entre a “economia natural” imóvel e atrofiada e a “economia monetária” repleta de dinamismo.¹⁷⁶

É exatamente o questionamento e o ceticismo diante da tese mercantil que motiva o autor a realizar uma análise comparada das tendências de desenvolvimento nas diversas regiões europeias e dentro da própria Inglaterra durante o declínio da sociedade medieval. Dobb então apresenta que o norte e o oeste britânicos, relativamente afastados dos

¹⁷⁵ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 52 – 54.

¹⁷⁶ Idem., pp. 54 – 55.

empreendimentos mercantis ao longo dos séculos XIII e XIV, passaram por transformações mais significativas nas relações servis, no sentido de uma maior penetração monetária na estrutura senhorial. Ao mesmo tempo, o sudeste e as zonas próximas de Londres, muito mais íntimas dos mercados, teriam presenciado uma intensificação das formas tradicionais de servidão, com ampliação dos pagamentos em serviços e em espécie. Quando o autor observa o continente europeu como um todo, pondera que o comércio, ao mesmo tempo em que agiu como dissolvente da ordem pré-capitalista, também produziu resultados inversos e aparentemente contraintuitivos. Isso porque o maior entrelaçamento das economias do leste europeu com os movimentos comerciais provocou uma reação e um reforço das obrigações compulsórias e coercitivas impostas pela aristocracia aos produtores diretos. Dobb cita o exemplo dos países bálticos, onde a maior possibilidade de exportações de cereais para o restante do continente levou os camponeses a cultivarem e produzirem para o mercado numa base de trabalho compulsório. Vale mencionar que um dos motivos teóricos que levou o economista a realizar tal estudo comparado está nas correspondências de Engels a Marx, numa das quais o primeiro menciona o fenômeno da “segunda servidão” na Europa Oriental, justamente o mecanismo pelo qual a coerção servil e as imposições aumentaram junto com a expansão comercial.¹⁷⁷

Diante da ambiguidade de resultados gerados pela expansão mercantil europeia ao longo da Baixa Idade Média e da Idade Moderna, Dobb afirma ser insustentável a tese que apresenta o desenvolvimento econômico do capitalismo unicamente como função dos mercados. Se o economista admite e reconhece o comércio como elemento necessário para a dissolução da ordem econômica feudal, também pondera que a influência, ou melhor, o impacto decisivo precisa ser encontrado *dentro* da sociedade nobiliárquica. Assim, mesmo se o desenvolvimento final é produto de uma imbricação entre condicionantes externos e internos, é certo, de acordo com o autor, que os engendramentos materiais derivados das relações feudais de produção teriam exercido o papel mais relevante.¹⁷⁸

Retornemos outra vez a Marx para ver como Dobb se aproxima de uma concepção materialista para traçar as linhas mais gerais de sua tese sobre o desenvolvimento econômico do capitalismo em perspectiva histórica. Em suas considerações históricas

¹⁷⁷ Ibidem., pp. 55 – 57.

¹⁷⁸ DOBB, Maurice. Op. cit., p. 60.

sobre o capital comercial, o pensador alemão reconhece o papel dissolvente do comércio. Justamente porque lhe é própria uma produção orientada para a troca, o que por si só já exerce um papel transformador nas formas pré-capitalistas de organização social, todas mais ou menos pautadas pela produção de valores de uso. A grande questão que se apresenta, porém, é que o grau maior ou menor dessa ação destruidora e seus desdobramentos dependeriam, em última instância, das articulações, da estrutura e da dinâmica interna do próprio modo de produção sobre o qual agiam os mercados. Daí a multiplicidade de resultados derivados dos movimentos do capital comercial ao longo da civilização humana. No caso da Antiguidade Clássica, o comércio reforçou relações escravistas que, antes restritas ao domínio patriarcal, passavam a integrar redes mercantis mais densas as quais se utilizaram do escravismo para realizar lucros comerciais. Analisando o final da Idade Média, vemos que a ampliação dos mercados caminhou ao lado do desenvolvimento da economia moderna capitalista. É justamente esse impacto ambíguo do comércio que levou Marx a dizer que nas relações internas das sociedades pré-capitalistas é que deve ser encontrada a chave para o desenvolvimento econômico posterior. Nas palavras do autor:

A evolução do comércio e do capital comercial desenvolve por toda a parte a orientação da produção para o valor de troca [...]. Por isso, o comércio tem, em toda parte, uma ação mais ou menos dissolvente sobre as organizações preexistentes da produção, as quais, em todas as formas distintas, estão orientadas principalmente para o valor de uso. Em que medida ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, antes de mais nada, da firmeza e da estrutura interna deste último. E onde esse processo de dissolução desembocará, isto é, que novo modo de produção ocupará o lugar do antigo, é algo que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção antigo. No mundo antigo, o desenvolvimento do comércio e do capital comercial sempre resultou na economia escravista; dependendo do seu ponto de partida, seu resultado foi apenas a transformação de um sistema escravista patriarcal, voltado à produção de meios diretos de subsistência, num sistema voltado à produção de mais-valor. No mundo moderno, em contrapartida, esse desenvolvimento desemboca no modo de produção capitalista. Depreende-se daí que esses mesmos resultados foram condicionados ainda por circunstâncias totalmente distintas do que pelo desenvolvimento do capital comercial.¹⁷⁹

¹⁷⁹ MARX, K. *O Capital* (Livro III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2017, p. 376.

Após criticar as interpretações correntes sobre a transição e assentar os marcos teóricos de sua leitura da formação do capitalismo, Dobb então apresenta sua explicação principal para o declínio do feudalismo. Sendo este um modo de produção marcado por baixo grau de divisão do trabalho e de desenvolvimento técnico, a forma feudal de organização social seria cada vez menos capaz de atender às crescentes necessidades e demandas de renda da aristocracia. Formava-se uma contradição irreversível entre as relações servis de produção e o estado das forças produtivas. Diante de tal abalo na própria estrutura econômica, restaria à nobreza apenas aumentar extensivamente o grau de exploração dos produtores diretos com vistas a acumular um excedente. O resultado foi um rebaixamento das condições de vida para um nível subnormal, pior do que uma existência animal, segundo Dobb. Criavam-se, nesse sentido, tensões e reverberações no tecido social incapazes de serem contidas e que provocariam, em última instância, o fim do feudalismo.

Nas palavras do autor:

A fonte da qual a classe dominante feudal extraía sua renda, e a única pela qual ela podia ser aumentada, era o tempo de trabalho excedente da classe servil [...]. Com o estado baixo e estacionário da produtividade de trabalho nessa época, pouca margem restava para a qual esse produto excedente pudesse ser aumentado e qualquer tentativa de fazê-lo tendia a ser à custa do tempo dedicado pelo produtor ao cultivo de sua própria e modesta terra, levando logo a sobrecarregar sua força além de limites humanos [...]. Para o sistema que se apoiava nesses fundamentos, a história iria ter o seu próprio ajuste de contas particular.¹⁸⁰

Essa renovação das pressões nobiliárquicas sobre os produtores diretos também se fortalece pelo processo que Dobb chamou de *subenfeudação*. Com vistas a aumentar o poderio militar e a defesa de suas terras, os principais suseranos passaram a ver com bons olhos um aumento do número de seus vassalos. Dividiam-se ainda mais os lotes de terra para aproveitamento da nobreza, cujas dimensões começavam a ampliar, assim como suas demandas, satisfeitas unicamente pela via de um aumento extensivo da exploração dos servos. O economista também leva em conta os impactos dos conflitos dinásticos presentes ao longo de todo o medievo, mas especialmente na Baixa Idade Média. Ao mesmo tempo em que as guerras destruíam as forças produtivas, também elevavam as

¹⁸⁰ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 60 – 61.

despesas a serem arcadas pela aristocracia. Custos que eram então pagos com o excedente gerado pelos produtores diretos.¹⁸¹

Diante da irreversibilidade das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, e o consequente aumento das pressões sobre os camponeses com vistas à elevação da renda feudal, o resultado não poderia ser outro além de uma exaustão crítica da força de trabalho servil. Sobrecarregados até o limite, Dobb aponta, os servos organizavam-se cada vez mais para fugas ilegais de territórios aos quais pertenciam. Deserções com elevadas proporções a ponto de aumentar consideravelmente a população nas zonas urbanas que começavam a tomar corpo. Mais que isso, é justamente na Baixa Idade Média que estouraram violentas revoltas camponesas, conhecidas como *jacqueries*. Do outro lado, os senhores feudais, já no século XIII, estabeleciam acordos classistas para reprimir os levantes subversivos e para perseguir e capturar os servos fugidos, em linha com uma política de manutenção dos rendimentos nobiliárquicos. A crise feudal, de acordo com o economista, começava a tomar um caráter incontornável e explosivo em especial após o século XIV.¹⁸²

É bem verdade que Dobb aponta um comportamento diversificado da nobreza no continente diante da resposta dos servos às pressões por elevação da renda feudal. A reação da aristocracia certamente teria assumido contornos diferentes e disso inclusive dependia os rumos do desenvolvimento econômico. Em certas regiões, como no sul da França após a Guerra dos Cem Anos (1337 – 1453), os senhores optaram por um afrouxamento das obrigações servis como mecanismo de cooptação da classe camponesa e, por conseguinte, de manutenção dos produtores diretos em suas glebas. Por outro lado, o autor também mostra que a nobreza em países da Europa Oriental e na própria Inglaterra viu-se obrigada a um reforço do trabalho compulsório para garantir sua fonte de subsistência e opulência parasitária. O economista cita ainda o caso da Espanha, onde muçulmanos e judeus teriam sido reduzidos a uma condição pior que a de um escravo para satisfazer as necessidades senhoriais.¹⁸³

Com base no que expomos acima, fica evidente que Dobb considera o papel muitas vezes oscilante de elementos políticos na transição do feudalismo para o capitalismo. O comportamento ambíguo da nobreza em diversos países europeus, entretanto, não poderia

¹⁸¹ Idem., p. 63.

¹⁸² Ibidem., pp. 64 – 65.

¹⁸³ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 70 – 71.

ser apreendido de maneira isolada. Justamente porque, de acordo com o autor, os fatores econômicos presentes nas próprias relações de trabalho é que teriam exercido o papel determinante na formação da sociedade moderna. Nesse sentido, o economista presta muita atenção numa alteração relevante que operou no mecanismo de extração da renda feudal: a comutação de pagamentos em serviços e espécie para pagamentos em dinheiro. Eram os primeiros passos para uma penetração de um regime de assalariamento ainda no seio da antiga estrutura social. De maneira geral, oferecia ao servo a vantagem de trabalhar integralmente em sua parcela, elevando a eficiência do trabalho quando comparada à situação clássica em que trabalhava boa parte do período no manso senhorial. Para os senhores feudais, havia um duplo benefício: reduzia a disposição dos camponeses à subversão e elevava potencialmente o excedente que lhe cabia.¹⁸⁴

Os movimentos no sentido da comutação para o pagamento em dinheiro, não obstante, dependeriam de duas circunstâncias principais, de acordo com o autor. Em primeiro lugar, a produtividade do trabalho teria influência decisiva na decisão dos nobres sobre comutar ou não. Isso porque, na forma clássica, mesmo a geração de um produto menor já garantiria de antemão o excedente para o senhor, tendo em vista que a subsistência do camponês era alcançada pelos produtos em espécie colhidos dentro de seu próprio manso, com o restante sendo cultivado nas terras nobiliárquicas. Com a introdução de um pagamento monetário, a subsistência do produtor já era definida antes mesmo de iniciar a formação do excedente. Era necessário, portanto, que a produtividade do trabalho atingisse um nível mínimo superior àquela do formato anterior. De modo tal que, uma vez alcançado esse mínimo, a eficiência dos trabalhadores poderia ser inferior à presente no regime servil clássico, mas o produto criado teria condições de pagar os salários e garantir um excedente maior. Em segundo lugar, Dobb afirma que a abundância ou escassez de trabalhadores também era levada em conta pela aristocracia. Justamente porque esse fator conecta-se intimamente ao movimento dos salários nos mercados locais, elevando ou diminuindo as despesas com as quais os senhores deveriam arcar uma vez decididos pela comutação.¹⁸⁵

Uma vez elencadas e discutidas essas duas circunstâncias, Dobb então apresenta um aparente paradoxo. Nas regiões onde os produtores diretos encontravam-se em maior abundância e, por conseguinte, em situação mais miserável, os custos do trabalho eram

¹⁸⁴ Idem., pp. 73 – 74.

¹⁸⁵ Ibidem., pp. 74 – 76.

menores. Tornava-se, então, mais vantajoso aos senhores os pagamentos em dinheiro junto de um relaxamento das obrigações compulsórias para evitar emigrações em massa. Por outro lado, nas zonas com maior escassez de camponeses e com melhores condições de vida, a tendência foi a retenção e o reforço das relações servis na forma clássica de pagamentos em espécie. O alto custo de manutenção da mão-de-obra é que teria afastado a aristocracia da decisão de comutação.¹⁸⁶

Se é certo dizer que Dobb já enxerga a comutação na servidão para os pagamentos em dinheiro como uma evidência fortíssima da transição do feudalismo para uma nova forma de organização social, estaríamos equivocados se afirmássemos que o economista reconhece já nessa alteração o fim das relações servis de produção. Isso porque tal transformação ainda não teria, de acordo com o autor, libertado os produtores diretores de obrigações impostas coercitivamente. Tampouco teriam plena mobilidade no mercado de trabalho, estando ainda substancialmente presos à gleba onde produziam para o senhor. Os camponeses não eram ainda os trabalhadores “duplamente livres” necessários à produção capitalista propriamente dita. Ao invés de uma relação contratual livre pura e simplesmente, a subsistência dos produtores diretos dependia das vontades e dos desígnios arbitrários dos nobres, os quais poderiam inclusive decidir unilateralmente pelo retorno ou não do modelo servil clássico. Dobb ainda acrescenta que esse movimento de comutação, em muitos casos, produziu não uma mitigação das obrigações, mas uma intensificação de seu caráter compulsório. Nas palavras do economista:

[...] não devemos supor que o simples fato de uma comutação das prestações de serviço para pagamentos em dinheiro, ou uma transição para arrendamento da propriedade feudal, representassem uma libertação do cultivador quanto às obrigações servis e a passagem para uma relação contratual livre entre ele e o dono do solo [...]. Em muitas ocasiões é verdade que a mudança de serviços obrigatórios para um pagamento em dinheiro representava alguma modificação das obrigações antigas e uma mudança de forma que abria o caminho para alterações mais substanciais em data posterior [...]. No entanto, existiam também muitos exemplos nos quais a comutação envolvia não uma mitigação, mas um aumento das obrigações feudais. Neste caso, ela era apenas uma alternativa a uma imposição direta de serviços adicionais.¹⁸⁷

¹⁸⁶ DOBB, Maurice. Op. cit., pp. 77 – 78.

¹⁸⁷ Idem., pp. 84 – 85.

Dessa forma, se a tendência à comutação dentro da servidão acompanha de perto o declínio do feudalismo, para Dobb ainda não seria suficiente dizer que tal modo de produção já teria se extinguido completamente na passagem do século XV para o XVI. Embora já em avançado estágio de desintegração nesse momento da transição, era ainda uma forma de organização social qualitativamente significativa, capaz de ditar os rumos da dinâmica econômica e histórica. De acordo com o autor, é só com a Revolução Puritana e a *Commonwealth* de O. Cromwell que a propriedade feudal será efetivamente abolida, abrindo o caminho para a consolidação de novas relações de produção, em correspondência com um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.¹⁸⁸

Ao divulgar sua tese nesses termos, nos parece que faltou a Dobb um recorte mais específico do desenvolvimento econômico dentro da própria Europa. Justamente porque o processo de formação do capitalismo não seguiu o mesmo padrão, a mesma tonalidade, em todos os países do continente. Na realidade, dificilmente é possível aplicar às mais diversas localidades europeias, até mesmo na parte ocidental, a mesma dinâmica transitória pela qual passaram Inglaterra e França, que inclusive assistiram à revolução burguesa clássica. Não apreciando tais nuances de maneira mais cuidadosa, o autor acaba implicitamente assumindo uma perspectiva teleológica do processo histórico. Uma leitura evolucionista própria dos esquemas dogmáticos da burocracia estalinista da URSS, a qual insistia na reprodução das passagens irremediáveis dos modos de produção em todas as regiões. Uma justaposição de histórias de transições unilineares válidas e aplicáveis para qualquer país (inclusive os da América Latina).¹⁸⁹ Suspeitamos dessa ligação na medida em que, durante a década de 1940, Dobb ainda era militante ativo dentro do PCGB. Este, como vimos brevemente no segundo capítulo, passou por um processo de estalinização ao final da década de 1920.

Assim, se é certo que o feudalismo na Europa não poderia ser eterno, dadas as especificidades e as contradições engendradas em suas relações de produção, também é certo observar que sua dissolução não poderia ser idêntica em todo o continente. Dobb parte da premissa correta de analisar a dinâmica histórica a partir das lutas de classes enquanto seu fundamento material. Exatamente isso o fez rejeitar concepções unilaterais

¹⁸⁸ Ibidem., p. 88.

¹⁸⁹ BENOIT, A. Hector R. “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. *Crítica Marxista*, p. 50. No Brasil, essa determinação dogmática vinda da burocracia de Moscou teve no PCB o seu principal meio de divulgação, produzindo uma hipótese pouco razoável de um feudalismo brasileiro que antecederia a formação de relações capitalistas no país.

sobre um desenvolvimento capitalista na Europa em moldes puramente comerciais. A distinção entre dois modelos gerais de desenvolvimento, o da Europa Ocidental e o da Oriente, serviu como instrumento eficaz para rebater as leituras mercantis e circulacionistas. Julgamos, no entanto, que essa cisão não foi suficiente. O economista não observou que, além da *diacronia* da história enquanto lutas de classes (o feudalismo sendo sucedido pelo capitalismo, uma temporalidade histórica posterior), há também uma *sincronia*. A concepção materialista de Marx entende a história enquanto um processo diacrônico-sincrônico. O capitalismo, uma vez surgido das entradas feudais na Inglaterra e na França, entraria também em contato, ou melhor, em conflito com formas pré-capitalistas de organização social.¹⁹⁰ Nesse sentido, as lutas de classes é que avançam e dão de encontro com relações de produção atrasadas. Esse entrecruzamento entre formas de organização social historicamente distintas, produzindo novas articulações internas, é o que inclusive confere especificidade ao desenvolvimento do moderno modo de produção nos países atrasados.¹⁹¹

Essa perspectiva diacrônico-sincrônica da história, uma concepção necessariamente internacionalista, já está presente nos escritos de Marx e Engels sobre o filósofo alemão L. Feuerbach, que compõem o que hoje chamamos de *A Ideologia Alemã*. No processo de expansão do capitalismo e superação de suas barreiras nacionais, os comunistas alemães percebem que uma das principais consequências desse movimento é o fim do isolamento das regiões que não haviam passado por uma revolução burguesa do tipo inglês ou francês, sendo jogadas então na espiral dos circuitos globais de acumulação. De acordo com os autores:

[...] quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a

¹⁹⁰ “[...] Karl Marx estudou diversas temporalidades históricas – os chamados ‘Modos de Produção’. Estes convivem ao mesmo tempo (sincrónicamente), mas têm de ser considerados também em certa ordenação, ou seja, segundo um certo fio histórico condutor, uma certa *diacronia* (um ‘através do tempo’). Essa metodologia histórica diacrônico-sincrônica dá base à teoria da história universal em Marx (*Weltgeschichte*)”. PADIAL, Rafael. *Marx e o Estado*. São Paulo: Centro de Formação Negação da Negação, 2019, p. 10.

¹⁹¹ Cf. BENOIT, A. Hector R. *A luta de classes como fundamento da história*. In. *Ensaios sobre o manifesto comunista*, p. 64.

inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial [...].¹⁹²

Do excerto acima, vemos que Marx e Engels percebem a expansão da economia moderna como um processo que interliga diversas regiões, tanto as que já passavam por um desenvolvimento econômico burguês como as que ainda preservavam formas de organização social anteriores ao capitalismo. Assim, a dinâmica de acumulação de capital, incapaz de ser contida em estreitos círculos nacionais, promove um choque entre modos de produção. É assim que uma transformação produtiva na Inglaterra industrial é capaz de alterar o funcionamento econômico e social na China e na Índia. Tais países, durante o século XIX, mesmo preservando formas milenares de propriedade, passaram a absorver, por forças externas da contradição capital-trabalho, a produção generalizada de mercadorias, desenvolvendo novas relações de produção mesmo sem a revolução burguesa clássica dos séculos XVII e XVIII.

Poucos anos depois, redigindo o Manifesto Comunista, Marx e Engels voltam a discutir o impacto da internacionalização da produção de mercadorias sobre regiões que não haviam passado por um desenvolvimento econômico de tipo britânico. Nesse sentido, conforme a indústria capitalista supera barreiras e entraves nacionais, observa-se um modo de produção que se choca com tecidos passados e os submete à lógica de acumulação de capital. É isso que leva Marx e Engels a afirmarem que “*os baixos preços de seus produtos [da indústria] são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros*”.¹⁹³ Ora, o que representa o fato de mercadorias baratas entrarem em tecidos sociais seculares e historicamente anteriores ao capitalismo? Nos parece ser justamente esse encontro, esse choque entre relações de produção distintas, um processo movido a partir de lutas de classes que não se encerram nos limites nacionais, mas que se articulam internacionalmente, sem que países como a China tenham de passar pela mesma transição “feudalismo-capitalismo” observada na Inglaterra.

Podemos ainda usar o próprio caso russo como exemplo. Dobb bem nos mostrou, em sua crítica às teses mercantis, que as economias da Rússia e de demais regiões da Europa Oriental receberam os impactos comerciais de forma distinta quando comparada à

¹⁹² MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 40

¹⁹³ MARX, K & ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 44.

Inglaterra. Não é possível, porém, admitir que a Rússia poderia passar pelo mesmo tipo de desenvolvimento clássico à moda britânica ou francesa. Sua dinâmica econômica já se subordina, no século XIX, ao capitalismo a nível internacional. De forma tal que os antagonismos entre burgueses e proletários superam as barreiras nacionais e conflitam com as relações atrasadas ainda presentes em solo russo, conferindo *particularidade* a seu desenvolvimento. Sobre isso, Marx e Engels afirmaram, em prefácio de 1882 ao Manifesto, que a Rússia, embora já vivenciando a internalização violenta de relações capitalistas de produção, ainda herdava forte influência das propriedades camponesas comunais, prévias à moderna sociedade burguesa. O que poderia inclusive abrir a possibilidade de uma revolução comunista sem a necessidade de atravessar o mesmo processo de desenvolvimento econômico pelo qual passou a Europa Ocidental, em especial a Inglaterra. Dizem os autores:

*O Manifesto Comunista tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a obshchina [comunidade aldeã] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista.*¹⁹⁴

Podemos perceber, com esse trecho, que não há possibilidade de imputar a Marx e Engels uma leitura dogmática sobre a formação do capitalismo. Os autores não enxergam a necessidade de transições estanques de modos de produção, de passagens do escravismo ao feudalismo e do feudalismo ao capitalismo *em todos os países* de maneira unilinear e teleológica. Ao contrário, uma vez que as forças produtivas do capitalismo e as lutas de classes que fundam esse organismo social extravasam os limites nacionais, até mesmo países que conservaram estruturas arcaicas (como a Rússia na passagem do século XIX para o século XX) se inserem nos eixos de acumulação, internalizando formas de

¹⁹⁴ Cf. MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, prefácio à edição russa de 1882. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 73.

propriedade burguesas modernas. Assim, integrada na dinâmica capitalista, uma economia como a russa poderia passar por uma revolução proletária antes mesmo da Inglaterra ou da França.

É possível recorrer também à principal obra da teoria marxista para sustentar nossa argumentação. Em sua teoria moderna da colonização, contida em *O Capital*, Marx nos mostra que o modo de produção capitalista, em sua expansão internacional, choca-se e inicia uma luta contra sociedades nas quais o enriquecimento ocorre a partir do trabalho próprio, como era o caso em regiões que hoje compreendem a América. As colônias às quais o autor se refere, vale dizer, são aquelas formadas por sociedades que geravam riqueza pela apropriação dos produtos do próprio trabalho, não estando subordinados às colonizações sistemáticas que conhecemos.¹⁹⁵ O Sistema Colonial propriamente dito, por sua vez, é concebido, segundo Marx, a partir do choque do capitalismo com estruturas distintas. Trata-se, portanto, de um confronto entre modos de produção distintos: um baseado na acumulação de capital a partir de trabalho não-pago (geração de mais-valia e capitalização desse excedente) e outro estruturado a partir de produtores detentores dos meios e dos instrumentos de produção e que acumulam por meio da própria atividade laboral. Nas palavras de Marx:

*Na Europa Ocidental, a pátria da economia política, o processo da acumulação primitiva está consumado em maior ou menor medida. Aqui, ou o regime capitalista submeteu diretamente toda a produção nacional ou, onde as condições ainda não estão desenvolvidas, controla, ao menos indiretamente, as camadas sociais que, decadentes, pertencentes ao modo de produção antiquado, continuam a existir ao seu lado [...]. O mesmo não ocorre nas colônias. Nelas, o regime choca-se por toda a parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles. Onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio.*¹⁹⁶

Da exposição do excerto, confirma-se, mais uma vez, que a formação do capitalismo não pode ser pensada, partindo de Marx, apenas como um sequenciamento de transições

¹⁹⁵ São aquelas terras que hoje conhecemos como “colônias de povoamento” ou “colônias livres”, sem o jugo estatal e, portanto, sem a constante necessidade de produção para acumulação de capital nas metrópoles. Cf. MARX, K. Op. cit., p. 835.

¹⁹⁶ Idem., p. 835.

lineares. Se a passagem do feudalismo para o capitalismo é perceptível na Inglaterra e na França, não se exclui a possibilidade de um cruzamento entre modos de produção historicamente distintos. A concepção diacrônico-sincrônica, nesse sentido, fundamenta-se na compreensão da economia moderna em sua dinâmica internacional, sem se resumir aos limites nacionais. É uma perspectiva que vê o capitalismo como uma espiral capaz de forçar todas as sociedades, em maior ou menor grau, a participarem dos elos de acumulação, ao mesmo tempo em que o próprio modo de produção moderno reage a esses entrecruzamentos, o que confere especificidades ao processo de desenvolvimento econômico nos diversos pontos do globo.

Assim, entender a história com base nas lutas de classes, como faz Dobb, é compreender não somente a *diacronia* de temporalidades distintas e que se sucedem, mas também a *sincronia* dos modos de produção. O capitalismo, em seu processo de universalização, conviveu e interagiu de forma conflituosa com formas pré-capitalistas de organização social. Talvez tenha faltado ao economista justamente essa compreensão diacrônico-sincrônica (e não apenas diacrônica) da dinâmica para refinar e precisar ainda mais sua análise do desenvolvimento econômico.¹⁹⁷

¹⁹⁷ BENOIT, A. Hector R. Op. cit., p. 64.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço que nos resta, é conveniente recuperar dois elementos que funcionaram como pilares de nossa argumentação ao longo de toda a pesquisa. O processo de amadurecimento intelectual e teórico de Dobb, assim como as contribuições e as inovações do autor para os estudos históricos e econômicos em seu país na primeira metade do século passado. Contribuições que nos permitem colocar o autor como um dos precursores da tradição marxista na Inglaterra que ganha força a partir da década de 1950.

Em primeiro lugar, somos forçados a explicar qual o sentido que damos para o termo “amadurecimento”. Em nossa pesquisa, entender como Dobb amadurece intelectualmente é compreender como o autor aprofunda sua conexão com a teoria de Marx, ou seja, como se deu o processo da formação marxista do economista. A exposição de nossos argumentos deixou evidente esse movimento, dado que desde o início de sua produção acadêmica o autor apresenta teses ligadas às proposições de Marx. A grande diferença é que, num primeiro momento, esse alinhamento estava implícito, como é o caso de “The Entrepreneur Myth” de 1924. A partir de então, o que se percebe é que a aproximação entre Dobb e a concepção materialista da história fica cada vez mais explícita, como foi o caso de “A note on some aspects of the economic theory of Marx” em 1938 e principalmente dos *Studies*. Nesta obra, percebe-se de imediato o interesse do autor em fazer do arcabouço marxista um instrumento para suas teses sobre o desenvolvimento histórico da economia capitalista na Europa.

É necessário também esclarecer que não corremos o risco de sermos teleológicos ao usar “amadurecimento” da maneira como explicamos no parágrafo acima. Não queremos dizer que o amadurecimento de qualquer autor significa necessariamente que, no fim da história, ele será um marxista. Na realidade, partimos de um fato objetivo: Maurice Dobb foi um economista central no desenvolvimento de uma tradição de pensamento marxista na Inglaterra, tradição essa reconhecida internacionalmente e bastante documentada. Nesse sentido, buscamos explicitar o movimento em que Dobb se aprofunda nos estudos sobre a teoria de Marx. Se o autor de nosso interesse fosse keynesiano ou ricardiano, então o amadurecimento, para nós, seria o processo pelo qual esse mesmo autor se aprofundaria nas proposições e nas teses de John Maynard Keynes ou David Ricardo, respectivamente.

O segundo elemento, o das contribuições e inovações de Dobb, está em íntima conexão com o primeiro. Justamente porque, enquanto o economista se forma intelectualmente,

ele passa a apresentar uma nova metodologia de análise histórica e econômica que rompe com o arcabouço tradicional da historiografia inglesa e com a teoria econômica neoclássica, hegemonic em Cambridge na passagem dos oitocentos para os novecentos. Entender a história enquanto história da luta de classes, algo que já se observa no primeiro artigo de Dobb, significou fazer oposição aos historiadores pautados pelo positivismo, fiéis aos postulados empiristas de que a simples acumulação factual e o puro arrolamento de arquivos e documentos carregariam uma verdade histórica imanente. Ao mesmo tempo, a filiação de Dobb à teoria de Marx sobre as leis de movimento do capital, indissociável da compreensão da história a partir da luta de classes, o distanciou do neoclassicismo, notadamente liberal, que enxerga a dinâmica econômica a partir de um mercado capaz de harmonizar as relações entre agentes racionais. Em suma, o autor abriu espaço para novas correntes de estudos em seu país, dando ênfase às teses marxistas, pouco absorvidas pelo círculo intelectual britânico no século XIX.

A principal inovação de Dobb, por outro lado, está no fato de que o autor foi o primeiro a desenvolver na Inglaterra uma teoria marxista sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, abrindo caminho para o reconhecido “Debate da Transição” na década de 1950. Ora, mas Marx, em seus capítulos históricos presentes em *O Capital*, já não teria realizado uma análise da transição? Para responder a essa pergunta, é necessário recordar que, ao longo de toda a exposição dos três livros de *O Capital*, o centro da análise do revolucionário alemão é o funcionamento interno do capitalismo, desde o primeiro parágrafo do capítulo sobre a mercadoria. Mesmo quando Marx retorna para formas pré-capitalistas de organização social, o autor realiza esse mecanismo teórico para apresentar aquilo que o capitalismo não é, o que aprofunda sua compreensão sobre o atual modo de produção. Trata-se, portanto, de uma forma de negar a sociedade burguesa pelo passado (além da negação propriamente dita, a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista). Isso já pode ser observado na seção sobre o fetiche da mercadoria, em que Marx volta ao feudalismo e até mesmo a formas mais antigas de economia para demonstrar como o fetichismo é algo unicamente capitalista. Ademais, tampouco Marx era um historiador econômico interessado em escrever algo nessa área. Seu capítulo sobre a acumulação originária, notadamente de teor histórico, não foi redigido com essa intenção. Ao contrário, foi no objetivo de provar que a acumulação de capital é fundada unicamente sobre a expropriação do produto do trabalho alheio, mais especificamente, do trabalho do proletariado. Assim, buscou-se, novamente, atingir melhor compreensão

sobre o próprio capitalismo. Diferente é o caso de Dobb, que buscou, a partir do arcabouço teórico e metodológico fornecido por Marx, empreender uma análise efetivamente de história econômica nos *Studies*, algo inédito em seu país até então.

Finalmente, precisamos mencionar que, a despeito de todas as contribuições vindas de Dobb, sua trajetória não poderia ficar imune às críticas, tanto no que diz respeito sobre sua militância política como sobre sua produção acadêmica. É por essa razão que não nos arrependemos da crítica presente na última seção do capítulo 2 e no final da última seção do capítulo 3. Ausentes esses apontamentos, não teríamos feito uma reflexão crítica sobre o trabalho do autor, nosso objetivo central, mas sim uma leitura rasa e apologética.

BIBLIOGRAFIA

Referências de Maurice H. Dobb

- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- DOBB, Maurice. “A Sceptical View of The Theory of Wages”. *The Economic Journal*, 1929.
- DOBB, Maurice. “A note on some aspects of the economic theory of Marx”. *Science and Society*, 1938.
- DOBB, Maurice. *On Marxism Today*. Londres: Hogarth Press, 1932.
- DOBB, Maurice. “Scientific Method and the Criticism of Economics”. *Science and Society*, 1939.
- DOBB, Maurice. “The Entrepreneur Myth”. *Economica*, 1924.
- DOBB, Maurice. “What the Communist Party has meant to me”. *The Labour Monthly*, 1940.

Outras referências primárias

- ENGELS, Friedrich. *Carta para Joseph Bloch*, setembro de 1890.
- JEVONS, William S. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Coleção “Os Economistas”, Nova Cultural, 1988.
- KEYNES, John. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Coleção “Os Economistas”, Nova Cultural, 1996.
- LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital* (Livro II). São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital* (Livro III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OPPENHEIM, Michael. "The Royal Navy Under Charles I". *The English Historical Review*, Vol. 9, No. 33, 1894, p. 92.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966.

TROTSKY, Leon. *A luta contra o Fascismo: revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Editora Sundermann, 2019

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

Referências secundárias

BENOIT, A. Héctor R. "A luta de classes como fundamento da história". In. TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *Ensaios sobre o manifesto comunista*. São Paulo: Xamã, 1998.

BENOIT, A. Héctor R. "O Programa de Transição de Trotsky e a América". *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, v.18 2004.

BENOIT, A. Héctor R. "Sobre a crítica (dialética) de O Capital". *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996.

BRENNER, Robert. *Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. Past and Present*, 1976.

BUTTERFIELD, Herbert. *The whig interpretation of history*. London: G. Bell and Sons, 1931.

CARR, Edward H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORNER, Paul. "Marxism and the British Historiographical Tradition". In. BARANSKI, Zygmunt G. & SHORT, John R. *Developing Contemporary Marxism*. New York: St. Martin Press, 1985.

CURY, Vania Maria. Maurice Dobb e o "Mito do Empreendedor": o velho frescor de uma idéia. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2005, p. 05.

EINSENSTAT, Bernard W. "M. N. Pokrovsky and Soviet Historiography: Some Reconsiderations", *Slavic Review*, 1969.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1985.

- HILTON, Rodney (Org.). *A transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. University of Cambridge, 2001.
- JONES, Gareth S. *History: the Poverty of Empiricism*. In. BLACKBURN, Robin (Org.). *Ideology in Social Science: Readings in Critical Social Theory*. Fontana, 1972, p. 104.
- KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians: an introductory analysis*. Oxford: Polity Press, 1984.
- MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MARIUTTI, Eduardo B. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PADIAL, Rafael. *Marx e o Estado*. São Paulo: Centro de Formação Negação da Negação, 2019, p. 10.
- SAES, Alexandre Macchione. “A institucionalização da História Econômica: história e ambiente intelectual na formação das associações de História Econômica”. In.: SAES, Flávio; SAES, Alexandre & ROSA RIBEIRO, Maria Alice (Orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017.
- SHENK, Timothy. *A Marxist in Keynes' Court*, 2013.
- SHENK, Timothy. *Maurice Dobb: political economist*. Palgrave Macmillan, 2013.
- SWEEZY, Paul. *Uma crítica*. In. HILTON, Rodney (Org.). *A transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.